



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

CENTRO DE EDUCAÇÃO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES



DANIEL SANTANA NETO

**O ENSINO RELIGIOSO NO CONTEXTO DA ESCOLA INDÍGENA POTIGUARA  
DA PARAÍBA**

JOÃO PESSOA - PB  
2023

**DANIEL SANTANA NETO**

**O ENSINO RELIGIOSO NO CONTEXTO DA ESCOLA INDÍGENA POTIGUARA  
DA PARAÍBA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências das Religiões, da Universidade Federal da Paraíba, em cumprimento às exigências curriculares para a obtenção do grau de Mestre em Ciências das Religiões.

Orientador: Prof. Dr. Lusival Antonio Barcellos

JOÃO PESSOA  
2023

**Catálogo na publicação**  
**Seção de Catálogo e Classificação**

S232e Santana Neto, Daniel.

O ensino religioso no contexto da escola indígena Potiguara da Paraíba / Daniel Santana Neto. - João Pessoa, 2023.

104 f. : il.

Orientação: Lusival Antonio Barcellos.

Dissertação (Mestrado) - UFPB/CE.

1. Ensino religioso. 2. Ciências das Religiões. 3. Povo Potiguara - Paraíba. 4. Escolas indígenas. 5. Práticas culturais. I. Barcellos, Lusival Antonio. II. Título.

UFPB/BC

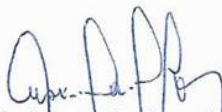
CDU 37.015:2(043)

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES

“O ENSINO RELIGIOSO NO CONTEXTO DA ESCOLA INDÍGENA POTIGUARA DA  
PARAÍBA ”

Daniel Santana Néto

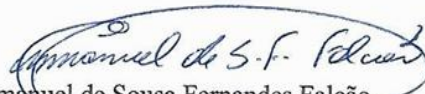
Dissertação apresentada à banca examinadora formada pelos seguintes especialistas.



Lusival Antonio Barcellos  
(orientador/PPGCR/UFPB)



José Mateus do Nascimento  
(membro-externo/UFPB)



Emmanuel de Sousa Fernandes Falcão  
(membro-externo)



Rita Cristiana Barbosa  
(membro-interno/PPGCR/UFPB)

Aprovada em 25 de julho de 2023.

Para meus sobrinhos e sobrinhas, irmãos, irmãs.  
Em memória de Creuza Maria dos Santos (mãe) e  
Antônio Santana dos Santos (pai)

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus pelo dom da vida e a capacidade intelectual de produzir esta obra.

A minha mãe, Creuza Maria dos Santos e meu Pai, Antônio Santana dos Santos. Obrigado por tudo meus queridos.

Aos meus sobrinhos e sobrinhas que tanto amo e em especial a Tauani dos Santos. Obrigado pela amizade e momentos maravilhosos que passamos e passaremos juntos.

Aos meus irmãos e irmãs, Maria das Neves, Maria de Fátima, Jerônimo Santana, João Santana, Elias Santana, Enoque Santana, Moisés Santana, Ezequiel Santana e Josué Santana. Obrigado pelo apoio de vocês.

A meus tios e tias, primos e primas, de perto e de longe que sempre estão acompanhando minha vida pessoal, profissional e acadêmica.

Ao meu amigo José Glebson e as amigas Celenia, Joana Damasceno, Sônia Barbalho Conceição Marciel e Luiza Dantas que sempre acreditaram no meu potencial.

A Paulo de Tarso, Egberto Madruga, Fátima Lima e Serginho Lima pela liberdade que me concederam de realizar o meu mestrado. Meu muito obrigado!

Meu muito obrigado a todos que participaram da minha vida de pesquisador, cedendo seu tempo e entrevistas para consolidação da pesquisa. Obrigado: Carlos Junior Silva, Ivanize Freire, Ivanilda Rocha, Jackson Bernardino, Emerson Felipe, Gizele Marcelino, Dona Socorro Freire, Ivanilda Rocha, Poran Potiguara, Tamara Rodrigues, Thais Venâncio, Adelson Francisco, Jefferson Luiz, Patrícia Gabriel, Lucicleide Matias, Elienai de Mesquita.

Aos caciques Clóvis Santana, Pedro Francisco, Sandro Gomes e Esdras Ciriaco pela confiança. Meus sinceros agradecimentos aos integrantes da Banca Examinadora, pela participação e contribuições. Em especial, ao amigo e orientador Lusival Barcellos, que me incentivou e acreditou no meu potencial e projeto. Que a nossa amizade possa ser eterna enquanto dure... “Sigamos, jovem.”

Enfim, a todos que contribuíram para estrutura e consolidação dessa obra intelectual.

“Muito obrigado!”

## RESUMO

Esta pesquisa é de grande relevância para o campo acadêmico e a etnia Potiguara - PB, por apresentar uma realidade do Ensino Religioso (ER), das escolas localizadas nas aldeias indígenas Potiguara - PB, partindo de um contexto histórico social, cultural e educacional deste povo. O objetivo geral é analisar a prática do ensino religioso na escola indígena Potiguara da Paraíba para a compreensão da pluralidade cultural e religiosa de todos que integram o ambiente escolar. A pesquisa e a estrutura do texto dialogam com o pensamento de Vieira (2012; 2021), Barcellos e Holmes (2021), Vilhena (2005), Sena (2007), Mendonça (2022), Oliveira *et al* (2007), entre muitos outros teóricos que discorrem sobre o Ensino Religioso e a história do povo Potiguara - PB. O estudo está embasado na legislação brasileira e em textos que contemplam o Ensino Religioso. A metodologia tem abordagem qualitativa com ênfase no método de estudo de caso, tendo em vista alguns instrumentos para coleta dos dados, como: o diário de campo, a entrevista e a observação participante. O campo de pesquisa são as escolas indígenas das aldeias: Alto do Tambá, São Francisco, Silva da Estrada, e Antônio Azevedo, no centro da cidade de Baía da Traição. Foram entrevistados professores, estudantes, diretores e coordenadores pedagógicos indígenas. Como resultado apresenta-se uma visão holística da realidade do Ensino Religioso nas escolas das aldeias indígenas e do centro da cidade de Baía da Traição - PB. Os resultados dessa pesquisa revelam que o Ensino Religioso faz parte da Matriz Curricular das escolas do município de Baía da Traição - PB, a formação na área do conhecimento do Ensino Religioso é fundamental para os professores que lecionam o componente curricular, o ensino trabalha a diversidade religiosa e cultural, contemplando as diferenças e realidades dos educandos.

**Palavras-Chave:** Ensino religioso; ciências das religiões; povo Potiguara-PB; escolas indígenas; práticas culturais.

## **ABSTRACT**

This research is of great relevance for the academic field and the Potiguara - PB ethnic group, as it presents a reality of Religious Education (RE), of schools located in the Potiguara - PB indigenous villages, starting from a historical social, cultural and educational context of this people. The general objective is to analyze the practice of religious teaching in the Potiguara indigenous school in Paraíba for the understanding of the cultural and religious plurality of all that integrate the school environment. The research and the structure of the text dialogue with the thinking of Vieira (2012; 2021), Barcellos and Holmes (2021), Vilhena (2005), Sena (2007), Mendonça (2022), Oliveira et al (2007), among many others. other theorists who discuss Religious Education and the history of the Potiguara - PB people. The study is based on Brazilian legislation and texts that contemplate Religious Education. The methodology has a qualitative approach with emphasis on the case study method, considering some instruments for data collection, such as: field diary, interview and participant observation. The research field is the indigenous schools of the villages: Alto do Tambá, São Francisco, Silva da Estrada, and Antônio Azevedo, in the center of the city of Baía da Traição. Teachers, students, directors and indigenous pedagogical coordinators were interviewed. As a result, a holistic view of the reality of Religious Education in schools in indigenous villages and in the city center of Baía da Traição - PB is presented. The results of this research reveal that Religious Education is part of the Curricular Matrix of schools in the municipality of Baía da Traição - PB, training in the area of knowledge of Religious Education is fundamental for teachers who teach the curricular component, teaching works diversity religious and cultural, contemplating the differences and realities of the students.

**Key words:** Religious Education; sciences of religions; Potiguara - PB people; indigenous schools; cultural practices.



## MIMOMIRĨ

Kó mingupotara i katueté morombo'esabusu supé Potiguara anama Paraibyguaara supé bé. A'e oikuame'eng amõ Morombo'esaba Tupãnerobiasaba (MT) resenduara, abaeté Potiguara Paraibyguaara tabeté pupé kó anama poranduba, sekoaba, i porombo'esaba suí osēba'e. Kó temiekarusu pupé asé osa'ang morombo'esaba tupãnerobiasaba resenduara abaeté Potiguara Paraibyguaara nhembo'esaba toikuab abaeté rekoabetá i tupãnerobiasabetá abá nhembo'esaba pupé oikoba'e. Mingupotara o nhe'enga reté abé oimongetá Vieira remimo'anga (2012; 2021), Barcellos Holmes abé (2021), Vilhena (2005), Sena (2007), Mendonça (2022), Oliveira et al (2007), amõ amõ tekokuaparetá Morombo'esaba Tupãnerobiasaba mombeguara Potiguara anama Paraibyguaara poranduba mombeguara abé. Kó nhembo'esaba oub Pindorama rekoguasú pupé nhe'enga i kuatiapyruera Morombo'esaba Tupãnerobiasaba resenduara pupé bé no. I mba'emonhangaba oikó mba'e reté ra'angaba rupi, tekó é iabi'õ kuaba rupi, amõ moranduba iekuapaba ra'anga rupi, nã iabé: 'ara iabi'õ kuatiara nhũ resenduara, moromonhe'enga, irũnamo abá rekó anduba bé. Kó mingupotara nhũ abaeté Potiguara morombo'esaba kó taba pupé oĩnyba'e: Tambá Apytera, Akauã apytera, Ka'apuera, Akaiutebiró retama pupé nhembo'esaba Antônio Azevedo abé. I monhe'engypyra morombo'esara, temimbo'e, morombo'esarusu, mongaturondara abaetéramo sekóreme. Aipó monhangápe asé oikuame'eng nhembo'esaba Akaiutebiro retama -PB tabusu apyterype oĩnyba'e abaeté taba pupé oĩnyba'e bé rekoeté Morombo'esaba Tupãnerobiasaba opá koty ma'ëndaba suí. Kó mingupotara monhanga oikuabe'eng Morombo'esaba Tupãnerobiasaba oguereko Akaiutebiró retama - PB Matriz Curricular resenduara, Morombo'esaba Tupãnerobiasaba resé morombo'e i katueté morombo'esara sesé oporombo'e supé, aipó morombo'esaba oikó abaeté tupãnerobiasabetá sekoabetá rupi, temimbo'e rekoé rerekóreme.

Nhe'engokendaba: Morombo'esaba Tupãnerobiasaba; Tekokuguaba Tupãnerobiasabetá; abaeté Potiguara Paraibyguaara; abaeté nhembo'e. tekoabetá rekoeté

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Card da live sobre racismo da Escola Estadual Indígena Cacique Iniguaçu .....	24
Figura 2 – Card da live Ensino Religioso.....	25
Figura 3 – Ritual do Toré no terreiro sagrado na aldeia São Francisco .....	39
Figura 4 – Abertura dos jogos indígenas na aldeia Tracoeira .....	41
Figura 5 – Ritual do Toré na Primeira Igreja Batista Potiguara. ....	43
Figura 6 – A primeira missa no Brasil, 1500 .....	55
Figura 7 – Pajé Ci da Aldeia Brejinho .....	76
Figura 8 – Escola Manoel Ferreira Padilha.....	77
Figura 9 – Reunião Pedagógica com os coordenadores de Baia da Traição - PB.....	78
Figura 10 – Imagem equidade.....	80
Figura 11 – Planejamento pedagógico de professores da aldeia Cumaru.....	82

## **LISTA DE MAPAS**

Mapa 1 – Mapa Terra Indígena Potiguara da Paraíba.....	32
Mapa 2 – Mapa Localização das Terras Indígenas e Aldeias Potiguara - PB.....	33

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Sobre o ensino religioso do século XV ao XVIII.....	57
Quadro 2 - Sobre o ensino religioso nos séculos XVIII e XIX.....	58
Quadro 3 - sobre o ensino religioso no século XIX.....	59
Quadro 4 - O Ensino Religioso séculos XIX e XX.....	61
Quadro 5 - As áreas do conhecimento da BNCC.....	65
Quadro 6 - Sugestões de conteúdos indígenas/Ensino Religioso.....	79
Quadro 7 - Matriz Curricular/Indígena – SEDUC - BT.....	84

## SIGLAS

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
BT	Baía da Traição
CLAECIR	Congresso Latino-Americano de Educação e Ciências da Religião
CONERE	Congresso Nacional do Ensino Religioso
ER	Ensino Religioso
FAMART	Faculdade de Administração Ciência e Educação
IESP	Instituto de Ensino Superior da Paraíba
IEP	Instituto Especializado Profissional
IPHAEP	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
MEC	Ministério da Educação
OPIP	Organização dos Professores Potiguara
PB	Paraíba
PCBT	Proposta Curricular de Baía da Traição
PCNs	Parâmetros Curriculares Nacionais
PCPB	Proposta Curricular da Paraíba
PPGCR	Programa de Pós-Graduação em Ciências das Religiões
PPP	Projeto Político Pedagógico
RCNEI	Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas
SEDUC	Secretaria de Educação
SEFOPER	Seminário Nacional de Formação de Professores para o Ensino Religioso
TCC	Trabalho de conclusão de curso
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UNDIME	União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação
UVA	Universidade Estadual Vale do Acaraú

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>15</b>
1.1 O ENVOLVIMENTO COM O ENSINO RELIGIOSO.....	19
1.2 OS ELEMENTOS DA PESQUISA.....	27
1.3 O JEITO INDÍGENA DE GARIMPAGEM ACADÊMICA.....	27
<b>2 O POVO POTIGUARA E O ENSINO RELIGIOSO</b> .....	<b>31</b>
2.1 POVO POTIGUARA E EDUCAÇÃO INDIGENA .....	46
2.2 EDUCAÇÃO ESCOLAR INDIGENA POTIGUARA .....	47
2.3 O ENSINO RELIGIOSO .....	51
2.3.1 CONTEXTO HISTÓRICO DO ENSINO RELIGIOSO.....	51
2.3.2 O ENSINO RELIGIOSO, A BNCC E A PROPOSTA CURRICULAR DA PARAÍBA (PCPB) .....	62
<b>3 O ENSINO RELIGIOSO NAS ESCOLAS INDÍGENAS POTIGUARA DA PARAÍBA</b> .....	<b>77</b>
3.1. O PLANEJAMENTO PEDAGÓGICO E O ENSINO RELIGIOSO.....	80
3.2 AS PRÁTICAS DOS PROFESSORES DE ENSINO RELIGIOSO .....	89
3.3 O DIÁLOGO COM OS INTERLOCUTORES DA PESQUISA .....	94
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>96</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>100</b>

## 1 INTRODUÇÃO

“Estude, um dia você vai precisar”

Creuza Maria (minha mãe)

Tenho ciência que alguns leitores mais rigorosos possam estranhar a forma como escrevi esta dissertação, sobretudo com as oscilações entre os tempos verbais e mudanças de pessoa gramatical. Gostaria de justificar essa escolha, pois ela não compromete a qualidade das ideias que compartilho, pelo contrário, é uma expressão autêntica da minha forma de pensar e uma maneira de honrar a linguagem dos povos originários aos quais fizeram parte de meu acervo memorial e educacional.

Quando comecei a escrever esta dissertação, senti a necessidade de registrar minhas reflexões e conhecimentos da forma mais genuína possível, em sintonia com a maneira como minha mente visualizava o público ao qual ela também iria se dirigir. Como pesquisador e autor, defendo que a forma de pensar e de me expressar, oral e textualmente, também é uma manifestação da cultura e da identidade de meu povo.

Também intuo que é possível a percepção da não homogeneidade no uso de palavras com inicial maiúscula ou minúscula na dissertação. Gostaria de esclarecer que essa variação não é um descuido ou falta de consistência, mas sim uma escolha intencional que visa enfatizar uma palavras-chave em algum argumento específico. Ao escrever, procuro utilizar letras maiúsculas em determinadas palavras ou expressões para sinalizar sua relevância em meio a uma ideia que quero desenvolver. Esse recurso é uma técnica estilística minha que busca direcionar a atenção do leitor para aspectos cruciais do meu discurso ou do meu argumento. A escolha de utilizar a letra maiúscula pode, em alguns casos, indicar a importância de conceitos-chave, de termos técnicos ou de elementos essenciais à compreensão do argumento pretendido.

Por outro lado, o uso de letras minúsculas também é significativo. Ele permite que o texto flua de maneira mais suave e uniforme, sem interrupções visuais constantes, criando uma leitura mais agradável e natural. Além disso, em certos contextos, a letra minúscula na mesma palavra pode ser usada para indicar que essa palavra, ou conceito, não está sendo enfatizado, mas sim incluído de forma mais integrada ao discurso geral.

É importante ressaltar que, ao alternar entre letras maiúsculas e minúsculas, estou conscientemente moldando a estrutura do texto para torná-lo mais expressivo, comunicativo e fiel ao que quero expressar. O objetivo é facilitar a compreensão dos termos chaves e a assimilação das informações apresentadas, ao mesmo tempo em que adiciono um toque de estilo

à minha escrita. Julgo que essa abordagem visa enriquecer a experiência do leitor ao interagir com o conteúdo que quero apresentar.

Ao longo dos anos, tive o privilégio de interagir com várias personalidades educacionais Potiguara, não somente professores, mas também meus parentes, os anciões e meus amigos. Isso me proporcionou uma compreensão acurada da cultura e dos recursos de linguagem de meu povo. Muitas vezes é comum interações comunicacionais que não segue rigidamente as normas cultas e as complexas regras gramaticais impostas pelo elitismo acadêmico, mas que podem passar a mesma mensagem, de uma forma mais eficiente, simples e popular. Sobre esse tema, já advogou Wittengstein (2000) que existem ‘jogos de linguagem’ e que esses procuram desafiar a visão tradicional da filosofia da linguagem que buscava definir significados em termos de essências ou estruturas universais. Em vez disso, Wittengstein (2000) nos convida a considerar a linguagem como uma prática dinâmica e diversa, enraizada na vida social e cultural das pessoas. Essa abordagem nos ajuda a compreender melhor a natureza flexível e contextual da linguagem, bem como a importância do contexto social na atribuição de significados e na comunicação efetiva.

Para além de Wittengstein (2000), das vivências com meu povo, das discussões em filosofia da linguagem, a exemplo de Bakhtin (1999), entre outros enredos, para mim, enquanto representante de povos originários, o uso de tempos verbais diferentes e a alternância entre a ‘primeira pessoa do singular’, ‘primeira pessoa do plural’, tempo verbal no passado, no presente e no futuro, além de não comprometer o teor do discurso que se quer dissertar, também não é apenas uma questão de linguística, mas sim um reflexo do pensamento coletivo e da conexão social de minhas memórias, de como eu via meu povo me ensinar e que, de alguma forma, representa também a forma como eu organizo meu pensamento e, subsequentemente, a minha escrita. Ao optar por adotar essa abordagem na escrita dessa dissertação, meu intuito é amalgamar eles entre o conhecimento acadêmico e a sabedoria tradicional de meu povo que carrego em mim. Desejava tornar meu trabalho mais acessível e respeitoso para o público ao qual ele é direcionado, que são os Potiguara – PB, evitando a perpetuação de uma visão colonialista e eurocêntrica da academia.

Compreendo que minha decisão possa causar estranhamento em alguns círculos acadêmicos, onde a norma culta da linguagem é rigorosamente seguida. No entanto, quero destacar que essa escolha não diminui as contribuições de meu estudo, as análises traçadas, o material de coleta compartilhado no capítulo 3, entre outras premissas que, ora comunicam a comunidade acadêmica, ora é oportunidade de estudo para futuras pesquisas.



A diversidade de expressão textual é essencial para a preservação da riqueza cultural e linguística de nossas sociedades. Ao abraçar a forma como eu, enquanto representante dos povos originários me comunico, pretendo não apenas enriquecer meu trabalho, mas também contribuir para a valorização e respeito a essas culturas não hegemônicas, mas igualmente valorosas.

Portanto, reconheço que meu trabalho pode ser diferente do que é tradicionalmente esperado em alguns ambientes acadêmicos, mas defendo que essa diversidade é fundamental para a construção de um diálogo inclusivo e respeitoso com as comunidades indígenas e suas formas de expressar seus conhecimentos. Espero que essa explicação justifique minhas escolhas e esclareça o propósito por trás da maneira como este trabalho está registrado.

A dissertação apresenta uma realidade do Ensino Religioso no contexto da escola indígena Potiguara da Paraíba, tendo em vista que é de grande importância para o mundo acadêmico e secular, correlacionando com os aspectos social, cultural e educacional.

Diante das minhas atuações profissionais na educação e contato com os professores indígenas e não indígenas, despertou-me um olhar diferenciado sobre o ensino e área do conhecimento das Ciências das Religiões nas escolas das comunidades indígenas do município de Baía da Traição, que me motivou a estruturar e desenvolver este projeto.

O ensino religioso na perspectiva da diversidade cultural e religiosa é ausente no fazer pedagógico, pois ainda permanece um ensino que gera muitos desentendimentos, principalmente, nas escolas indígenas com os estudantes que vivem sua cultura e espiritualidade a seu modo. Daí a importância em pesquisar essa temática e verificar a relevância que tem para a academia, a comunidade indígena e a sociedade evolvente.

Uma temática que não é só de responsabilidade apenas das instituições religiosas, mas que precisa ser trabalhada na escola, a fim de respeitar a pluralidade cultural e religiosa, suas especificidades e realidades, aceitando a fé e crença de cada indivíduo. Assim, o ensino contribuirá para formação integral do cidadão na sociedade.

Este trabalho possibilitou nos atores das instituições em que a pesquisa foi desenvolvida para uma melhor percepção de ensino e fenômeno religioso, colaborando para a atuação dos professores e demais membros das escolas pesquisadas. Uma obra que contemplará as vozes dos entrevistados e as características do campo e objeto de estudo.

A pesquisa foi necessária e importante desenvolvê-la para melhor compreensão do ensino religioso e quais as suas contribuições para a vida acadêmica e pessoal de cada educando e demais pessoas da instituição escolar, dentro e fora dela. Ter também um conhecimento mais

aprofundado em obras acadêmicas, autores, linhas de pensamentos, documentos, enfim, fazendo uma relação de prática e teoria, do saber empírico ao saber científico e levando em consideração os conhecimentos, vivências e informações.

O ensino religioso desperta discussões e polêmicas por parte de vários estudiosos, professores e outros profissionais da mesma natureza, se tem aquela visão que ajuda na educação e comportamento de cidadãos, levando a apresentar uma boa condução no espaço que estão inseridos e construir valores morais e culturais.

Uma pesquisa que motivou o pesquisador a dialogar com os pesquisados, objetivando ter mais conhecimento da realidade do ensino religioso nas escolas das aldeias indígenas Potiguara da Paraíba. Portanto, é importante levar em consideração a diversidade cultural e religiosa da etnia Potiguara - PB e do Brasil, ou seja, partindo do macro para o micro.

A pesquisa é inédita para a academia, não foram encontrados outros trabalhos semelhantes a temática. O texto: Religiosidade Potiguara: Tradição e ressignificação de rituais na Aldeia São Francisco Baía da Traição – PB, de Almir Batista da Silva, 2011, Entre o tronco e o monte: convergências e divergências nas espiritualidades dos Indígenas Potiguara e do Carmelo Monástico da Paraíba, de Joselma Bianca Silva de Mendonça, 2014; A pesquisa de Surama Santos Ismael da Costa, do ano de 2022, Ritual da lua cheia: espiritualidade e tradição entre os Potiguara da Paraíba; Matheus Cássio Blach, ano de 2017, Patrimônio Cultural, Templo e Ruína: A Igreja de São Miguel Arcanjo e os Potiguara de Baía da Traição, PB; A pesquisa de Pedro Lobo dos Santos, ano de 2021, Morombo'esara Nhebo'e: O Aprender e o Ensinar do Professor Indígena Potiguara na Baía da Traição/Paraíba; Severino do Ramo Fernandes da Silva, ano 2021, Da aldeia para a academia: o conhecimento científico entre os indígenas Potiguara da Paraíba; o pesquisador Emanuel Oliveira Braga, 2019, se aprofundou nas Histórias indígenas e mitos restauradores: Os Potiguara entre os santos, festas e ruínas. Esses trabalhos acadêmicos citados que tiveram as pesquisas realizadas a etnia Potiguara em diversas nas áreas não contemplaram o Ensino Religioso.

Dentro do Programa de Pós-Graduação em Ciências das Religiões (PPGCR), da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), encontram-se algumas obras como teses, dissertações e TCCs sobre o Ensino Religioso. Sabemos que ainda existem poucos trabalhos, mas que são relevantes para a compreensão do processo histórico do Ensino Religioso na Paraíba e no Brasil.

Citarei alguns trabalhos e autores que se debruçaram sobre o Ensino Religioso: José Carlos Toca da Silva (2019), fez o seu TCC sobre o Ensino religioso: um caminho onde o ser humano busca um sentido para a vida. Ele buscou compreender as contribuições que o Ensino Religioso tem enquanto disciplina para o sentido da vida dos estudantes. A tese de Mirinalda

Alves Rodrigues dos Santos (2020), tratou-se do tema: Ensino religioso e currículo: sentidos, implicações e ressignificações nos cursos de ciência(s) da(s) religião(ões). Diante de sua pesquisa entende-se que foi desenvolvida no próprio espaço acadêmico da universidade, objetivando analisar os sentidos do Ensino Religioso nos cursos de graduação e Pós Graduação em Ciências das Religiões, como também a dialética que existe entre o Ensino Religioso e o currículo. Já a Tália de Azevedo Souto Santos (2019) em sua dissertação: Laicidade do estado e ensino religioso no Brasil: trajetórias, desafios e perspectivas, apresenta uma discussão entre a laicidade e o Ensino Religioso no contexto das escolas brasileiras.

Foram vários pesquisadores que realizaram pesquisas na etnia Potiguara, mas, em relação à pesquisa que realizei, não foi detectado obras que falem sobre o ensino religioso nas escolas das aldeias indígenas. Portanto, esta obra apresenta um panorama de como está o Ensino Religioso nas escolas das aldeias indígenas do povo Potiguara - PB.

Na verdade, o texto contribuirá de fonte para o fazer pedagógico dos professores, apresentando dados consolidados das práticas em relação ao Ensino Religioso nas escolas da etnia Potiguara-PB. Dados esses coletados pelos instrumentos da pesquisa, que estão detalhados na metodologia, trazendo informações fundamentais do campo e objeto, entendendo suas transformações baseadas na legislação brasileira a nível nacional, estadual e municipal e também na estrutura pedagógica das escolas.

## 1.1 O ENVOLVIMENTO COM O ENSINO RELIGIOSO

Sou filho de pais indígenas Potiguara-PB, agricultores e analfabetos, os senhores: Antônio Santana dos Santos e Creuza Maria dos Santos. Nasci na aldeia Alto do Tambá, antiga aldeia Galego, a qual faz parte do município de Baía da Traição - PB, neto de um dos grandes líderes dos anos 1960, Daniel Santana, um homem muito respeitado por todos os indígenas, que nos deixou um grande Legado (Barcellos, 2014).

Desde minha infância sempre fui incentivado pela minha família para estudar, trabalhar e alcançar meus objetivos de vida pessoal e profissional. Minha maior incentivadora e educadora foi minha mãe, uma grande mulher que junto com meu pai, educaram 10 filhos e hoje todos estão bem se situados com seus projetos de vida.

Na qualidade de indígena e cidadão participei e participo das causas, movimentos e eventos que dizem respeito ao povo Potiguara-PB, objetivando lutar por uma educação escolar diferenciada e de qualidade. Eventos esses de fortalecimento da identidade cultural.

Terminei o Ensino Fundamental e o Ensino Médio na escola pública, mas meu sonho era entrar no Ensino Superior, desafio nada fácil. Mas acreditei e com muito esforço e dedicação consegui ingressar em 2005, no curso de Pedagogia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA. Logo em seguida, ingressei na Especialização em Educação Especial pelo Instituto de Ensino Superior da Paraíba – IESP. No ano de 2011, fiz a seleção para especialização em Coordenação Pedagógica pela UFPB e fui aprovado e classificado. Um curso que me ajudou muito na minha prática, porque nesse período atuava como coordenador pedagógico no município de Mataraca - PB.

No ano de 2015, continuei estudando, iniciei o bacharelado em Antropologia pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB, Campus IV, no município de Rio Tinto - PB.

A universidade pública veio para o território Potiguara e possibilitou para que os jovens indígenas e não indígenas que pudessem cursar uma graduação nas áreas do conhecimento. Hoje, muitos jovens estão fazendo os cursos ofertados pela instituição (Coqueijo, 2020).

O curso de Antropologia abriu vários horizontes e leques de possibilidades para a vida acadêmica e profissional, para aquisição do conhecimento, desconstruiu certezas, estereótipos e preconceitos. Um curso que desperta você a adentrar e compreender os aspectos social, cultural, religiosos, político e econômico.

Na conclusão do curso, despertou-me a pesquisar sobre o culto evangélico indígena que a Primeira Igreja Batista Potiguara-PB, localizada na aldeia Alto do Tambá, município de Baía da Traição, realiza todos os anos, no dia 19 de abril, uma igreja constituída pela maioria de membros indígenas. Realizei uma etnografia, fiz observação participante, entrevistas e depois a pesquisa foi a distância, usando alguns recursos tecnológicos e redes sociais, porque a Pandemia do Novo Corona Vírus me impediu de finalizar de forma presencial.

Também cursei e concluí Especialização em Educação Indígena à distância pela faculdade FAMART, um curso que decidi fazer por ser professor e coordenador indígena e ministrar aula em escolas das aldeias indígenas Potiguara - PB. É muito importante o professor indígena ter a formação específica para melhor desenvolver sua prática nas escolas das aldeias Potiguara, mesmo já tendo um grande conhecimento da sua história, cultura, educação indígena, e também se apropriar do conhecimento científico e pedagógico.

Não foi fácil me tornar o profissional que sou hoje, percorri muitos caminhos, enfrentei vários obstáculos. Quantas vezes, durante o dia, sai a pé com meus amigos e primos da aldeia

para estudar na escola Antônio Azevedo, na cidade de Baía da Traição, andando aproximadamente 2h30min, para alcançar meus objetivos, de concluir o antigo ginásio, hoje, fundamental, e a noite o pedagógico, curso equivalente ao Ensino Médio. Todo esforço foi válido, para me tornar o profissional que sou hoje.

Diante dessa minha trajetória, desenvolvi uma atividade que me marcou até hoje, foi de vender manga com uma bacia na cabeça, gritando: olha a manga, ou perguntava as pessoas das casas: quer comprar manga? Sempre veio e vem muita gente passar as férias em suas casas no período do verão em Baía. E quantas vezes também vendi mamão e manga na feira de Rio Tinto-PB, com meu irmão João Santana, hoje, é pastor da Igreja Batista na cidade de Marcação-PB.

Mas sempre com meu sonho de ser professor, não desisti, persisti e me tornei professor e até os dias atuais desenvolvo essa função com muito amor e dedicação.

Atuo na Educação Básica há mais de 20 anos, comecei na docência a partir dos meus 16 anos de idade, sempre tive o prazer de atuar como professor, de poder ajudar e ver pessoas lendo, escrevendo e crescendo em conhecimentos. Tenho uma vivência significativa na escola indígena e não indígena, como também, ambas me proporcionaram na prática a ser o profissional que sou. Como professor indígena Potiguara, tenho o privilégio trabalhar com meu povo as suas especificidades, cultura e fortalecendo a identidade Potiguara.

Meu primeiro emprego foi em 1997 pela prefeitura de Baía da Traição, na gestão do prefeito Marcos Santana, me deu a oportunidade de trabalhar na escola Dr. Dustan Soares de Miranda, localizada na aldeia Alto do Tambá, na época a diretora e professora indígena era Dona Cleide Duarte de Lima.

Atualmente, sou professor concursado no município de Mataraca - PB, desde os anos 2002, trabalho na escola municipal Antônio Madeira da Costa, localizada no Distrito de Barra de Camaratuba, ministro aulas de Geografia na escola Manoel Ferreira Padilha, localizada na aldeia Silva da Estrada, a qual é um campo de pesquisa, professor voluntário na escola Estadual Indígena Cacique Iniguaçu, localizada na Aldeia Tramataia, município de Marcação – PB.

Nesta última escola, leciono a disciplina de Antropologia, devido ela ser indígena e reconhecida legalmente pela legislação e comunidade indígena. Uma disciplina muito importante para a compreensão dos povos, culturas e suas relações entre si.

Também ministro aulas no curso de Pedagogia e Pós-graduação em Educação Indígena pelo Instituto Profissional Especializado – IEP - PB, uma instituição que sempre me dá a oportunidade de lecionar, e cada vez mais tenho a certeza que nasci para a docência. A experiência é muito importante para o fazer pedagógico, e o profissional vai se aperfeiçoando.

E durante minha atuação na rede estadual de ensino do Estado da Paraíba, participei duas vezes do Prêmio Mestres da Educação e ganhei-o com os seguintes projetos: “O olhar da arte sobre a corrupção” (2015), na escola Akajutibiró, localizada na aldeia Akajutibiró, município de Baía da Traição. E o outro projeto foi “O que os olhos não veem, a câmera mostra”, (2016), na escola indígena Cacique Iniguaçú, no município de Marcação.

Foram projetos que desenvolvi nas duas escolas indígenas com os estudantes do Ensino Médio, focados no processo de Ensino e Aprendizagem, especialmente, leitura, compreensão e escrita, fazendo uma relação com o contexto social daquele momento. E tudo isso contribuindo e se constituindo como professor indígena comprometido com uma educação diferenciada e de qualidade. E ainda nesse período de atuação nas escolas indígenas do estado, tive o prazer de lecionar por aproximadamente 8 anos na escola Pedro Poti, localizada na aldeia São Francisco, Baía da Traição.

Instituição que muito me ensinou os princípios e valores da educação indígena e educação escolar indígena do povo Potiguara. Uma grande referência de professora foi Dona Nilda, que muito praticou e valorizou a cultura de seu povo.

Eventos que ficaram marcados em minha vida pessoal e profissional das escolas estaduais indígenas: a semana cultural, aulas naturais, formatura indígena e a formação específica, eventos que fazem valer e acontecer no contexto da escola diferenciada.

Quero registrar que estou coordenador pedagógico da Organização dos Professores Indígenas Potiguara da Paraíba – OPIP - PB. Uma organização que luta pelos direitos dos professores indígenas e por uma educação escolar indígena Potiguara de qualidade.

Atualmente, desenvolvo não só a função de professor, mas também a função de coordenador geral da educação do município de Baía da Traição - PB e faço parte de uma equipe de formadores/multiplicadores, pois tenho o prazer de atuar em formações com os meus parentes professores. Oportunidade e confiança que o gestor Serginho Lima me proporcionou de integrar a sua equipe.

As formações, os encontros pedagógicos, os planejamentos foram fundamentais no despertar para a área do conhecimento das Ciências das Religiões que pouco se falava, discutia ou era abordado nos encontros de professores sobre os assuntos pertinentes ao ensino religioso.

Tendo em vista que é uma área do conhecimento que da Base Nacional Comum Curricular-BNCC contempla, mesmo que o ensino seja facultativo, está registrado na Constituição Federal de 1988 e na LDB de 1996, entre outros documentos normativos. Tive a ousadia de levantar a questão do ensino religioso no encontro pedagógico que aconteceu na escola Antônio Azevedo, localizada no centro da cidade de Baía da Traição, no ano de 2019,

com professores e coordenadores, a fazer a seguinte pergunta: o que vocês acham do ensino religioso nas escolas? Já que vi a ausência desse componente nos encontros, enquanto as outras disciplinas eram mais destacadas.

E todos deram respostas satisfatórias sobre o ensino religioso, dizendo ser de grande importância para a escola e aos estudantes. Sempre oriento os professores que ao abordar ou ensinar conteúdos pertinentes a área do conhecimento de Ensino Religioso, que não desenvolvam aulas voltadas para a sua religião ou de cunho catequético e prosélito, mas que sejam conteúdos que contemplem a diversidade cultural e religiosa dos estudantes, para que ninguém se sinta excluído ou discriminado diante do que foi exposto em sala de aula.

Outro momento que me chamou bastante a atenção foi constatar que nas Diretrizes da Educação do Estado da Paraíba, orientam que o ensino religioso nas escolas indígenas seja agregado à disciplina específica de Etno História. Não entendi o porquê de tratar o Ensino Religioso como componente dependente de outro, sabendo que é garantido na legislação como disciplina para a escola e seu ensino facultado aos estudantes. Então, foram essas vivências que me chamaram a atenção e motivaram para sistematizar o projeto e pesquisar sobre a temática: O Ensino Religioso no Contexto da Escola Indígena Potiguara da Paraíba.

Em 2021, depois da experiência na Educação Básica e já com algumas especializações, ousei me inscrever para o mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ciências das Religiões (PPGCR), da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Era um grande sonho ser mestrando! Quando saiu o resultado, foi uma grande realização e desde então me dedico para dar o meu melhor neste Programa. Comigo conseguiram aprovação mais dois mestrados indígenas Potiguara - PB. Venho dando uma contribuição nas aulas das disciplinas e eventos internos e externos da universidade e escolas públicas, apresentando artigos e resumos expandidos com colegas de curso.

Um programa que valoriza o indígena, dando-lhe acesso adentrar ao curso de mestrado e doutorado, possibilitando vez e voz para que nós, indígenas, tomemos posse do que nos é cabível, que todos tenham empoderamento de fala no meio acadêmico. É importante que todos os indígenas ocupem lugares e posições nos cursos da Universidade Federal da Paraíba, fazendo valer de igual para igual, sem discriminação de cor, povo, gênero, religião e etnia.

Praticamente não tive aulas presenciais das disciplinas do mestrado devido à Pandemia. De certo modo, o ocorrido contribuiu para a minha formação pessoal e profissional, de forma que durante esse período trouxe várias reflexões e ensinamentos, pois tivemos que nos adequar ao momento, reinventar, criar, se adaptar aos recursos tecnológicos para desenvolver um novo projeto de vida. Olhando pelo lado financeiro foi positivo de sentido de não gastarmos com

locomoção, participando das aulas de nossa própria residência, alternando as interações entre momentos síncronos e assíncronos.

A pandemia nos proporcionou a reinventar o processo de ensino e aprendizagem, no sentido de os educandos não ficassem sem aulas e acompanhamento pedagógico por parte dos professores e demais profissionais da educação. O card abaixo apresenta uma live para os estudantes da escola Cacique Iniguaçu, na aldeia Tramataia, município de Marcação-PB.

Figura 1: Card da live sobre racismo da Escola Estadual Indígena Cacique Iniguaçu.



Fonte: Arquivo Pessoal (2020)

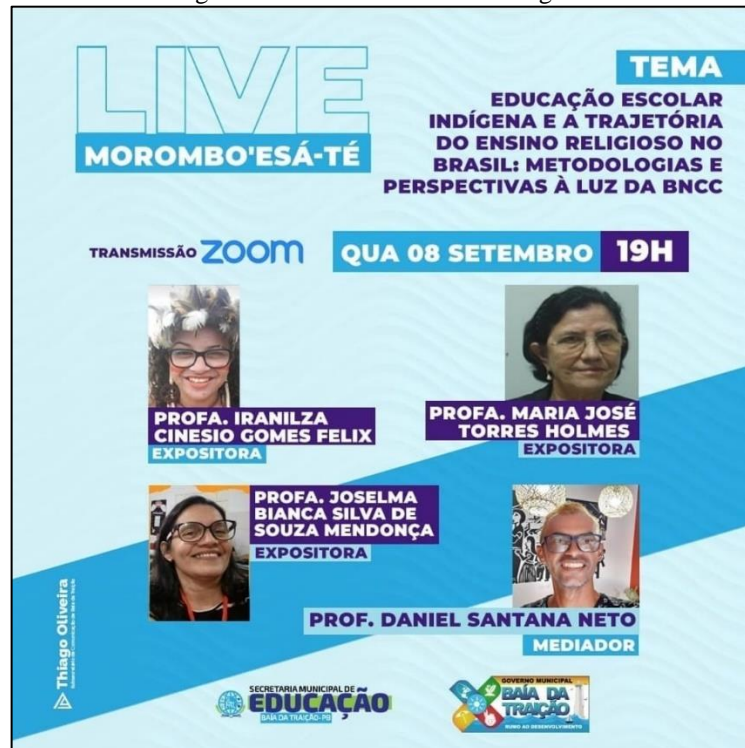
No período da Pandemia criei e mediei várias Lives, acima, (Figura 1) é um registro de uma das lives que desenvolvi, juntamente com o professores José Glebson e José Paixão, para os estudantes da escola estadual Indígena Cacique Iniguaçu. Sempre fui convidado para participar de outros eventos online: Ômongetá Racismo Resé – junho 2020; Ensino Remoto – emergencial e intencional – junho 2020; A literatura indígena na sala de aula – agosto 2021; Cuidar do meio ambiente, também é uma forma de educar – maio 2022; Memórias culinárias: A mandioca como fonte de alimentação, Julho 2022; Potiguara: um povo de memória – agosto 2022; Metodologias da Língua Tupi na sala de aula – outubro 2022. Essas lives foram criadas com a finalidade de formação para os profissionais da Educação de Baía da Traição

Também organizei de forma online a Semana do Abril Indígena da Organização dos Professores Indígenas Potiguara da Paraíba-OPIP - PB, com temas importantes da realidade como: território, educação, cultura e saúde indígenas, envolvendo os profissionais da própria etnia.



O card a seguir (figura 2) representa mais uma live que organizei e participei, juntamente com outros estudantes do Programa de Pós-Graduação em Ciências das Religiões da UFPB, para subsidiar os professores das escolas do município de Baía da Traição em suas práticas em sala de aula.

Figura 2: Card da live Ensino Religioso



Fonte: Arquivo Pessoal (2021)

O card acima foi uma das lives que organizei com o tema voltado para o Ensino Religioso, onde tivemos a participação das professoras: Doutora Joselma Bianca Silva de Souza Mendonça e das doutorandas do PPGCR, Maria José Torres Holmes e Iranilza Cinésio Gomes Felix. As convidadas falaram com muita propriedade do tema em destaque: Educação escolar indígena e a trajetória do Ensino Religioso no Brasil: Metodologias e perspectivas à luz da BNCC. Houve uma participação muito significativa de professores indígenas e não indígenas, pois as contribuições das professoras debatedoras foram bem pertinentes para o fazer pedagógico em relação ao Ensino Religioso.

Ainda durante o período da Pandemia foi muito importante fazer a proficiência em Espanhol e ser aprovado pelo Instituto Federal do Rio Grande do Norte, algo que, para mim, foi novo e me trouxe uma perspectiva de continuar o mestrado. Vibrei muito quando recebi o

resultado, me veio à mente que o indígena é capaz como qualquer outro não indígena, pois tudo parte do desejo e da força de vontade para fazer e conquistar.

Neste mesmo contexto pude concluir todos os créditos do PPGCR - UFPB no primeiro ano, e realizei meu estágio de docência no curso de licenciatura em Ciências das Religiões da UFPB, na disciplina Arte Sacra Indígena, ministrada pelo professor doutor Lusival Barcellos. Essa disciplina nos proporcionou várias partilhas enriquecedoras em conhecimentos e práticas culturais, compreendendo as realidades dos convidados que participaram expondo suas vivências.

Tivemos alguns Potiguara que falaram das suas atividades artísticas: pintura de telas, pinturas corporais indígenas, criação em quadrinhos, arte do beiju, arte em argila, entre outras. O professor Manoel Pereira, conhecido por Manoelzinho, falou da relevância da cultura para o povo Potiguara e também da sua contribuição de professor indígena que vive a cultura na escola, na comunidade indígena e em outros lugares que é convidado para falar da história do seu povo. A professora Idalina Aparecida Duarte falou com propriedade das artes plásticas, que busca inspiração na natureza, no dia a dia, no meio ambiente para retratar seus quadros pintados.

No ano de 2022 com alguns colegas potiguara do curso de mestrado em Ciências das Religiões e o orientador enviemos um Resumo Expandido intitulado: ‘A importância do ritual do toré e da espiritualidade indígena nas escolas Potiguara - PB’, para o evento internacional III CLAEICIR, Congresso Latino-Americano de Educação e Ciências da Religião e XI CONERE, Congresso Nacional de Ensino Religioso. Foi uma experiência muito significativa participar de uma Roda de Diálogos na apresentação do artigo. A cada evento que participo, vou conquistando mais firmeza e tendo a certeza de ser um indígena Potiguara fomentador do conhecimento.

Recordo-me que antes de prestar a seleção para o mestrado, apresentei um outro resumo para o evento Seminário Nacional de Formação de professores para o Ensino Religioso, o XVI SEFOPER, com a professora Joselma Bianca Silva de Souza Mendonça, o seguinte trabalho: ‘O ensino religioso e os professores indígenas: planejamento e perspectivas dos potiguara de Baía da Traição - PB.’ Para mim foi o primeiro trabalho que apresentei com receio, nervoso, mas deu tudo certo e me trouxe um aprendizado significativo e com a certeza de prosseguir almejando chegar no mestrado.

Atualmente, está no prelo um artigo sobre o ‘Ensino Religioso e a Espiritualidade indígena na Paraíba’ versando sobre essa temática de fundamental importância para a educação básica.

A seguir, irei apresentar os elementos do nosso estudo. Ver, ouvir e escrever são elementos fundamentais para a sistematização da pesquisa (OLIVEIRA, 2006). Talvez seja não apenas um ofício de um professor, antropólogo fazer pesquisa, mas daqueles que se debruçam a realizar esse papel.

## 1.2 OS ELEMENTOS DA PESQUISA

Nosso objeto de estudo é o Ensino Religioso no contexto da escola indígena Potiguara da Paraíba. Esta pesquisa mostrará como este objeto é compreendido e trabalhado nas instituições de ensino das comunidades indígenas. O diferencial de uma pesquisa qualitativa é fazer um aprofundamento no assunto e o que se quer realmente compreender a partir da atuação em campo.

A problemática é: como acontece o Ensino Religioso nas escolas das aldeias do município de Baía da Traição? Tendo em vista que esse despertar parte da minha função de coordenador e de um olhar diferenciado, quando percebe-se em transformar o “[...] familiar em exótico e exótico no familiar.” (DA MATA, 1978, p. 24).

A dissertação tem como objetivo geral: analisar a prática do ensino religioso na escola indígena Potiguara da Paraíba para a compreensão da pluralidade cultural e religiosa de todos que integram o ambiente escolar.

Os objetivos específicos são: identificar a diversidade cultural e religiosa presente na realidade social da escola para entendimento das especificidades e reciprocidades daqueles que convivem na instituição; dialogar com os professores sobre o ensino religioso, para melhor compreensão do mesmo no ambiente escolar; averiguar o PPP e a proposta curricular da escola indígena, para a formação integral dos estudantes; pesquisar e observar como os conteúdos do ensino religioso são abordados nos encontros pedagógicos e em sala de aula.

## 1.3 O JEITO INDÍGENA DE FAZER PESQUISA ACADÊMICA

Com relação a metodologia, a pesquisa é de natureza etnográfica, de caráter qualitativa, pois a mesma subsidiará nas informações necessárias para a problemática abordada. Segundo Lakatos e Marconi (2004), a abordagem **qualitativa** preocupa-se em analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano. Fornece análise mais detalhada sobre as investigações, hábitos, atitudes, tendências de comportamento, dentre outros.

A abordagem qualitativa desse projeto se direciona para o **estudo de caso**, que trata do recolhimento das informações de um contexto real, com a finalidade de compreender e descrever a temática em estudo. Gil (1994) diz que o estudo de caso

[...] é uma modalidade de pesquisa amplamente utilizada nas ciências biomédicas e sociais. Consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento, tarefa praticamente impossível mediante outros delineamentos já considerados (Gil, 1994, p. 54).

Yin (2001) afirma que o estudo de caso é mais uma forma de se fazer pesquisa pelas ciências sociais, tendo em vista a vida real em diversos contextos. Uma estratégia de atuar compreender as realidades sociais e culturais. Também ele alerta que o estudo de caso não é o mesmo que etnografia ou observação participante, vai depender muito do contexto e atuação do pesquisador.

Portanto, também é fundamental que o pesquisador ou qualquer pessoa exerça essa função, desenvolvam habilidades na área da pesquisa. Sobre essas habilidades, Yin (2001, p. 81) apresenta uma lista básica:

No entanto, uma lista básica de habilidades comumente exigidas incluiria o seguinte:

- Uma pessoa deve ser capaz de fazer boas perguntas - e interpretar as respostas.
- Uma pessoa deve ser uma boa ouvinte e não ser enganada por suas próprias ideologias e preconceitos.
- Uma pessoa deve ser capaz de ser adaptável e flexível, de forma que as situações recentemente encontradas possam ser vistas como oportunidades, não ameaças.
- Uma pessoa deve ter uma noção clara das questões que estão sendo estudadas, mesmo que seja uma orientação teórica ou política, ou que seja de um modo exploratório. Essa noção tem como foco os eventos e as informações relevantes que devem ser buscadas a proporções administráveis.
- Uma pessoa deve ser imparcial em relação a noções preconcebidas, incluindo aquelas que se originam de uma teoria. Assim, uma pessoa deve ser sensível e estar atenta a provas contraditórias.

O campo de pesquisa deste projeto são quatro escolas do município de Baía da Traição: Maria das Dores Borges, aldeia Alto do Tambá, Centro Social São Miguel, aldeia São Francisco, Manoel Ferreira Padilha, aldeia Silva da Estrada e Antônio Azevedo, no centro da cidade. Todas essas escolas têm Ano Finais do Ensino Fundamental e ofertam a disciplina de Ensino Religioso. Essas escolas foram escolhidas para melhor compreensão do objeto de como está sendo praticado.

Os interlocutores desta pesquisa foram: diretores, coordenadores, professores e estudantes. São atores que participam do cotidiano escolar e vivenciam realidades e práticas do fazer pedagógico. É importante ouvir os interlocutores nesses ambientes de como eles compreendem escolhido o Ensino Religioso nas unidades de ensino.

Com relação aos instrumentos de pesquisa para coleta de dados, optamos pela observação participante, o diário de campo e a entrevista, porque ambos auxiliaram nos diálogos, captação das informações e contatos com as pessoas. De acordo com Lakatos e Marconi (2001), a observação utiliza os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade. Não consiste apenas em ver e ouvir, mas também em examinar fatos ou fenômenos que se deseja estudar. O diário de campo é um instrumento fundamental no desenvolvimento desta pesquisa, que o pesquisador fará uso dele para os registros em campo.

A entrevista é uma “[...] conversação efetuada face a face, de maneira metodológica; proporciona ao entrevistador, verbalmente, a informação necessária.” (Lakatos; Marconi, 2001, p. 107). Essas técnicas são importantes na utilização da coleta dos dados através dos interlocutores sobre o ensino religioso nas escolas das aldeias indígenas.

A pesquisa foi desenvolvida com embasamento acadêmico e teórico, indo a campo e tendo contatos com os interlocutores, falando de suas vivências e experiências. As visitas foram agendadas, as idas avisadas com antecedências para observação e entrevista as pessoas nas escolas, utilizando diário de campo, pedindo permissão para gravar as entrevistas, se fosse o caso, participar de encontros pedagógicos nas escolas, observando as atividades, tendo acesso ao Projeto Político Pedagógico (PPP), sempre com permissão da gestão escolar.

Outra etapa relevante do projeto é a análise dos conteúdos provindos dos dados ou informações coletadas, pois é fundamental para a consolidação da pesquisa. Para Silva, Gobbi e Simão (2005), “[...] o método da análise de conteúdo aparece como uma ferramenta para a compreensão da construção de significado que os atores sociais exteriorizam no discurso.” (Silva; Gobbi; Simão, 2005, p. 74).

Portanto, compreende-se que a análise do conteúdo foi mais uma ferramenta para auxiliar na interpretação do que foi coletado. Seguindo essa linha, Badin, citado por Godoy (1995), menciona três etapas importantes para a realização da análise: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados. São contribuições necessárias para a sistematização do texto.

Assim que ingressamos no PPGCR, priorizamos cursar todos os créditos. Foram muitas as leituras, debates, seminários e os aprofundamentos, de relevância para o pesquisador ter maior conhecimento sobre o estado da arte.

Muito importante discutir os teóricos que escrevem e discutem sobre a temática do ensino religioso nos tempos atuais, fazendo relação com as leis que o respaldam e fomentam conteúdos pertinentes como a laicidade, a Constituição e o Estado. Historicamente, é abordado nos debates de forma geral, mas é relevante pesquisá-lo no âmbito da escola indígena Potiguara da Paraíba.

Sobre o tema que elegi para estudos, mediante minhas pesquisas não encontrei obras e autores que falem especificamente do mesmo, mas que tem uma aproximação com o território Potiguara, como posso citar os seguintes textos: Religiosidade Potiguara: Tradição e ressignificação de rituais na aldeia São Francisco, Baía da Traição - PB, de Almir Batista da Silva, 2019; Práticas educativo-religiosas dos Potiguara da Paraíba, de Lusival Barcellos, 2014.

Mediante a sistematização desse projeto, cito o autor Baptista (2015), que em seu texto Ciências da Religião e Ensino Religioso: o desafio histórico da formação docente de uma área de conhecimento, discute a questão do ensino religioso a partir da formação dos professores e seu processo histórico, tendo em vista que se trata de uma área do conhecimento e não apenas de uma disciplina segregada a outras. Como também é necessário a formação docente na área das Ciências das Religiões em consonância com o ensino religioso.

Rodrigues (2015), elenca os termos democrático, pluralidade e laico, referendando-os às Ciências da Religiões e ao ensino religioso. Desperta-nos a reflexões sobre o ensino religioso e suas atribuições a Ciência da Religião e a escola.

Também, vale mencionar Oliveira *et al.* (2007), que aborda em seu texto uma metodologia mais didática, especificamente no capítulo quatro: “Ensino Religioso como componente curricular”, que discute sobre a identidade do ensino religioso interligando ao pedagógico, como também despertar nos professores a importância desse ensino na educação das pessoas.

Paralelamente fomos fazendo uma aproximação com a empiria, o saber científico e os nossos temas elencados. As leituras deram embasamento para a sistematização do conhecimento dentro e fora do espaço acadêmico e sistematizando o texto.

A pesquisa se deu da melhor forma tendo contato com os interlocutores e o objeto, o Ensino Religioso. Foi deslumbrante o fazer etnográfico, o *in loco* te dá outra dimensão em relação ao que está no projeto e o que estamos vendo, ouvindo, escrevendo. Mas que é necessário o planejamento no sentido de nortear todo o trabalho.

Esta pesquisa foi submetida ao comitê de ética e aprovada pelo mesmo e inserida na Plataforma Brasil, fazendo-a com transparência, veracidade e dentro dos princípios éticos e legais.

A dissertação está assim estruturada: I) introdução; que traz a trajetória de vida pessoal e profissional do pesquisador, a justificativa, a metodologia, a problemática, o campo, o objeto e os interlocutores, pois é fundamental este planejamento para o desenvolvimento da pesquisa.

II) O povo Potiguara e o ensino religioso; este capítulo mostrará informações necessárias, focando as transformações ao longo da história da humanidade. Como também os contextos históricos e culturais da educação indígena e da educação escolar indígenas, fazendo uma relação com o ensino e fenômeno religioso e as Ciências das Religiões. Ainda neste capítulo discutiremos dois documentos importantes para o ensino religioso e o contexto educacional: a Base Nacional Comum Curricular-BNCC e a Diretriz Curricular da Paraíba-DCPB.

III) Este último capítulo falará em si da pesquisa, que será uma descrição densa das idas a campo, do contato com o objeto de estudo e os interlocutores. Trará uma visão do ensino religioso e de como está sendo ministrado nas escolas das aldeias indígenas Potiguara - PB.

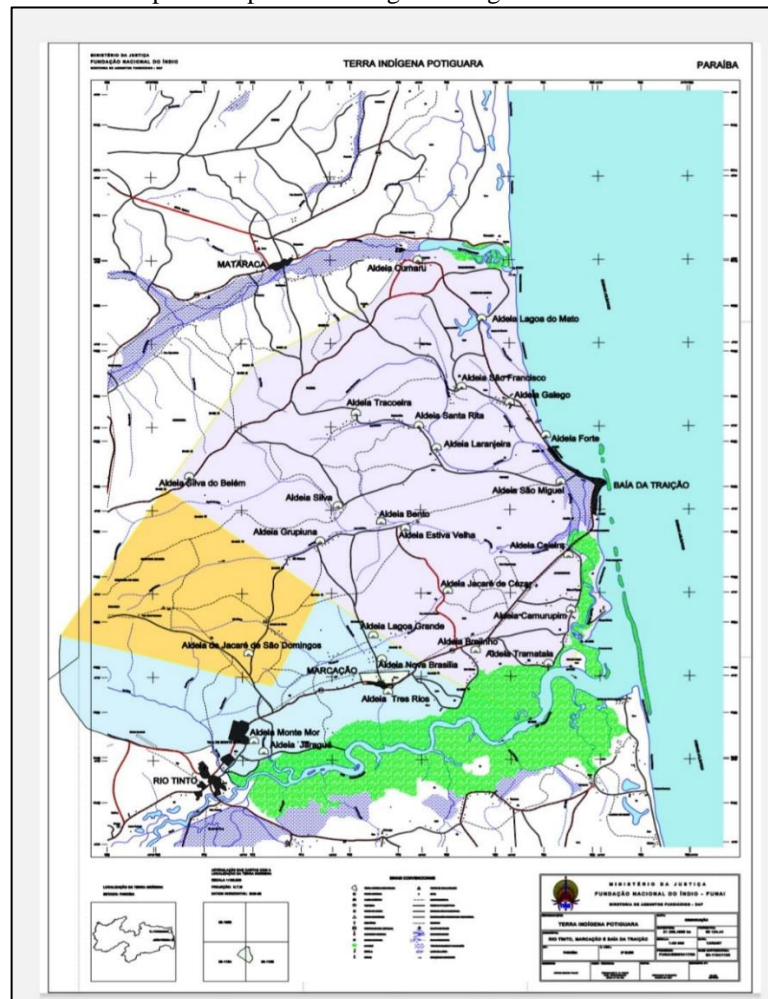
As conclusões serão os resultados a partir da coleta de dados, informações, características do objeto e do campo, dos registros no diário de campo, as interações com os interlocutores, que são fundamentais para a consolidação dessa tese. Sem eles para falar de suas vivências, experiências jamais poderia finalizar esse estudo.

## **2 O POVO POTIGUARA E O ENSINO RELIGIOSO**

O povo Potiguara está localizado no Litoral Norte da Paraíba, em três municípios indígenas: Baía da Traição, Marcação e Rio Tinto. O território é composto por 32 aldeias, cada uma é representada por um cacique local e tem o cacique geral (Barcellos, Soler, 2012). “[...] As aldeias constituíam três Terras Indígenas (TI) contíguas: Potiguara, Jacaré de São Domingos e Potiguara Monte-Mor”. Em 2005, iniciou-se o processo de identificação de uma outra terra denominada Mundo Novo/Viração (Vieira, 2006). Um povo que é muito forte em questão de resistência e luta e que habita o litoral muito antes de o colonizador chegar aqui.

O mapa mostra a localização das terras indígenas Potiguara da Paraíba, como uma forma de quem está lendo situar a população indígena.

Mapa 1: Mapa Terra Indígena Potiguar da Paraíba.



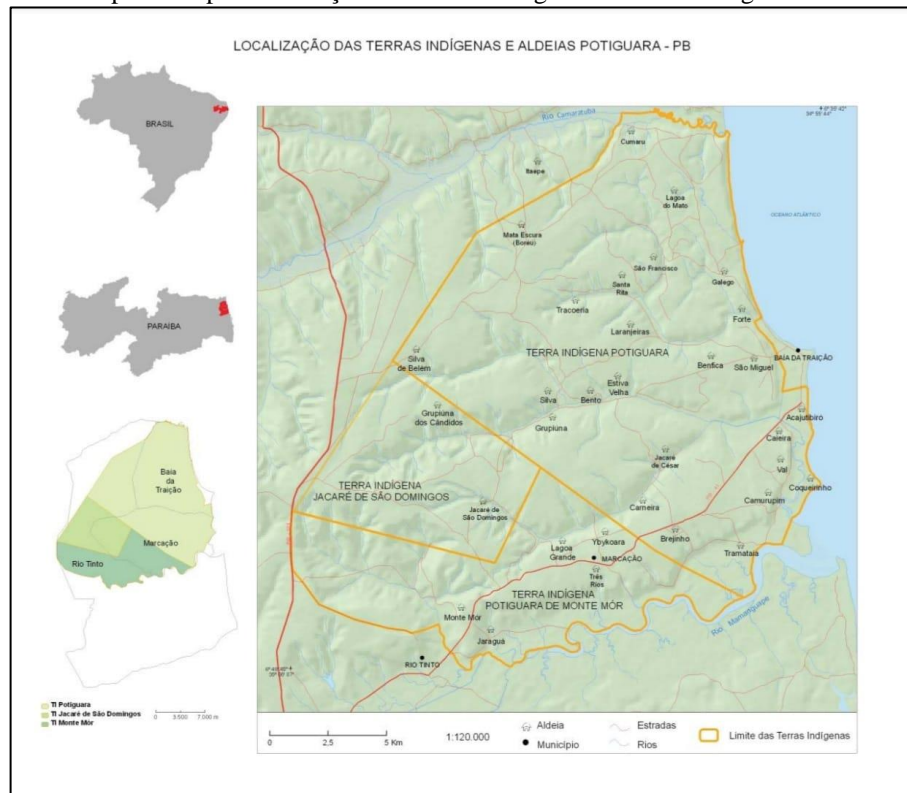
Fonte: [https://drive.google.com/file/d/1APQak\\_tcT7i3yo4nkG6eQVjUrx9yyteS/view](https://drive.google.com/file/d/1APQak_tcT7i3yo4nkG6eQVjUrx9yyteS/view)

O mapa (1) intitulado Terra Indígena Potiguar apresenta os três municípios: Baía da Traição, Marcação e Rio Tinto e suas respectivas aldeias indígenas.

O mapa (2) também traz uma visão ampla do espaço da etnia com suas terras no Litoral Norte da Paraíba.



Mapa 2: Mapa Localização das Terras Indígenas e Aldeia Potiguara - PB



Fonte: Etnomapeamento dos Potiguara da Paraíba

É muito interessante compreender os lugares a partir da cartografia, portanto, se tem mapas que representam as terras e as 32 aldeias Potiguara. Sabe-se que é um povo milenar que permanece com suas práticas sociais e culturais, fortalecendo a sua identidade étnica.

Diante desse contexto histórico territorial apresentamos as aldeias do município de Baía da Traição são: Akajutibiró, São Miguel, Benfica, Bento, Silva da Estrada, Laranjeiras, Santa Rita, Tracoeira, São Francisco, Cumarú, Lagoa do Mato, Alto do Tambá e Forte. Marcação: Caieira, Val, Camurupim, Tramataia, Brejinho, Três Rios, Lagoa Grande, Ybiquara, Jacaré de César, Jacaré de São Domingos, Estiva Velha, Grupiúna, Grupiúna dos Candidos e Carneira. As aldeias pertencentes a Rio Tinto: Silva de Belém, Boréu, que ainda está em fase de reconhecimento, Montemor e Jaraguá (Silva Neto, 2021).

A população Potiguara encontra-se distribuída em terras indígenas localizadas entre os rios Camarutuba e Mamanguape, e seu conjunto de aldeias constituem três terras indígenas. Abrangendo um total de 33.757 ha. A terra indígena Potiguara com uma população superior a 8.100 habitantes, a terra Jacaré de São Domingos, com uma população superior a 440 habitantes e a terra indígena Montemor com uma população superior a 4.440 habitantes. (Medeiros, *et al* 2020, p. 1090).

Um povo que muito lutou pela defesa de suas terras contra os colonizadores no século XV para garantia da permanência e sobrevivência de toda a etnia, inclusive, dos elementos naturais e culturais (Barcellos, 2014).

Moonen e Maia (1992), afirmam que o litoral brasileiro era muito visado pelos colonizadores, inclusive, portugueses, franceses e holandeses, devido as suas riquezas. “No Nordeste, por exemplo, os franceses comercializavam com os Potiguara.” (Moonem; Maia, 1992, p. 23).

O massacre aos indígenas na época do período colonial foi muito forte. Vários fatores contribuíram para a dizimação da população indígena, como as invasões, as guerras, os conflitos armados, as doenças, o genocídio, entres outras formas visíveis e invisíveis que mataram muitos indígenas (Moonen; Maia, 1992).

Diante de tantas guerras, batalhas, conflitos, rememora-se o grande líder, guerreiro, destemido e mártir Pedro Poti Potiguara, que muito lutou contra os colonizadores, principalmente, os portugueses, que muito massacraram o seu povo. Um líder que foi educado pelos holandeses e se converteu ao calvinismo. (Silva, 2016). Foi capturado em território Potiguara, levado para Lisboa e a caminho foi massacrado, violentado e morto a bordo de uma caravela pelos portugueses. Houve alianças entre indígenas e colonizadores, a exemplo os portugueses com os Tabajaras e holandeses com os Potiguara, havendo muitos conflitos. Como diz Vieira, (2001, p. 50):

De acordo com o "cacique da aldeia" Galego, a aliança dos Potiguara com os holandeses se deve ao fato de que os portugueses pretendiam expulsá-los por estes estarem comercializando produtos de interesse daqueles. Os portugueses pretendiam, também, expulsar os próprios índios com a intenção de mudar a sua cultura, a sua terra e sua língua. A aliança com os índios significou, para os holandeses, a garantia no aumento do seu comércio. Em contrapartida, os índios supostamente continuariam a viver conforme a sua tradição, com a possibilidade de adquirir produtos desconhecidos.

Muitos povos indígenas perderam suas terras e seus territórios no processo da colonização, como afirma Moonen e Maia (1992, p. 18): “A invasão territorial: com a conquista, os índios perderam não só apenas suas terras, necessárias para sua subsistência, mas, o que é bem mais grave, também seus territórios, suas Pátrias, necessárias para sua sobrevivência como Povos, como Nações Indígenas.”

Não se sabe o número exato de Potiguara no Litoral Norte da Paraíba, no período colonial, mas segunda as histórias orais que habitam muitos indígenas. No século XVI,

estimava-se que a população era de 14.000, e que era atendida pelos franciscanos (Moonen; Maia, 1992).

Hoje, a população Potiguara - PB cresceu significativamente, devido ao censo indígena e a procura pelo reconhecimento das pessoas que moram nas cidades dos municípios de Baía da Traição, Marcação e Rio Tinto, como também em outros municípios e capitais. Até o ano de 2022 a estimativa era de 23.000 (Silva Neto, 2021). No ano de 2023 existem aproximadamente 30.000, levando em consideração os que habitam na área rural e urbana (IBGE, 2023).

Segundo Barcellos (2014, p. 83): “O povo Potiguara é a maior população indígena do Nordeste etnográfico, uma das maiores populações do Brasil.” Ainda nessa perspectiva sobre os povos do Nordeste, Silva Neto (2021, p. 40) afirma:

Muito se fala que não há indígenas no Nordeste, mas podemos citar os Potiguara, Tupinambá, Tupiniquim, Tremembé e entre outros, foram esses povos que primeiro receberam os invasores, foram os primeiros a sofrerem os impactos do processo de colonização. Esses povos que primeiro lutaram para que não ocorresse a dominação do território.

Esses indígenas foram se afirmando e se reafirmando, ressignificando a sua identidade cultural em toda a sua história, lutando pelos direitos que lhes foram garantidos na Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988) em seu artigo 231 diz:

Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

§ 1.º São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

É muito importante esse reconhecimento dos povos indígenas e garantia de seus direitos na Carta Magna, portanto, são citados nesse documento majoritário devido a participação nos movimentos criados ao longo da história. Recordo-me assistindo uma palestra do Caboquinho Potiguara, (Informação verbal, Mamanguape, out, 2022) onde mencionou várias vezes que liderou movimentos internos e externos, objetivando garantir os direitos constitucionais de seu povo.

Salientamos que a língua falada pelos povos originários antes do processo da colonização era o Tupi, mas a imposição da cultura europeia, passaram a falar o português. Não respeitaram a diversidade e pluralidade que existiam no território brasileiro. E para revitalizar

a língua materna, lideranças, professores Potiguara, juntamente com o professor Eduarda Navarro da USP elaboram um projeto que formou os primeiros profissionais e está inserido nos currículos das escolas das comunidades indígenas dos três municípios (Barcellos, 2014).

Para os indígenas e demais pessoas a língua é muito importante para a comunicação entre os membros de uma localidade, comunidade, porque viabiliza a comunicação entre os habitantes, e que tem uma relação muito forte com a cultura e a identidade. Sem esse elemento fica impossibilitado de comunicação e expressões sociais.

Os Potiguara têm uma cultura riquíssima, ancestral, mantida viva por meio de seus ritos, que é fortalecida cada vez mais pelas práticas desenvolvidas pelas gerações atuais. O fazer cultural de pertencimento e ressignificação étnica, que transcende o sobrenatural e que está ligada a cosmologia milenar. O professor Enivaldo diz:

Por ser uma cultura diferenciada, está sempre interligada a uma forma de viver e de ser em diferentes aspectos sociais como também cultural na qual todos se integram. Sendo nós conhecedores dos seus direitos, mas também dos seus deveres como indivíduos pertencentes ao povo potiguara. (Enivaldo Santos<sup>1</sup>, 2022).

Lideranças indígenas Potiguara que se destacam desde os anos 1970, 1980 até os nossos dias: Antônio Pessoa Gomes, conhecido por Caboquinho, José Ciriaco, conhecido por Capitão, Iolanda dos Santos Mendonça, Joelma Felix Barbosa, Maria Sonia Barbalho de Macedo, Manoel Eufrásio Rodrigues, conhecido por Seu Neo, Marcos Antônio dos Santos, conhecido por Marcos Santana, junto ao seu povo lutam incansavelmente por garantias de direitos e uma saúde e educação dignas e de qualidades.

Os indígenas têm participado de movimentos, instituições, seminários, congressos, que presam e discutem sobre direitos, deveres, identidade, cultura, saúde, educação, meio ambiente, entre outros assuntos. O Acampamento Terra Livre (ATL), que acontece todos os anos, no mês de abril, onde vários grupos indígenas participam. Movimento esse que os indígenas participam para reivindicar melhorias em todos os aspectos e setores da sociedade indígena (Gesse, 2020).

Os Potiguara são muito ativos quando se fala da sua cultura, território, territorialidade, ancestralidade e cosmologia. Um povo que busca fortalecer os elementos culturais e de pertencimento no dia a dia, nas rodas de convivências e relações sociais. A cultura Potiguara está viva, devido os antepassados que lutaram e muitos perderam suas vidas, para que as novas gerações alcançassem.

---

<sup>1</sup> Informação Verbal, Aldeia São Francisco, (11/2022).

Os Potiguara se constituem como um grupo étnico, que em suas características de organização social que se dão nas interações sociais, tendo em vista suas regras e critérios (Barth, 1969). Quando se fala de grupo étnico e sua organização social, compreende-se que a etnicidade é muito relevante para a constituição do grupo indígena, e Vieira (2001, p. 13) afirma:

A etnicidade pode ser entendida, portanto, como refletindo as tendências de identificação e inclusão num grupo étnico, cuja ênfase passa pela atribuição de identidade étnica, que por sua vez, permite a definição dos limites grupais. A identidade étnica é o critério que marca a concepção de etnicidade, que através de sua definição o grupo encontra sua expressão mais visível.

Então, as relações sociais vão se dando a partir das ações que o grupo vai desenvolvendo. Vieira (2001) fala que a cultura é resultado dessas interações sociais que os grupos vivem. Entende-se também que a identidade de um povo seja indígena ou não, e que deve mantê-la viva para que as futuras gerações possam alcançá-la e disseminá-la para outras gerações. Palitot (2005), compreende que a etnicidade é uma forma de organização social e se dá nas relações sociais entre os grupos.

A identidade e etnicidade, são elementos importantes para um povo, e os Potiguara são detentores de uma cultura milenar (Costa, 2022). Para Mendonça (2014, p. 39) “[...] a identidade pode ser entendida como um processo de reconstrução de significados, de valores que perpassam o tempo, agindo como força motriz na autoafirmação do indivíduo.” Muito relevante a identidade de um povo indígena, e “[...] a ênfase da identidade étnica acentua a igualdade entre certo número de indivíduos numa sociedade que estão diferentes dos demais sob alguns aspectos, como por exemplo, por possuírem afinidades étnicas, valores e crenças em comum.” (Ferretti, 1995, p. 18).

Nessa perspectiva e contexto é relevante destacar práticas culturais do povo Potiguara da Paraíba. Começo falando do ritual do toré praticado por vários povos indígenas do Nordeste e do Brasil (Grünwald, 2005).

É um ritual, uma dança circular, onde participam pessoas de várias idades, trajados com saia, cocar, colar, pintura corporal e usam instrumentos: a gaita, o bombo e o maracá. Alguns integrantes recebem a incorporação de entidades e encantados, pois muitos acreditam que são os espíritos dos antepassados.

Nessa perspectiva, levando em consideração com os indígenas formam as rodas e dançam, em círculos, acompanhado com músicas e instrumentos, Nascimento e Silva (2013, p. 218), afirmam:

O Toré é um ritual sagrado marcado pela musicalidade, que une toda a comunidade Potiguara e parentes, em dança circular, harmoniosa, onde de forma sincronizada, seus corpos bailam trajados com adornos, colares, cocares, saias de jangada, brincos e além de pintados com jenipapo e urucum.

O toré é um ritual sagrado que une os Potiguara e é uma prática de pertencimento étnico (Silva, 2020). É desenvolvido pelos grupos indígenas do Nordeste, é um elemento da cultura que identifica seu povo (Coqueijo, 2020). Os seus movimentos variam de acordo com cada povo, as formas de dançar não são iguais. (Mendonça, 2022). Para Barcellos, Lima, Santana Neto e Silva (2022, p. 2)

O toré é um elemento cultural dos Potiguara-PB, que está presente em todos os movimentos que a população indígena desenvolve, nos espaços que os mesmos consideram sagrados, juntamente com a espiritualidade que faz parte do coletivo, da ancestralidade e da cosmologia desse povo, tendo em vista a subjetividade de cada indígena Potiguara.

Para os indígenas o Toré é uma importante prática ritual, capaz de balizar as diferenças internas, projetando os grupos nas situações de contato (Barcellos; Figueiredo, 2020) No caso dos Potiguara, o Toré é geralmente realizado nas comemorações do Dia do Índio (19 de abril), pensado como um “ritual sagrado” que celebra a amizade entre as distintas aldeias, realçando o sentimento de grupo e de nação (Barcellos; Soler, 2012). É uma dança que está na própria percepção e representação da tradição coletiva, sendo, portanto, um elemento essencial para eles pensarem enquanto possuidores de um passado histórico comum. (Vieira, 2006).

Segundo Cleiton Azevedo, um jovem Potiguara que muito presa pela cultura e suas práticas, inclusive, o ritual do toré, que o mesmo tem a responsabilidade de disseminar esta cultura e ensinar o ritual do toré nas escolas das aldeias indígena do município de Baía da Traição - PB.

O ritual do toré é uma celebração do povo potiguara, onde nós indígenas mostra nossa cultura através do ritual, ao mesmo tempo temos a ligação com Deus tupã, e com a força ancestral que nos purifica, com as energias da mãe natureza e dos elementos dela, como fogo, ar, água, terra e também as energias da jurema que tem os seus reinados como por exemplo: o rei Canindé o rei do orubá, o angico, o vajucá, o junça e etc. Eu não sei se é mais ou menos isso

que você quer saber, mas é um pouco do que eu entendo, no movimento com os mais velhos. (Azevedo<sup>2</sup>, 2022).

Os mais velhos, ou seja, os anciãos têm um papel muito importante na vida das crianças, adolescentes e jovens, eles têm a responsabilidade repassar seus conhecimentos tradicionais para os mais novos. Os anciãos têm uma sabedoria que toda a comunidade desfruta, um conhecimento de décadas de vivências. O jovem Cleiton tem repassado os conhecimentos da História, cultura e identidade de seu povo que aprendeu com os mais velhos da comunidade para várias crianças em sala de aula. Muitos jovens são envolvidos com a cultura, eventos, ongs e movimentos indígenas, serão gerações comprometidas e responsáveis para a disseminação da história e conhecimento do povo Potiguara - PB. Então o significado do ritual do toré é toda essa ancestralidade espiritual e cultural de um povo originário (Falcão; Costa; Barcellos, 2022).

As pessoas o praticam para comemorar uma conquista, fortalecer o movimento e a política indígena e a identidade cultural, reivindicar direitos e políticas indígenas. E para esse povo é sua identidade étnica, expressão que enrique os princípios culturais (Silva, 2011).

A união, a coletividade e as expressões são compreendidas na imagem abaixo. Um ritual muito importante que fortalece a cultura e identidade do povo Potiguara.

Figura 3: Ritual do Toré no terreiro sagrado na aldeia São Francisco.



Fonte: Arquivo pessoal (2019)

---

<sup>2</sup> informação verbal, Aldeia Alto do Tambá, (12/2022),

A foto acima (Figura 3), mostra o ritual do toré no dia 19 de abril de 2019, no terreiro sagrado na aldeia São Francisco, com participação de várias aldeias do território, indígenas e não indígenas de todas as faixas etárias.

Os indígenas dançam o ritual do toré no dia 19 de abril, para fortalecer a identidade Potiguara e não apenas comemorar como foi instituído este dia (Mendonça; Nascimento; Barcellos, 2020). Todas as aldeias se reúnem num só objetivo, de celebrar as lutas que os antepassados tiveram, de fortalecer a identidade, de ter um contato mais espiritual com os elementos da natureza, com o sagrado, os encantados e outros seres sobrenaturais (FELIX, 2018). Os encantados se fazem presentes através de músicas, bebidas como a jurema, elementos da natureza, até mesmo incorporando no corpo de algumas pessoas que estão dentro ou fora da roda do toré. São seres que vivem em vários lugares da natureza, como as matas, os rios, os mares, num pico de uma montanha etc. Para Vieira (2012, p. 237):

Os Potiguara descrevem os encantados como sendo os habitantes de locais específicos como a mata e os fundos e os definem pelo atributo da invisibilidade e por dois predicados específicos: a humanidade e a imortalidade. Na expressão nativa, eles “[...] não são gente como a gente”, mas já foram “[...] gente como a gente”, e correspondem a uma categoria de agentes que assumiram a condição humana, mas que foram capturados e familiarizados por uma agência extra-humana.

Ainda nessa discussão, os encantados e lugares sagrados, são contemplados pelas escolas em seus currículos, trabalhando em aulas de campo in loco, como afirmam Barcellos, Lima, Santana Neto e Silva (2022, p. 3)

Na educação escolar indígena esses espaços sagrados são frequentados, nas aulas de campo, por estudantes, professores, pessoas da comunidade indígena e servem como um espaço para comunidade escolar entrar em contato com a natureza e com a mãe terra. E nessa ocasião em que os estudantes e profissionais como também lideranças bebem dessa fonte espiritual através dos rituais e com isso valorizam o sagrado.

Outro evento que congrega as práticas culturais são os jogos indígenas do Estado da Paraíba, que acontece desde os anos 2010 e é um fenômeno que vai muito além de ser apenas jogos. A abertura é sempre com o ritual do toré liderado por todos os caciques e o cacique geral, a participação de todas as aldeias dos três municípios e acontece no mês de abril, chamado de abril indígena. Nesse período as práticas de resistência e de luta são intensificadas pelos povos indígenas do Brasil. A cada ano uma aldeia é contemplada para sediar o evento.



No ano de 2022, os jogos indígenas aconteceram na Aldeia Jaraguá, no município de Rio Tinto, e teve uma participação muito significativa das aldeias. Os jogos contemplam várias modalidades esportivas: Arco e flecha, corrida de tora, cabo de guerra, maratona, futebol, entre outras, todas com premiações. Tem o direito de competir homens e mulheres oriundos da etnia. Segundo a professora indígena Potiguara Romaniuc<sup>3</sup> (2022)

No meu ponto de vista, os Jogos indígenas para nosso povo potiguara, significa união e fortalecimento a cultura, é onde cada grupo, "Aldeia", pode mostrar seu potencial, sua força, não no individual, mas no coletivo, uma precisa do outro para chegar no objetivo principal.

Os jogos têm uma ligação muito forte com todos os setores da etnia Potiguara, as escolas param as aulas para participar desse evento de pertencimento étnico importante para o fortalecimento da cultura local. Muitos estudantes e professores participam das competições fortalecendo assim a própria identidade.

A foto abaixo é um registro dos jogos indígena do estado da Paraíba, um evento esportivo.

Figura 4: Abertura dos jogos indígenas na aldeia Tracoeira



Fonte: Arquivo pessoal, abril, 2019

---

<sup>3</sup> Coletado em 12/2022, informação verbal, na Aldeia Alto do Tambá.

A imagem cima (figura 4) é dos jogos indígenas 2019, que aconteceu na aldeia Tracoeira, município de Baía da Traição - PB. Em destaque estão os caciques José André da Silva, conhecido por Zé André, da aldeia Tracoeira, que sediou os jogos e Genival Ciríaco da Silva, conhecido popularmente por Pintado, da aldeia Santa Rita.

Continuando com as práticas, discorro sobre o culto evangélico indígena realizado pela Primeira Igreja Batista, localizada na aldeia Alto do Tambá, município de Baía da Traição-PB, no dia 19 de abril.

É organizado pelos próprios membros da Igreja e sua estrutura é da seguinte forma: primeiro se faz uma reunião para dividir as tarefas de acordo com o gênero; segundo vão pescar na aldeia Coqueirinho ou em Barra do Camaratuba; terceiro preparam as comidas e organizam o templo e quarto, realizam o culto evangélico indígena com a participação de outras igrejas evangélicas e pessoas de outras denominações. Durante o culto tem músicas, concursos de poesias e paródias; a dança do toré acontece dentro do próprio templo, acompanhado de instrumentos, e no final a patilha das comidas típicas, que foram preparadas pelas mulheres.

Esse culto apresenta algumas normas, principalmente, no que diz respeito a não mencionar ou entoar cânticos que em suas letras falam de entidades, encantados, espíritos etc. Só é permitido louvores e músicas que falem em Deus, Jesus e o Espírito Santo. Inclusive, os evangélicos têm o cântico “Eu tenho um rei que é Jesus” que retrata a realidade do dia a dia Potiguara. A exemplo do que é proibido, “Caboca de pena”, porque os fiéis não acreditam nessa entidade.

A dança do toré é praticada como se pratica em outros momentos e lugares da etnia Potiguara, mas com restrições de falar e evocar espíritos e encantados, pois para os membros só devem falar, evocar e louvar a Deus. O público que são os membros da própria instituição, crianças, adolescentes, adultos, anciãos, congregados, católicos, pesquisadores local e de fora.

A fotografia a seguir apresenta uma visão ampla do ritual do toré no templo da Primeira Igreja Batista Potiguara da Paraíba, na aldeia Alto do Tambá. Pessoas evangélicas e não evangélicas de todas as faixas etárias, participando do evento.

Figura 5: Ritual do toré na Primeira Igreja Batista Potiguara



Fonte: Arquivo Pessoal, abril, 2023.

A imagem acima (figura 5) representa o ritual do toré dentro do espaço da instituição religiosa. Na verdade, é mais um evento que foi pensando em fortalecer as práticas culturais religiosas. É um culto diferenciado com particularidades do grupo, que está relacionado com a cultura indígena local e intuito de fortalecer a identidade.

Na atualidade, os Potiguara participam ativamente na vida em sociedade, muitos têm trabalhos formais e informais de prefeituras, Funai, governo do estado, comércios, outros são autônomos, confeccionam e vendem artesanatos indígenas. Alguns ainda caçam, pescam, plantam mandioca, macaxeira, inhame, batata, milhos, etc.

Além dessas atividades mencionadas, também existe a criação de animais em pequena escala, o extrativismo vegetal, principalmente a mangaba e o plantio da cana de açúcar (Palitot, 2005). O território sempre foi espaço de resistência e sobrevivência dos habitantes dos indígenas dos três municípios, mas existem atividades antes e hoje que modificam a paisagem e o meio ambiente

A cana-de-açúcar é um tema que vem preocupando muito os povos indígenas, principalmente, o povo Potiguara-PB, que essa monocultura está muito forte no território desde o período colonial. Pois, sabe-se que contribui para a devastação do ambiente natural como as matas, o enfraquecimento dos solos, dos rios e os seres vivos. Tem gerado muitas discussões, conflitos, pessoas contras e a favor do plantio. Talvez uma saída para amenizar o avanço seria realizar um trabalho de conscientização com todas as comunidades indígenas e em parceria com instituições que lidam com a causa do meio ambiente de forma a combater esses danos a natureza. Vieira e Santana Neto (2023), despertam em seu texto Gestão e Proteção Territorial

e Práticas Educativas Interculturais a reflexão para apostar mais em atividades sustentáveis sem agredir o meio ambiente.

Não só a população que se preocupa, porém várias instituições têm discutido toda a problemática, como também é relevante falar do meio ambiente e sustentabilidade na instituição escolar, porque é uma forma de conscientizar a nova geração a preservar e conservar os recursos naturais (Vieira; Santana Neto, 2023). Vieira e Santana Neto (2023, p. 517) ainda falam que

A produção da cana-de-açúcar em TIs é um assunto enfrentado nas escolas indígenas e nas assembleias, reuniões, e demais eventos que tratam das questões ambientais, da terra e do território do povo Potiguara. Muitos indígenas veem a cana-de-açúcar como o “ouro” do momento, devido ao retorno financeiro obtido com a comercialização para as usinas sucroalcooleiras. Desse modo, agricultura de subsistência tem sido muito afetada, com significativos impactos na produção agrícola desenvolvida ao longo de gerações pelas famílias indígenas.

Realmente, as escolas dos três municípios indígenas têm se preocupado e discutido a problemática, juntamente com estudantes, professores, funcionários, lideranças, anciãos, governo, em assembleias, seminários, reuniões, movimentos e dentre outros. A escola é uma instituição muito importante para realizar um trabalho de conscientização e mudar toda a realidade atual do plantio da cana de açúcar por meio de práticas sustentáveis sem agredir o meio ambiente.

Na etnografia sobre os Potiguara que o antropólogo Glebson Vieira fez nos anos de 2001, pontuou registros da realidade do povo Potiguara, apresentando uma visão mais holística. Vieira (2001, p. 21)

A visita às aldeias permitiu, dentre outras coisas, ter uma ideia geral de como os Potiguara vivem, uma vez que internamente o estilo de vida se diferencia principalmente quanto às atividades econômicas. As atividades econômicas das aldeias Camurupim e Tramataia são exclusivamente voltadas para o mangue: pesca de caranguejo e camarão. Nas aldeias Jacaré de São Domingos, Jacaré de César, Lagoa Nova, Grupiúna, Brasília e Brejinho a atividade predominante é o cultivo da cana-de-açúcar. Nas aldeias São Francisco, Galego, Tracoeira, Laranjeira, Santa Rita, Jaraguá, Lagoa do Mato, Silva da Estrada, Bento, Estiva Velha e Silva do Belém a atividade predominante é a agricultura da mandioca e o cultivo de fruteiras (laranja, abacaxi, coco, mamão).

As aldeias são diversas, e o aspecto econômico de cada uma vai variando de acordo com sua realidade e particularidades, cada grupo se adapta de acordo com suas necessidades. Os ambientes naturais e culturais influem muito na sobrevivência do ser humano e cada um desenvolve a atividade econômica e cultural de acordo com os recursos disponíveis.

Um setor que vem muito crescendo e tendo um destaque é o turismo no território Potiguara, o qual chamamos de turismo étnico, pessoas de vários lugares do Brasil e do mundo vem para conhecer as belezas naturais e culturais do território da etnia Potiguara - PB.

É muito importante para sustentabilidade no meio econômico do nosso município. Cada um vende o q tem para oferecer. Tipo eu vendo turismo e levo os turistas para visitar, comprar artesanatos, óleo de coco, beiju, tapioca entre outros. E todos são beneficiados. (CONDUTOR<sup>4</sup> turístico Índio, 2022).

O condutor turístico o Índio é um dos disseminadores da cultura e turismo étnico Potiguara e é o primeiro indígena a ter uma agência de turismo registrada no Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos (Cadastur). Muito relevante a iniciativa para dar mais destaque a história e suas práticas culturais que vem sendo preservadas até os nossos dias.

Vale lembrar que existe um grande projeto na área do turismo de iniciativa do governo do Estado da Paraíba que é o Trilhas dos Potiguara, com a finalidade de pavimentar e restaurar rodovias e acesso ao Litoral Norte do Estado e de intensificar o turismo.

Os conceitos podem variar do ecoturismo ao turismo comunitário ou de interesse histórico. Em comum, emerge o objetivo em fomentar e desenvolver um turismo de base sustentável e de inclusão social, comprometido com a preservação das unidades de conservação ambiental, assim como a divulgação e o resgate da cultura dos índios potiguaras no belo e surpreendente Litoral Norte da Paraíba. (TRILHA DOS POTIGUARA, 2016).

O turismo étnico, cultural e religioso é muito presente no território Potiguara, e falando especificamente do religioso que relaciona ao patrimônio da antiga Igreja de São Miguel, é visita por muitos turistas. Um monumento religioso que apresenta um sentido histórico e de pertencimento ao povo. Igreja essa que foi construída no século XVIII pelos Portugueses, e tombado pelo IPHAEP nos anos 1980, tendo uma grande relevância no contexto atual. “[...] A igreja de São Miguel Arcanjo, edificada entre os séculos XVII e XVIII, é símbolo da presença católica dos colonizadores portugueses, significando o marco da ocupação territorial do Brasil” (TRILHA DOS POTIGUARA, 2022).

A sociedade majoritária precisa entender que os indígenas tem suas práticas culturais e religiosas, seus conhecimentos tradicionais, especificidades e que precisam garantir tudo isso para as gerações futuras, no sentido de valorizar os princípios. Portanto, os indígenas estão,

---

<sup>4</sup> Informação verbal, Aldeia São Miguel, (11/2022),

cada vez mais, conquistando espaços, tomando posse e se empoderando em setores da sociedade, não esquecendo de origens.

## 2.1 POVO POTIGUARA E EDUCAÇÃO INDÍGENA

A educação indígena se dá na família, na comunidade, nos grupos do cotidiano, na verdade, todos são responsáveis por essa modalidade de ensino tradicional, para crianças, adolescentes, jovens e adultos. Ela acontece na convivência entre os parentes, nas práticas do dia a dia, onde uma criança aprende com seu pai, sua mãe, tios, avós, ou seja, ambos aprendem juntos.

A educação indígena é responsável por um saber milenar que perpassa de geração a geração, como herança que os nossos antepassados foram os responsáveis e lutaram para que hoje desfrutassem desses conhecimentos.

Um curumim aprende com sua família a pescar, fazer o cocar, dançar o toré, entre outros ensinamentos. Um ator muito importante na comunidade indígena é o ancião, tem uma experiência de vida importante, são os arquivos humanos, as fontes de saberes. . Para Daniel Munduruku (2000, p. 92 *apud* Simas; Pereira, 2010, p. 6):

O conhecimento na sociedade indígena é dominado pelos mais velhos. Mesmo que uma pessoa saiba todas as coisas sobre o seu povo, sobre a sua tradição, se houver alguém mais velho presente naquele espaço, é de direito que o mais velho responda o que lhe foi perguntado.

Segundo o Parecer 14/99 do Conselho Nacional de Educação, a educação indígena “[...] diz respeito ao aprendizado de processos e valores de cada grupo, bem como aos padrões de relacionamento social introjetado na vivência cotidiana dos índios com suas comunidades” (BRASIL, 1999 *apud* BRASIL, 2007, p.94).

É muito importante frisar que essa modalidade não tem um professor como tem na educação escolar, pois todos são professores e aprendem juntos, principalmente com a figura do ancião. É desenvolvida diariamente, na coletividade, fazendo valer seus princípios ancestrais e culturais. Ainda para Quaresma e Ferreira (2003, p. 239):

A educação indígena também não se limitava ao espaço escolar, isto é, à sala de aula, nem ocorria em situações artificiais, pois era possível aprender algo em qualquer tipo de relação social. A educação indígena é construída diariamente, em coletividade, com a participação de todos os integrantes da

comunidade, ou seja, os povos indígenas partiam do princípio de que todos educam todos em qualquer situação do cotidiano.

Muito relevante o pensamento de Quaresma e Ferreira (2003) ao afirmar que todos os espaços da comunidade indígena podem servir de aprendizagem e que são extensões do que se aprende na escola diferenciada.

## 2.2 EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA POTIGUARA

Segundo a professora indígena Potiguara Iolanda Mendonça<sup>5</sup> (2022) a luta pela educação diferenciada começou nos anos 1999, na aldeia São Miguel, localizada no município de Baía da Traição - PB e, nos anos 2003, na aldeia Tramataia, localizada no município de Marcação - PB. Ela ainda afirma: “[...] as discussões acirraram com mais empoderamento e compromisso”. Ainda nessa linha de pensamento, Caboquinho<sup>6</sup> (2022) diz que em “[...] 2002 e 2003 foi quando começou a educação escolar indígena.” e os dois foram percussores no movimento nacional e local para implantação de uma educação mais voltada a realidade de seu povo.

É neste contexto que se cria a Organização dos Professores Indígenas Potiguara da Paraíba, tendo como pioneira a professora Iolanda Mendonça nos anos 1999. Aconteceram muitos encontros, reuniões e discussões entre os docentes para a criação da OPIP/PB. E nos anos 2003 se consolida esse projeto, que muito foi almejado pelos professores Potiguara, afirma a professora Potiguara Sônia e ainda acrescenta que a OPIP foi registrada legalmente em 2004.

A OPIP/PB tem trabalhado incansavelmente para uma educação específica e diferenciada de qualidade, que o governo faça valer o que está na legislação no que diz respeito aos povos indígenas. Uma instituição que tem uma parcela de participação muito efetiva nos desafios, conquistas e perspectivas para uma educação de qualidade.

Nesse período, conquistaram escolas de categoria indígena reconhecidas pelo governo da Paraíba, entre os anos de 2002 e 2003, as primeiras escolas indígenas foram: Pedro Poti, na Aldeia São Francisco, município de Baía da Traição e Cacique Iniguaçú, na Aldeia Tramataia, no município de Marcação e depois muitas outras foram conquistadas.

E falando das escolas municipais, tem sempre prezado e propagado a realizar uma educação diferenciada e com compromisso com as comunidades indígenas. Mas é preciso

---

<sup>5</sup> Informação Verbal (2022).

<sup>6</sup> Informação Verbal (02/2022).

avançar no que diz respeito as categorias escola e professor indígena. As escolas que fazem parte do território indígena de Baía da Traição são:

- a) Escolas Municipais: Celina Freire Rodrigues, na aldeia Cumaru, Dr. Carlos Rodrigues, na Aldeia Lagoa do Mato, Maria das Dores Borges, na Aldeia Alto do Tambá, Dr. Dustan Soares de Mirianda, na Aldeia Forte, Centro São Miguel, na Aldeia São Francisco, João Bezerra Falcão, na Aldeia Tracoeira, João Eugênio Barbosa, na Aldeia Santa Rita, Naide Soares da Silva, na Aldeia Laranjeiras, Paulo Eufrásio Rodrigues, na Aldeia São Miguel, Cacique Manoel Santana dos Santos, na Aldeia Bento, Manoel Ferreira Padilha, na Aldeia Silva da Estrada, Sagrado Coração de Jesus, Antônio Azevedo e Creche Curumim, essas últimas três todas localizadas na cidade de Baía da Traição.
- b) Escolas estaduais: Pedro Poti, na Aldeia São Francisco, e é reconhecida como escola indígena; Matias Freire, localizada na cidade e Akajutibiró, na aldeia Akajutibiró, também é reconhecida como escola indígena.
- c) Escolas filantrópicas: Creche Irene Matias, localizada na cidade. Escola Jardim Encantado, localizada na aldeia São Francisco.

As que se referem a Baía da Traição, as práticas culturais são muito intensificadas, para o fortalecimento da identidade Potiguara. Na maioria, os professores são da própria comunidade indígena. As escolas estão tomando outro rumo nessa perspectiva de valorizar o profissional da aldeia e essas instituições trabalham os saberes científicos e tradicionais.

Nos anos de 2000 surgiu a discussão de substituir os nomes das escolas do município de Baía da Traição, para que contemplassem nomes de pessoas indígenas do próprio território, ou seja, uma forma de homenageá-las. Escolas que já são contempladas: Naide Soares da Silva, localizada na aldeia Laranjeiras, Cacique Manoel Santana dos Santos, na aldeia Bento, Paulo Eufrásio Rodrigues – aldeia São Miguel, e do estado é: Pedro Poti, na aldeia São Francisco.

Em 2019, a secretaria de educação de Baía da Traição - PB criou a formação de tupi para todos os professores da rede municipal, objetivando torná-los bilíngue/multilíngue e cumprindo o que é garantido por leis, a partir da Carta Magna, o ensino da língua materna nas instituições escolares.

O município contratou o professor Almir Batista, Mestre em Ciências das Religiões - UFPB, Licenciatura em Letras e formado em Língua Tupi, para ministrar a formação para todos os educadores.

O ensino da Língua Tupi está inserido no currículo das escolas do território Potiguara, desde a educação infantil ao ensino médio, ou seja, toda a educação básica. Um trabalho colaborativo entre estado e municípios, que nos dias atuais percebe-se vários estudantes e



professores praticando a Língua Tupi. Professor Thierry Padilha compreende a formação da língua Tupi<sup>7</sup> (2022)

É uma estratégia fundamental para que ocorra de modo potencializado, organizado a revitalização da língua materna, principalmente, em virtude que as crianças, segundo estudos, analisando sobre, é. tem essa autonomia aguçada para adquirir conhecimentos acerca de idiomas nesta fase do 0 a 5 anos, indo até os 10 anos, 12 anos. Então, esses professores que são, na verdade, contemplados com esta formação vão, de fato, aí auxiliar nesta perspectiva da revitalização da língua materna. Então, essa formação, ela vem como uma estratégia fundamental para que a língua seja consolidada para que em um futuro breve, que se tenha aí esse caráter hegemônico.

A língua é a identidade de um povo, é através dela que há comunicação, que se relaciona com cultura e possibilita a interação entre os sujeitos. E a educação tem essa responsabilidade de possibilitar seu ensino nas escolas indígenas.

O curso de formação de professores de Baía da Traição é de suma importância para o processo, o avanço do processo de revitalização, processo este que por algum tempo esteve estagnado e a prefeitura de Baía da Traição possibilitou esse avanço na revitalização através do curso de formação de professores. A língua é um dos principais elementos da cultura, a língua está mais do que apenas o falar, a língua está na identidade do povo, no modo de pensar de um povo. A língua é forma de afirmarmos a nossa identidade indígena. (SILVA<sup>8</sup>, 2022).

Nessa linha de pensamento, diz Luciano (2013, p. 51) que

O atual conceito de educação bilíngue trata a língua indígena como valor simbólico ou mesmo instrumento de descolonização e superação da dominação dos povos indígenas. O uso da língua não só tem um componente sociopolítico de afirmação da identidade e autonomia societária como forma de expressão e geração de conhecimento para o manejo do mundo, como se mostra importante para a construção e a definição das relações entre saber e poder.

A educação escolar Potiguar é sistematizada pelo e para o próprio povo indígena. É construir uma escola com a participação da comunidade, garantir professores da aldeia onde a instituição escolar está inserida e garantir uma proposta pedagógica que não só garanta os conteúdos da realidade dos estudantes indígenas e suas especificidades. Na concepção do professor indígena Aguinaldo<sup>9</sup> (2022), define

---

<sup>7</sup> Informação verbal, aldeia Forte (12/2022).

<sup>8</sup> Informação verbal, Aldeia Monte-Mór,

<sup>9</sup> Informação verbal, Aldeia São Francisco (11/2022).

A Educação Escolar Indígena Potiguara é uma educação de fortalecimento tanto cultural como também buscar a valorização em si como indígena, ou seja, ter mais responsabilidade e defender os direitos e deveres dentro ou fora da sua comunidade indígena.

E mediante as práticas de fortalecimento dessa educação diferenciada, como reconhecimento das práticas e compromisso com a mesma, o município de Baía da Traição, através da secretaria de educação, ganhou o Prêmio Educação Nota 1000 da UNDIME - PB, no dia 23 de novembro de 2022, na cidade de Campina Grande, com o seguinte projeto: Educação Escolar Indígena: Ações de Fortalecimento da Cultura Potiguara nas escolas da rede. Fruto de um trabalho que está sendo feito de forma colaborativa no contexto das escolas das aldeias indígenas.

Essa educação cresce cada vez mais com suas práticas culturais e pedagógicas e tendo visibilidade para a sociedade envolvente. O povo Potiguara é compromissado com sua educação e sempre está buscando fazer o melhor para a consolidação de uma educação específica e de qualidade para todos.

Para a professora Patrícia<sup>10</sup> (2022) a educação escolar indígena Potiguara consiste em “[...] valorizar e revitalizar, nossos costumes e anseios, de cunho educacional, onde fortalecemos as ideias básicas na área do conhecimento do nosso povo étnico indígena Potiguara”.

É importante destacar essa modalidade da Educação Básica, pois completa o fazer pedagógico e tradicional. Os conhecimentos científicos e tradicionais são trabalhados dentro e fora do espaço escolar, ambos se complementam.

Agora, abordarei a educação escolar indígena, pode-se dizer que é a mesma é sistematizada e voltada para os indígenas, levando em consideração suas características e necessidades. O RCNEI (1998, p. 24), diz que ela deve ser “[...] comunitária, intercultural, bilíngue/multilíngue, específica e diferenciada”. Para Luciano (2013, p. 51) sobre educação escolar indígena:

A educação escolar indígena iniciou um processo de mudanças em que os povos indígenas, pela primeira vez na história do Brasil, conquistaram o direito de prerrogativas diferenciadas em relação ao sistema de ensino nacional. A constituição Federal de 1988 não apenas reconhece a diversidade cultural, como estabelece direitos diferenciados, entre os quais o de uma educação escolar que utilize línguas maternas e processos próprios de ensino e aprendizagem.

---

<sup>10</sup> informação verbal, Aldeia Lagoa do Mato (2022).

Portanto, é importante buscar parcerias, dá visibilidade a causa indígena, construir um currículo diversidade e de acordo com a realidade, onde a escola está inserida e zelar por uma educação específica, diferenciada e de qualidade para os povos originários.

## 2.3 O ENSINO RELIGIOSO

Parte desta seção apresentará algumas considerações sobre o Ensino Religioso, baseado nas leituras para fundamentação do objeto em estudo e no desenvolvimento desta pesquisa, apresento alguns teóricos e suas teorias, como base para a sistematização de toda a obra acadêmica. É necessário dialogar com pesquisadores e seus pensamentos sobre a temática em questão, para melhor consolidação do texto e pesquisa.

### 2.3.1 Contexto Histórico do Ensino Religioso

Falar do ensino religioso não se limita apenas a religião, ou aos conhecimentos de outras religiões, mas é se debruçar de vários conteúdos pertinentes a diversidade humana, cultura e religiosa que temos em nossa sociedade.

Baptista e Siqueira (2020), traz uma discussão interessante destacando os termos confessionalidade e laicidade, relacionando ao ensino religioso mediante o estado brasileiro. Pois, levantou vários pontos de vista, principalmente, no período colonial, que era baseado no cristianismo, mesmo havendo essa separação entre esses dois elementos, por séculos o paradigma vem predominando e determinando o ensino confessional. Acontecia que vários profissionais sem formação específica, eram colocados para ensinar e davam ênfase a sua religião.

O ensino ficou refém das velhas referências confessionais, administrado, muitas vezes, pelas Igrejas, ou entregues aos professores de outras disciplinas, sem a formação específica para ministrarem aulas nessa área do conhecimento. O Brasil possui hoje uma pluralidade de modelos de ER, o que se desenha em função de iniciativas locais e não de uma diretriz comum, capaz de produzir uma prática docente consistente para esse ensino em âmbito nacional. (Passos, 2007, p. 22).

Quando se fala em ensino religioso, se atribui logo a questão da confissão religiosa, ou melhor dizendo, apenas se associa as religiões majoritárias historicamente, mas vai muito além dessa ideia tradicional, deve respeitar cada crença, fé, religião de cada pessoa, até porque a escola contempla uma diversidade religiosa, tendo em vista que o estado é laico. Então, não se

pode dizer que o país é totalmente católico ou protestante, mas que a nação contempla várias religiões e que se deve respeitá-las.

Na Constituição Federal de 1988, artigo 210, parágrafo 1º; afirma que a matrícula é facultativa para o estudante. É a única disciplina citada na Carta Magna, ou seja, é matéria constitucional, a vista das demais que apenas estão garantidas em lei específica.

Em julho de 1997, passou a vigorar uma nova redação do artigo 33, da LDB 9394/96 (a lei n.º 9.475):

O ensino religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo. § 1º Os sistemas de ensino regulamentarão os procedimentos para a definição dos conteúdos do ensino religioso e estabelecerão as normas para a habilitação e admissão dos professores. § 2º Os sistemas de ensino ouvirão entidade civil, constituída pelas diferentes denominações religiosas, para a definição dos conteúdos do ensino religioso. (Brasil, 1997).

Portanto, essa disciplina possibilita o diálogo, a interação, a inserção dos saberes culturais e científicos na escola, na formação dos professores e na vida de outros atores.

[...] um dos lugares e espaços em que se destacam e discutem posições sobre o sentido da vida, do ser humano, na perspectiva da liberdade do ensino, como forma de construção da liberdade humana. Esta é, seguramente, uma das maiores dificuldades que a humanidade enfrenta: permitir ao outro ser sujeito de sua cultura e de seus desejos, de modo especial quando os desejos dele interferem na vontade e nos interesses de outrem (Oliveira *et al.*, 2007, p. 36).

Um documento que está muito em evidência e que fala do ensino religioso é a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que na primeira versão foi apresentado como um componente curricular da área de Ciências Humanas. Já na segunda versão da Base, fica como uma área própria, a área do conhecimento de Ciências das Religiões. Então, está contemplado em vários documentos e leis, provocando várias discussões aos pesquisadores, professores, e outros profissionais (Barcellos; Holmes, 2021).

O ensino religioso dá a possibilidade de desenvolver um ensino integrador, melhor dizendo, um ensino interdisciplinar, desenvolvendo um trabalho com outras disciplinas. A interdisciplinaridade é uma metodologia que pode agregar duas, três ou mais disciplinas a partir de um conteúdo. Um trabalho colaborativo, ao contrário de um ensino disciplinar.

Não pode haver interdisciplinaridade sem a contribuição das disciplinas. Não se trata, portanto, de superar as disciplinas, mas de ultrapassar a visão disciplinar em uma mesma teoria integradora. Dito de outra forma, a análise interdisciplinar trabalha com as disciplinas, respeitadas suas diferenças, para alcançar uma dimensão teórica integradora. Isso significa que a interdisciplinaridade deve contemplar a diversidade para obter a unidade. (Farias, 2015, p. 134).

Possebon e Possebon (2020, p. 1270), elencam que se pode fazer um trabalho interdisciplinar a partir das Ciências das religiões com outras disciplinas, e suscitar várias discussões. “[...] A interdisciplinaridade não significa, portanto, uma opção e sim uma condição para o desenvolvimento teórico e metodológico das Ciências das Religiões”.

A contribuição de várias disciplinas é interessante e garantirá uma formação integral na vida do estudante, também na qualidade de cidadão, uma formação plena e recíproca. “[...] Favorece uma compreensão mais dinâmica e aberta sobre o objeto em questão, o fato religioso. Essa demarcação epistêmica permite que se abram sempre novas possibilidades analíticas sobre o objeto a ser conhecido.” (Ferreira; Senra, 2012, p. 263). Portanto, teremos várias disciplinas estudando o mesmo objeto, contribuindo para melhor compreensão e fixando mais as informações instigadas pela metodologia interdisciplinar.

Para falar em Ensino Religioso é necessário que se compreenda toda a sua trajetória e transformações na história da humanidade e sua fundamentação da legislação brasileira, das constituições que antecederam a Constituição Federal, de 1988, e também a partir dela até os dias atuais (Barcellos; Cahú; Cavalcanti; Holmes, 2020). Uma área do conhecimento que gera muitas discussões entre pesquisadores e muitos outros pensadores, que se debruçam em estudar o fenômeno religioso.

Os contextos históricos que o mesmo percorreu, tenta entender que a legislação brasileira o trata como um ensino facultativo para os estudantes e sem nenhuma forma de proselitismo, e que respeite as particularidades de cada um, sem que haja discriminação e preconceito. Nosso país é riquíssimo na pluralidade cultural e religiosa, que seja uma sociedade inclusiva para todos.

As transformações vão acontecendo em todos os sentidos e aspectos da vida, principalmente, no que diz respeito a cultura, que é dinâmica. “[...] O ser humano é um ser dinâmico e em constante desenvolvimento.” (Oliveira *et al.*, 2007, p. 45).

E essa discussão reporta ao homem religioso que faz parte desse contexto, sua relação com o sagrado, seres naturais e sobrenaturais, compreendendo seus valores mediante uma sociedade tão plural. Oliveira *et al.* (2007, p. 44) sobre o homem religioso dizem:

Para o ser religioso, a natureza mostra-se carregada de valores transcendentais, como formas de expressar e interpretar sua própria existência. Ele sente necessidade de mergulhar periodicamente no tempo sagrado para encontrar-se com o absoluto, utilizando-se de processos de ritualização.

A religiosidade faz parte do cotidiano do homem religioso, as práticas dessa natureza levam este ser ao contato com o sagrado, o absoluto, na verdade, desenvolve relações misteriosas. Vai muito além do que se pense em religião, são práticas de cada indivíduo que fazem parte de uma vida integral.

É importante destacar que existe diferente entre religião e religiosidade, ou seja, quando se fala em religiosidade é atribuída a espiritualidade, relação que o indivíduo tem com uma crença, as práticas que desenvolvem no seu dia a dia, quando aprende com suas crenças, já a religião liga o ser humano a Deus, ou pode ser a outra ser, cada pessoa tem a liberdade que aderir a uma religião, como também quando se pratica minha espiritualidade ou religiosidade em conjunto com outras pessoas. A exemplo disso temos várias religiões como o cristianismo, islamismo, hinduísmo, e aquela que o ser humano se idêntica, segue-a.

A religiosidade é uma percepção e uma conexão com a Vida que procura captar, fruir e proteger tudo aquilo que ultrapassa a materialidade e imediaticidade do Mundo, ou seja, um sentimento que deseja fixar os múltiplos intrigantes significados da existência para além da sensação, de tudo e nós mesmos sermos provisórios, passageiros, finitos e, portanto, precários e desnecessários. (Cortella, 2007, p. 16).

Salienta-se dentro dessa discussão e contexto, a espiritualidade indígena, em particular a do povo Potiguara, que já se praticava muito antes do colonizar chegar no território, é vivenciada no cotidiano, nos rituais, nos eventos, no toré, na preparação da pintura, nas plantas medicinais, no contato com os elementos da natureza e com o sagrado, de forma particular e coletiva. Mano (2010) destaque que:

Considera-se a espiritualidade como um fenômeno de intimidade, de relacionamento com o transcendente, no qual há uma busca diária, voluntária e prazerosa de autoconhecimento e do conhecimento do Outro. Esse conhecimento leva o indivíduo a uma consciência de si, das suas competências e limitações (Mano, 2010, p. 15)

Portanto, compreende-se como uma prática advinda muito antes da religião, pois até hoje os indígenas a mantêm através de práticas que levam a transcendência e contato espiritual com o sagrado e serem sobrenaturais e os antepassados.

Estudar a história do Ensino Religioso a partir do contexto da colonização, quando os primeiros missionários chegaram ao Brasil no século XV e a missão era de catequisar os

indígenas, ou seja, de salvá-los, porque eram considerados sem almas. Na verdade, quando tiveram contato com os povos originários condenaram as suas práticas espirituais e seus rituais que tinham, e tem, com à natureza, com seus elementos naturais e sobrenaturais (Vilhena, 2005).

E nesse contexto do século XV, os primeiros missionários chegam ao Brasil, a foto abaixo representa um pouco dessa realidade, quando realizaram a primeira missa em terras brasileiras.

Figura 6: A primeira missa no Brasil, 1500



Fonte: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Primeira\\_missa\\_no\\_Brasil](https://pt.wikipedia.org/wiki/Primeira_missa_no_Brasil). Acessado em: 25/06/2023

A imagem acima (figura 8), nos mostra a primeira missa no Brasil, realizada pelo Frei Henrique de Coimbra. Compreende-se como um dos objetivos de os primeiros missionários colonizadores impor a sua religião aos povos originários, ou seja, uma forma de catequizá-los e convertê-los ao catolicismo.

O colonizador não respeitou as práticas culturais e religiosas dos primeiros habitantes do Brasil, impuseram sua religião, seus dogmas, a diversidade foi minimizada em unidade, tiveram uma visão genérica sobre os indígenas que já viviam muito antes desse processo genocida. Para Vilhena (2005), viram esses povos sem rei, sem lei e sem Deus (fé). Para os invasores eram pessoas brutas, selvagens, que precisavam serem salvas.

Recordo-me de uma cena do filme “A missão”, onde a igreja e o governo português colocam uma criança no centro da discussão e ficam questionando, a partir de suas habilidades, se ela teria alma ou não, se era humana ou não.

A educação desenvolvida pelos missionários era baseada na evangelização, catequização as crianças indígenas foram alvo e vítimas desse processo. Esse público era mais

acessível e não teria tanto conhecimento das práticas sobrenaturais e religiosas como teria os mais adultos como ancião e pajé e outras lideranças. Para (Costa; Costa, 2009, p. 8):

Uma das estratégias que os Inacianos lançaram mão foi a evangelização dos curumins, as crianças indígenas. As crianças ocupavam um lugar especial nas aldeias e vieram a ocupar ao menos durante algum tempo a centralidade na catequese jesuítica. Os pequenos poderiam ser utilizados como instrumentos para a expansão do cristianismo por vários motivos, observados astutamente pelos padres. Em primeiro lugar, sofreriam menos a influência dos pajés e dos antigos costumes, talvez por não terem vivido ainda tempo suficiente para que esses costumes fossem arraigados. Conforme crescessem na doutrina cristã poderiam se tornar os novos porta-vozes do Cristo ressuscitado e influência para os demais meninos e homens da tribo.

Dentro desse processo de catequização pela companhia de Jesus, os missionários foram convenientes ao governo de Portugal, a missão não era apenas catequizar, mas dominar e escravizar os indígenas. A exemplo disso, os aldeamentos foram uma forma de dominação pelos missionários jesuíticos. Eram espaços para acolher os povos originários, combater os maus costumes e lhes ensinarem suas doutrinas, moral, fé entre outros (Costa; Costa, 2009).

No período colonial brasileiro prevaleceu uma educação totalmente fora do contexto cultural e religioso, na verdade, foi a educação religiosa introduzida pelos missionários da Companhia de Jesus e não respeitaram a diversidade que aqui já existia.

Os princípios e dogmas da igreja católica condenaram as práticas xamânicas. As pessoas não convertidas ao catolicismo eram separadas das convertidas, perseguidas, tidas como pagãs e condenadas ao inferno.

Borin (2018) apresenta a tabela (1) como um resumo das fases do Ensino Religioso e para melhor entendimento do mesmo no âmbito do contexto social e educacional brasileiro.



Quadro 1 sobre o ensino religioso do século XV ao XVIII

1549	Os missionários jesuítas liderados por Manuel da Nóbrega chegaram ao Brasil. O colégio da Companhia de Jesus, em Salvador, passa a ser a primeira de muitas escolas públicas e gratuitas no nosso país. Seus propósitos catequéticos foram suas metas.
1759	Com a expulsão dos jesuítas o ensino público passa a outros setores da Igreja Católica, sendo mais conservador e mais catequético.
1824	O Brasil passa a ter a sua primeira Constituição, conhecida como "Constituição Política do Império do Brasil", no qual estabelece que a Igreja Católica Apostólica Romana continue sendo a Religião oficial do Império.

Fonte: Luiz Claudio Borin (2018)

O quadro (1), acima, traz um resumo histórico quando a religião católica chega ao Brasil no período colonial pela Companhia de Jesus, torna-se religião oficial do Império, perpassando séculos e séculos.

Passos (2007) diz que esse ensino catequético é centrado nas doutrinas, dogmas e fé. Que durante o período medieval foi muito presente e baseado nos princípios doutrinários. Ainda neste período Passos (2007, p. 28) vai dizer que “[...] a catequese levada para dentro das escolas confessionais e públicas, servindo como motivação espiritual, como base teórica e como estratégia metodológica para o ER. Num passado não muito remoto, foi a principal base do ER”.

Como era visível, os interesses da igreja em catequisar as pessoas de acordo com seus dogmas e doutrinas eclesiais e aquelas que resistiam eram perseguidas e violentadas, chegavam até serem assassinadas. Um exemplo muito claro foi o período da inquisição, onde a igreja perseguiu e matou várias pessoas que se levantaram contra a sua doutrina. Foi um período muito turbulento na história da humanidade (Tabela 2), muitas pessoas foram tiradas do convívio social, cultural, religioso e executadas.

Quadro 2 sobre o ensino religioso nos séculos XVIII e XIX

1890	Com a proclamação da República Federativa do Brasil, os interesses positivistas dominam o cenário brasileiro. Com o Decreto 119-A o presidente Manoel Deodoro da Fonseca, deixa claro que há uma proibição dos estados, bem como das autoridades federais no que se refere às matérias religiosas e declara plena liberdade de cultos de quaisquer manifestações de crenças.
1891	Com a Carta Magna Republicana o Estado separa de quaisquer religiões ou cultos e declara que o ensino será leigo sendo ministrado nos estabelecimentos públicos de ensino. A normativa prevê que todas as religiões são aceitas no nosso país, tendo suas práticas livres e abertas.
1931	O Ensino religioso é novamente introduzido nas escolas públicas, sendo ela de matéria facultativa.
1934	Com a nova Constituição o Ensino Religioso terá frequência facultativa e será ministrado de acordo com os princípios da confissão religiosa do aluno, no qual essa manifestação será declarada pelos pais ou responsáveis. A "aula constituirá como matéria dos horários normais das escolas públicas primárias, secundárias, profissionais e normais".
1946	A Constituição determina que: "O ensino religioso constitui disciplina dos horários das escolas oficiais, é de matrícula facultativa e será ministrado de acordo com a confissão religiosa do aluno, manifestada por ele, se for capaz, ou pelo seu representante legal ou responsável".
1961	Esse período é marcado pela primeira Lei de Diretrizes e Bases (LDB 4024/61) e no artigo 97 propõe: O ensino religioso constitui disciplina dos horários das escolas oficiais, é de matrícula facultativa, e será ministrado sem ônus para os poderes públicos, de acordo com a confissão religiosa do aluno, manifestada por ele, se for capaz, ou pelo seu representante legal ou responsável. § 1º A formação de classe para o ensino religioso independe de número mínimo de alunos. § 2º O registro dos professores de ensino religioso será realizado perante a autoridade religiosa respectiva.

Fonte: Luiz Claudio Borin (2018)

O quadro (2), acima, mostra-nos que o Ensino Religioso é garantido na legislação brasileira desde a Constituição Federal a Lei de Diretrizes e Bases – LDB. Como também é de caráter facultativo para os estudantes e obrigatório a oferta para as instituições escolares.

No período Imperial não mudou muito, talvez tenha mudado só o período, mas que continuou com a mesma natureza, porque a Religião Católica Romana continuava como a principal desse período e permaneceu somente o ensino dessa religião nas escolas. E a finalidade desse ensino era converter e dominar os negros e os indígenas, tendo como ferramenta ideológica para seus próprios interesses.

E ainda nessa fase histórica, o ensino religioso era ministrado sempre por professores ligados à Igreja, ou seja, sempre ia realizar um ensino voltados aos preceitos dessa instituição. Tendo em vista que o objetivo era evangelizar, pregar e impor os seus dogmas. Casseb (2009, p. 69) destaca:

O texto da Carta Magna de 1824 mantinha a Religião Católica como a Religião oficial do império, o Ensino Religioso era desenvolvido como meio de evangelização dos gentios e catequese dos negros (aparelho ideológico),

em concordância com os acordos estabelecidos entre o Sumo Pontífice e o Monarca de Portugal.

O decreto 19.941 de 1931, a Constituição de 1934, garante a reinserção dessa disciplina nas escolas públicas, trazendo aquela mesma visão que o ensino seria de cunho facultativo para os estudantes e obrigatório para as instituições de ensino. O artigo 153 contempla que:

O ensino religioso será de frequência facultativa e ministrado de acordo com os princípios da confissão religiosa do aluno manifestada pelos pais ou responsáveis e constituirá matéria dos horários nas escolas públicas primárias, secundárias, profissionais e normais. (Brasil, 1934, p. 34).

Há um período que o Ensino Religioso é tirado das escolas, ou ainda é substituído pelo Ensino Moral e Cívico, mas sendo de responsabilidade ainda da igreja católica, pois isso não afeta em nada essa instituição (Filgueiras, 2006). E essa disciplina é introduzida no período da ditadura militar (1964-1985) em caráter de formação social, tendo em vista contemplar conteúdos também do Ensino Religioso (Cunha, 2007).

Quadro 3 sobre o ensino religioso no século XIX

1967	A "Constituição Militar" prevê que o Ensino Religioso continua sendo de matrícula facultativa e será disponibilizada a disciplina nos horários normais das escolas de primeiro e segundo graus.
1969	A emenda constitucional número 1/1969 deixa o mesmo texto da Constituição de 1967.
1971	Para manter o status quo, os militares criam disciplinas que formatará seu caráter "alienador". A segunda LDB (5692/71) obriga a inclusão da disciplina de Educação Moral e Cívica, Educação Física, Educação Artística e Programas de Saúde nos currículos plenos dos estabelecimentos de primeiro e segundo graus. Quanto o Ensino Religioso continua com as matrículas facultativas e constituirá disciplina dos horários normais dos estabelecimentos oficiais de primeiro e segundo graus.

Fonte: Luiz Claudio Borin, 2018

Compreende-se que o quadro (3) acima apresenta, ainda, um Ensino Religioso facultativo para os estudantes e que continuará como disciplina dos horários normais das instituições escolares e que nesse período era de acordo com os interesses do governo.

A Constituição Federal, de 1988, é um documento muito importante na trajetória e resistência desse componente e é o único que está citado em seu texto. Portanto, vale ressaltar em seu artigo 210:

Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais.

§ 1º - O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental. (BRASIL, 1988)

Então, essa lei maior, reforça o que os outros documentos e leis anteriores, que o Ensino Religioso é de caráter facultativo para os educandos e obrigatório ter em seu currículo. A LDB de 1996, atualizada em 2017, integra essa mesma proposta em seu artigo 33:

O ensino religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo.

§ 1º Os sistemas de ensino regulamentarão os procedimentos para a definição dos conteúdos do ensino religioso e estabelecerão as normas para a habilitação e admissão dos professores.

§ 2º Os sistemas de ensino ouvirão entidade civil, constituída pelas diferentes denominações religiosas, para a definição dos conteúdos do ensino religioso. (Brasil, 1997, p. 24).

A próxima tabela apresenta um resumo da legislação e normativas em relação ao Ensino Religioso até aos dias atuais, tendo em vista sua prática sem discriminação.

Quadro 4: O Ensino Religioso séculos XIX e XX

1988	<p>Proclamada a “Constituição Cidadã”. Com ela o Ensino Religioso no artigo 210, parágrafo primeiro diz:</p> <p>"O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental".</p> <p>Por sua vez, o artigo 5 define:</p> <p>"é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias".</p> <p>No artigo 19, consta:</p> <p>É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: I - estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público; II - recusar fé aos documentos públicos; III - criar distinções entre brasileiros ou preferências entre si.</p>
1996	<p>A Lei de Diretrizes e Bases (LDB 9394/96), de dezembro de 1996, definia pontos novos na sua redação:</p> <p>O ensino religioso, de matrícula facultativa, constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, sendo oferecido, sem ônus para os cofres públicos, de acordo com as preferências manifestadas pelos alunos ou por seus responsáveis, em caráter:</p> <p>I - confessional, de acordo com a opção religiosa do aluno ou do seu responsável, ministrado por professores ou orientadores religiosos preparados e credenciados pelas respectivas igrejas ou entidades religiosas; ou</p> <p>II - interconfessional, resultante de acordo entre as diversas entidades religiosas, que se responsabilizarão pela elaboração do respectivo programa.</p>
1997	<p>Em julho, a lei nº 9.475 dá uma nova redação para o artigo 33 da LDB 9394/96:</p> <p>O ensino religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo.</p> <p>§ 1º Os sistemas de ensino regulamentarão os procedimentos para a definição dos conteúdos do ensino religioso e estabelecerão as normas para a habilitação e admissão dos professores.</p> <p>§ 2º Os sistemas de ensino ouvirão entidade civil, constituída pelas diferentes denominações religiosas, para a definição dos conteúdos do ensino religioso.</p>
2009	<p>O Congresso Nacional Brasileiro em um acordo com Brasil – Santa Sé assinado pelo Executivo em novembro de 2008 aprova a criação de um novo dispositivo, discordante da LDB em vigor:</p> <p>Artigo 11 - A República Federativa do Brasil, em observância ao direito de liberdade religiosa, da diversidade cultural e da pluralidade confessional do País, respeita a importância do ensino religioso em vista da formação integral da pessoa.</p> <p>§1º. O ensino religioso, católico e de outras confissões religiosas, de matrícula facultativa, constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, em conformidade com a Constituição e as outras leis vigentes, sem qualquer forma de discriminação.</p>

Fonte: Borin (2018)

O quadro (4), da lauda anterior, apresenta mais detalhes da legislação brasileira sobre o Ensino Religioso para as escolas públicas, destacando alguns artigos. Importante conhecer o conjunto de leis que regem esse componente e outros.

É relevante estudarmos conceitos partir da legislação brasileira e várias correntes de pensamentos para uma melhor compreensão desse componente que está integrado nos currículos das escolas brasileiras, tendo em vista o respeito, a pluralidade cultural e religiosa. Oliveira *et al* (2007) falam que não se pode deixar de lado as contribuições dos seguintes povos: indígena, africano e europeu-cristão na consolidação da cultura brasileira.

Muito importante entender a história, leis, pensadores e suas linhas que discutem e embasam as transformações da disciplina em destaque. Um ensino que contribui para a formação integral diversificada dos indivíduos e integralidade a sociedade.

Na concepção de Oliveira *et al.* (2007, p. 34): “[...] O Ensino religioso é um componente curricular que visa discutir a diversidade e a complexidade do ser humano como pessoa aberta à diversas perspectivas do sagrado presentes nos tempos e espaços histórico-culturais”.

Necessário que se discuta e contemple no espaço escolar a diversidade cultural e religiosa relacionadas as dimensões do homem, compreendendo uma visão mais holística e cosmológica de mundo. O ser humano faz parte da totalidade do cosmo e é corresponsável pela vida no geral (Oliveira *et al.*, 2007).

A seguir abordarei dentro dessa discussão do objeto de pesquisa, fazendo uma relação entre o ensino religioso e dois documentos importantes para o processo de ensino nas instituições escolares.

### **2.3.2 O Ensino Religioso, a BNCC e a PCPB**

Nesta parte vamos discorrer como o Ensino Religioso sob a égide da BNCC e da PCPB, para melhor compreensão das orientações para a aplicação, do mesmo, nas escolas de forma geral, sem especificar ‘indígena’ e ‘não indígena’ e, especificamente, na sala de aula, pois sabemos que existem uma diversidade grande no que diz respeito a cultura e religiosidade no contexto social e cultural.

Na Constituição Federal de 1988 está garantida uma educação para todos e como também uma base comum ao sistema brasileiro de educação, pensando na unificação dos conteúdos para todas as escolas de educação básica e que os estudantes tenham acesso aos mesmos conteúdos essenciais. Neste sentido, o artigo 26 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96, diz que:

Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos. (Brasil, 1996).

Na mesma linha pedagógica e didática foram discutidos e criados os Parâmetros Curriculares Nacionais, em 1996, no sentido de auxiliar os professores como material teórico de apoio (Macedo, 2014) e mesmos expressam:

Os Parâmetros Curriculares Nacionais constituem o primeiro nível de concretização curricular. São uma referência nacional para o ensino fundamental; estabelecem uma meta educacional para a qual devem convergir as ações políticas do Ministério da Educação e do Desporto, tais como os projetos ligados à sua competência na formação inicial e continuada de professores, à análise e compra de livros e outros materiais didáticos e à avaliação nacional. Têm como função subsidiar a elaboração ou a revisão curricular dos Estados e Municípios, dialogando com as propostas e experiências já existentes, incentivando a discussão pedagógica interna das escolas e a elaboração de projetos educativos, assim como servir de material de reflexão para a prática de professores. (Brasil, 1997, p. 29).

Foram muitas as discussões para entender e aplicar na prática os Parâmetros Curriculares Nacionais, vários municípios realizaram formação continuada, inclusive, o município de Baía da Traição, nos anos 1997, para que os professores entendam melhor os PCNs.

Recordo-me desses encontros pedagógicos com alguns profissionais que vieram de João Pessoa para ministrar a formação. Os encontros eram muito significativos com a participação de vários professores da rede municipal de Baía da Traição. Se discutiam os conteúdos em grupos de trabalhos e depois apresentavam em forma de seminário. Embora compreendia-se que os parâmetros eram conteudistas, mas já foi uma contribuição importante para os educadores.

Nesta perspectiva de unificar e garantir o acesso de todos os estudantes do Brasil aos conteúdos essenciais, a BNCC foi elaborada e concretizada depois de muitas discussões e participação de vários profissionais especialistas nas áreas que ela apresenta. A BNCC é um documento de caráter normativo, e não um currículo como muitos profissionais pensam.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica (Brasil, 2016, p. 7).

Na verdade, esse documento veio para subsidiar a construção ou atualização dos currículos municipais e estaduais, e que integrem a parte diversificada, no que diz respeito a realidade dos estudantes, escola e comunidade local.

A Base tem uma trajetória não tão fácil para sua consolidação, participaram da construção e discussões representantes de instituições e lugares de todo o Brasil, teve que passar consultas prévias, análises, na verdade, foram três versões da BNCC durante todo o processo de consolidação. Sabe-se que na Constituição Federal de 1988 já garantia uma base comum para o país.

A primeira versão saiu em 2015, a presidente na época era Dilma Rousseff, e aconteceu uma série de apresentações dessa Base com análises e muitas discussões. Em seguida, no ano de 2016, surge a segunda versão, que por sinal com mais conteúdos e páginas. Mas essa não seria a última, pois a mesma continuou disponível para análises e debates com consultas prévias em instituições e site do Mec (Alves; Oliveira, 2023).

E em 2017, surgiu a terceira versão da BNCC, voltada para a Educação Infantil e Ensino Fundamental, tendo em vista que essa era a final para as modalidades acima e foi divulgada na presidência de Michel Temer. Em 2018, surge outra versão da Base com a inclusão do Ensino Médio, que foi homologada na presidência de Jair Messias Bolsonaro.

Um documento muito importante que orienta e auxilia os estados e municípios construírem seus currículos de forma colaborativa e também o alinhamento dos PPPs e planos de aula e tudo que diz respeito ao fazer pedagógico (Alves; Oliveira, 2023).

Recordo-me quando foi publicada a BNCC em 2017, o município de Baía da Traição, juntamente com a Foco Consultoria, nos 2018 e 2019 realizaram uma formação continuada sobre esse documento normativo. Uma equipe de profissionais da Baía ia uma vez por mês, participar da formação e depois aplicavam aos professores da rede. Nesse tempo, integrava também essa equipe de multiplicadores, foram encontros de muito conhecimento sobre a Base para auxiliar na construção ou adequação dos currículos.

Defendemos que o documento final da Base Curricular Comum Nacional não deve ser a única referência para as escolas. É preciso, tanto em sua construção como em sua implementação, ouvir o que professores, estudantes e comunidade, pensam desse processo. Nesse sentido, torna-se absolutamente necessário pensar num Projeto Político-Pedagógico que possa dialogar com a Base Curricular e suas possíveis inovações, garantindo o direito e a



valorização da intervenção de todos nessa construção que fundamenta a educação Nacional (Candido; Gentilini, 2017, p. 235).

É necessário mesmo que se tenha um Projeto Político Pedagógico alinhado a BNCC, mas que dialogue com os outros documentos e a realidade social, cultural e ambiental dos professores, estudantes e instituição escolar. Que seja um projeto que retrate “a cara” da escola e comunidade, garantido um processo de redemocratização escolar.

Mediante a história da educação brasileira o Ensino Religioso é garantido como área do conhecimento na BNCC. “[...] A Ciência da Religião passa a ser a ciência acadêmica para referenciar tanto a formação de professores para a área quanto para a orientação dos currículos escolares” (Junqueira; Itoz, 2020, p. 74).

A BNCC apresenta as áreas do conhecimento e a quinta área é atribuída ao Ensino Religioso. É o único componente citado na Constituição Federal de 1988, e se afirmar na LDB e se consolida nesse documento tão importante para o sistema educação brasileiro, mesmo sendo citado de caráter facultativo para os estudantes e obrigatório para a escola, como afirmam os dois primeiros documentos. Um componente que veio com outra configuração didática e pedagógica e novos paradigmas, que garante um ensino voltado para a diversidade cultural e religiosa, e que não professe um ensino convencional e prosélito.

A tabela a seguir foi copiada da Base Nacional Comum Curricular – BNCC, que apresentara toda a estrutura das áreas do conhecimento, juntamente com as disciplinas.

Quadro 5: As áreas do conhecimento da BNCC

	COMPONENTES CURRICULARES	
	Anos Iniciais (1º ao 5º ano)	Anos Finais (6º ao 9º ano)
Linguagens	Língua Portuguesa	
	Arte	
	Educação Física	
		Língua Inglesa
Matemática	Matemática	

	COMPONENTES CURRICULARES	
	Anos Iniciais (1º ao 5º ano)	Anos Finais (6º ao 9º ano)
Ciências da Natureza	Ciências	
Ciências Humanas	Geografia	
	História	
Ensino Religioso	Ensino Religioso	

Fonte: BNCC (BRASIL, 2017).

O quadro (5) mostra as áreas do conhecimento e seus respectivos componentes curriculares, dos Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental. É notável que o Ensino Religioso é uma área do conhecimento, pois torna-se independente como os demais.

Vale destacar os objetivos do Ensino Religioso de acordo com as competências gerais que a Base apresenta:

- a. Proporcionar a aprendizagem dos conhecimentos religiosos, culturais e estéticos, a partir das manifestações religiosas percebidas na realidade dos educandos;
- b. Propiciar conhecimentos sobre o direito à liberdade de consciência e de crença, no constante propósito de promoção dos direitos humanos;
- c. Desenvolver competências e habilidades que contribuam para o diálogo entre perspectivas religiosas e seculares de vida, exercitando o respeito à liberdade de concepções e o pluralismo de ideias, de acordo com a Constituição Federal;
- d. Contribuir para que os educandos construam seus sentidos pessoais de vida a partir de valores, princípios éticos e da cidadania. (Brasil, 2017, p. 436).

São fundamentais para o desenvolvimento da disciplina e área e garantir um ensino inclusivo, que todos os estudantes sejam contemplados sem que haja nenhum prejuízo moral, ético e religioso e que não se sinta discriminado ou excluído do convívio social na sala de aula.

Cabe ao Ensino Religioso tratar os conhecimentos religiosos a partir de pressupostos éticos e científicos, sem privilégio de nenhuma crença ou convicção. Isso implica abordar esses conhecimentos com base nas diversas culturas e tradições religiosas, sem desconsiderar a existência de filosofias seculares de vida (Brasil, 2017, p. 436).

A grande discussão de vários teóricos em relação ao Ensino Religioso seja baseada nos princípios éticos e científicos, sem prevalecer uma determinada crença ou religião no espaço escolar. É necessário que este ensino desenvolva competências, ou seja, agreguem várias habilidades, tendo em vista uma boa convivência entre os atores, e que o respeito prevaleça na vida de cada estudante. A Base apresenta a seguinte definição de competência

Na BNCC, competência é definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho (Brasil, 2017, p. 08).

As competências do Ensino Religioso do fundamental trazidas pela BNCC firmam habilidades para que todos alcancem com êxito:

1. Conhecer os aspectos estruturantes das diferentes tradições/movimentos religiosos e filosofias de vida, a partir de pressupostos científicos, filosóficos, estéticos e éticos.
2. Compreender, valorizar e respeitar as manifestações religiosas e filosofias de vida, suas experiências e saberes, em diferentes tempos, espaços e territórios.
3. Reconhecer e cuidar de si, do outro, da coletividade e da natureza, enquanto expressão de valor da vida.
4. Conviver com a diversidade de crenças, pensamentos, convicções, modos de ser e viver.
5. Analisar as relações entre as tradições religiosas e os campos da cultura, da política, da economia, da saúde, da ciência, da tecnologia e do meio ambiente.
6. Debater, problematizar e posicionar-se frente aos discursos e práticas de intolerância, discriminação e violência de cunho religioso, de modo a assegurar os direitos humanos no constante exercício da cidadania e da cultura de paz. (Brasil, 2017, p. 437).

Destacamos a competência de número 6, que nos desperta a refletir e se posicionar frente as práticas e atitudes de intolerância, discriminação e violência, atitudes essas que estão impregnadas na sociedade, tendo em vista que todos buscam uma cultura de paz entre os seres humanos. Prezar por um ensino que mostre possibilidades de uma interação social mais igualitária e menos desigual, com mais respeito e ética.

A Base apresenta em relação ao componente as unidades temáticas, os objetos do conhecimento e as habilidades, elementos inovadores e importantes para o planejamento do professor. Tendo em vista que é uma pesquisa voltada para as escolas que tem Ano Finais do Ensino Fundamental. A seguir segue a estrutura do Ensino Religioso do 6º ao 9º, de acordo com a Base.

ENSINO RELIGIOSO NO ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS FINAIS:  
UNIDADES TEMÁTICAS, OBJETOS DE CONHECIMENTO E HABILIDADES

**ENSINO RELIGIOSO – 6º ANO**

UNIDADES TEMÁTICAS	OBJETOS DE CONHECIMENTO	HABILIDADES
<p><b>Crenças religiosas e filosofias de vida</b></p>	<p>Tradição escrita: registro dos ensinamentos sagrados</p>	<p><b>(EF06ER01)</b> Reconhecer o papel da tradição escrita na preservação de memórias, acontecimentos e ensinamentos religiosos.</p> <p><b>(EF06ER02)</b> Reconhecer e valorizar a diversidade de textos religiosos escritos (textos do Budismo, Cristianismo, Espiritismo, Hinduísmo, Islamismo, Judaísmo, entre outros).</p>
	<p>Ensinamentos da tradição escrita</p>	<p><b>(EF06ER03)</b> Reconhecer, em textos escritos, ensinamentos relacionados a modos de ser e viver.</p> <p><b>(EF06ER04)</b> Reconhecer que os textos escritos são utilizados pelas tradições religiosas de maneiras diversas.</p> <p><b>(EF06ER05)</b> Discutir como o estudo e a interpretação dos textos religiosos influenciam os adeptos a vivenciarem os ensinamentos das tradições religiosas.</p>
	<p>Símbolos, ritos e mitos religiosos</p>	<p><b>(EF06ER06)</b> Reconhecer a importância dos mitos, ritos, símbolos e textos na estruturação das diferentes crenças, tradições e movimentos religiosos.</p> <p><b>(EF06ER07)</b> Exemplificar a relação entre mito, rito e símbolo nas práticas celebrativas de diferentes tradições religiosas.</p>

**ENSINO RELIGIOSO – 7º ANO**

UNIDADES TEMÁTICAS	OBJETOS DE CONHECIMENTO	HABILIDADES
<b>Manifestações religiosas</b>	Místicas e espiritualidades	<p><b>(EF07ER01)</b> Reconhecer e respeitar as práticas de comunicação com as divindades em distintas manifestações e tradições religiosas.</p> <p><b>(EF07ER02)</b> Identificar práticas de espiritualidade utilizadas pelas pessoas em determinadas situações (acidentes, doenças, fenômenos climáticos).</p>
	Lideranças religiosas	<p><b>(EF07ER03)</b> Reconhecer os papéis atribuídos às lideranças de diferentes tradições religiosas.</p> <p><b>(EF07ER04)</b> Exemplificar líderes religiosos que se destacaram por suas contribuições à sociedade.</p> <p><b>(EF07ER05)</b> Discutir estratégias que promovam a convivência ética e respeitosa entre as religiões.</p>
<b>Crenças religiosas e filosofias de vida</b>	Princípios éticos e valores religiosos	<p><b>(EF07ER06)</b> Identificar princípios éticos em diferentes tradições religiosas e filosofias de vida, discutindo como podem influenciar condutas pessoais e práticas sociais.</p>
	Liderança e direitos humanos	<p><b>(EF07ER07)</b> Identificar e discutir o papel das lideranças religiosas e seculares na defesa e promoção dos direitos humanos.</p> <p><b>(EF07ER08)</b> Reconhecer o direito à liberdade de consciência, crença ou convicção, questionando concepções e práticas sociais que a violam.</p>

**ENSINO RELIGIOSO – 8º ANO**

UNIDADES TEMÁTICAS	OBJETOS DE CONHECIMENTO	HABILIDADES
<b>Crenças religiosas e filosofias de vida</b>	Crenças, convicções e atitudes	<p><b>(EF08ER01)</b> Discutir como as crenças e convicções podem influenciar escolhas e atitudes pessoais e coletivas.</p> <p><b>(EF08ER02)</b> Analisar filosofias de vida, manifestações e tradições religiosas destacando seus princípios éticos.</p>
	Doutrinas religiosas	<p><b>(EF08ER03)</b> Analisar doutrinas das diferentes tradições religiosas e suas concepções de mundo, vida e morte.</p>
	Crenças, filosofias de vida e esfera pública	<p><b>(EF08ER04)</b> Discutir como filosofias de vida, tradições e instituições religiosas podem influenciar diferentes campos da esfera pública (política, saúde, educação, economia).</p> <p><b>(EF08ER05)</b> Debater sobre as possibilidades e os limites da interferência das tradições religiosas na esfera pública.</p> <p><b>(EF08ER06)</b> Analisar práticas, projetos e políticas públicas que contribuem para a promoção da liberdade de pensamento, crenças e convicções.</p>
	Tradições religiosas, mídias e tecnologias	<p><b>(EF08ER07)</b> Analisar as formas de uso das mídias e tecnologias pelas diferentes denominações religiosas.</p>

**ENSINO RELIGIOSO – 9º ANO**

UNIDADES TEMÁTICAS	OBJETOS DE CONHECIMENTO	HABILIDADES
Crenças religiosas e filosofias de vida	Imanência e transcendência	<p><b>(EF09ER01)</b> Analisar princípios e orientações para o cuidado da vida e nas diversas tradições religiosas e filosofias de vida.</p> <p><b>(EF09ER02)</b> Discutir as diferentes expressões de valorização e de desrespeito à vida, por meio da análise de matérias nas diferentes mídias.</p>
	Vida e morte	<p><b>(EF09ER03)</b> Identificar sentidos do viver e do morrer em diferentes tradições religiosas, através do estudo de mitos fundantes.</p> <p><b>(EF09ER04)</b> Identificar concepções de vida e morte em diferentes tradições religiosas e filosofias de vida, por meio da análise de diferentes ritos fúnebres.</p> <p><b>(EF09ER05)</b> Analisar as diferentes ideias de imortalidade elaboradas pelas tradições religiosas (ancestralidade, reencarnação, transmigração e ressurreição).</p>
	Princípios e valores éticos	<p><b>(EF09ER06)</b> Reconhecer a coexistência como uma atitude ética de respeito à vida e à dignidade humana.</p> <p><b>(EF09ER07)</b> Identificar princípios éticos (familiares, religiosos e culturais) que possam alicerçar a construção de projetos de vida.</p> <p><b>(EF09ER08)</b> Construir projetos de vida assentados em princípios e valores éticos.</p>

Muito relevante os objetos de conhecimento e é compreensível um ensino diversificado, e mais plural, sem nenhuma forma de proselitismo, evangelização ou catequização no ambiente escolar.

Também é importante trabalhar as competências socioemocionais na vida das pessoas, principalmente, na vida dos professores e estudantes, desenvolver a capacidade emocional, desenvolver atividades sociais e emocionais, pensando no bem-estar de cada indivíduo.

A competência socioemocional compreende um conjunto de termos para uma ampla gama de habilidades que envolvem a inteligência emocional, competência social e autorregulação, abrangendo as áreas relacionadas aos processos emocionais, às habilidades interpessoais e à regulação cognitiva. Não é simplesmente atitude, interesse vocacional ou personalidade. A competência socioemocional está relacionada a uma inter-relação de habilidades emocionais e sociais que auxiliam a pessoa a manejar melhor com as próprias emoções, a relacionar-se positivamente com outros, a executar tarefas diversas [...] (Marques; Tanaka; Foz, 2019, p. 37).

O ensino religioso é muito rico em sua dimensão no que apresenta a BNCC, ele traz palavras destaques dentro do seu texto, que contribuem para uma convivência social muito agradável e de reflexão sobre o outro, como: imanência, transcendência, alteridades, identidades, finitude, práticas espirituais ou ritualísticas, espaços, territórios sagrados, manifestações religiosas, crenças religiosas ou filosofias de vida, mitos, divindades, narrativas, oralidades, tradicionais, escritos doutrinas, ideias de imortalidade, códigos éticos e muito mais. (Brasil, 2017).

Todos esses termos mencionados acima fazem parte do contexto histórico social do ser humano, e que são necessários para irem se constituindo com sujeitos integrante de uma sociedade diversificada em cultura e religiosidade.

É importante salientar que a escola tem sua função social de preparar o estudante para o exercício da cidadania.

A escola não pode abrir mão de sua função social de socialização do conhecimento socialmente válido em cada momento da história. O Ensino Religioso não é para quem tem religião ou para quem não tem. O Ensino Religioso é para todos. Se compreendermos a educação básica como um projeto de nação, e seus conhecimentos como fundamentais e indispensáveis a todo cidadão brasileiro, para melhor entendimento e intervenção no mundo, torna-se necessário entender neste contexto o Ensino Religioso como possibilidade de leitura de um mundo cada vez mais complexo e polissêmico (Caron; Filho, 2020, p. 31).

Com certeza a escola tem uma função social muito relevante para a diversidade humana em disseminar o conhecimento, fazendo com que todos sejam contemplados num contexto



sócio interativo. O Ensino Religioso tem uma parcela significativa na formação do ser humano, pois compreende-se seus conteúdos e conhecimentos necessários a vida integral do indivíduo.

A Proposta Curricular da Paraíba – PCPB é um documento fundamental e relevante para a educação do Estado e nortear os municípios trabalharem de forma colaborativa, pois é muito significativo desenvolver um trabalho nessa perspectiva, porque ambas instituições fazem parte da mesma dimensão territorial. E que essas esferas governamentais promovam um ensino de qualidade e para a cultura de paz.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Religioso (PCNER) ressaltam a construção de culturas de paz, o respeito ao outro e às relações socioambientais, o direito à vida do/no Planeta, a eliminação das diversas formas de preconceitos e intolerâncias, a educação intercultural, os direitos humanos e a aprendizagem, a laicidade do Estado, a diversidade e liberdade religiosa, pessoas sem religião e outras temáticas que integram o currículo da escola na atualidade. (Barcellos; Lelis; Holmes, 2018, p. 367).

A PCPB em seu texto traz uma estrutura pedagógica e curricular envolvendo todas as disciplinas e de acordo com a BNCC, um documento lançado recente, essencial para a construção e adequação dos currículos dos municípios paraibanos e de todo o Brasil. (Barcellos, Lelis, Holmes, 2018). Este documento contempla o Ensino Religioso enquanto componente curricular, tendo em vista seu sentido e contribuição para a formação do cidadão. “[...] O Ensino Religioso é um componente curricular presente na BNCC essencial e determinante na formação do ser humano. Todos os componentes curriculares são importantes, mas o Ensino Religioso contém o elemento religioso que alicerça a vida humana.” (PCPB, 2018, p. 366).

Então, vai se constituindo na história da educação e ganhando sentido no que diz respeito ao conhecimento científico através das Ciências das Religiões. Vale ressaltar que Ciências da Religião é um campo de conhecimento e o Ensino Religioso é uma disciplina escolar. Prova disto é a publicação da Constituição, A BNCC e a PCPB que garantem e apresentam-no com novos paradigmas diante desse novo cenário educacional em que vivemos. Um campo do conhecimento que contribui para a formação humana e espiritual do ser humano.

A temática do Ensino Religioso Não Confessional nas redes públicas de ensino como direito do educando e como obrigatoriedade de oferta por parte do Estado está intrinsecamente ligada aos princípios democráticos e da paz, aos direitos civis e políticos de cada cidadão, bem como dos Direitos Humanos. (Barcellos; Lelis; Holmes, 2018, p. 366).

Na verdade, a Proposta já está alinhada à Base, onde é visível citações de acordo com a mesma e completando vários aspectos pedagógicos e científicos apresentados. A exemplo disto,

pode-se citar os direitos de aprendizagens que estão bem explícitos no texto dos dois documentos. São documentos que contemplam e orientam outros documentos a incorporarem conteúdo da diversidade religiosa, cultural, espiritual e cosmológica da vida homem religioso e não religioso.

São várias temáticas muito importantes que a PCPB apresenta como sugestões e ideias para que as escolas contemplem em suas Propostas pedagógicas e PPPs, garantindo um ensino mais diversificado/plural. Como sugestão nessa perspectiva o mito, o rito e o símbolo que está no dia a dia dos indivíduos.

O mito, o rito, o símbolo e as divindades alicerçam as crenças, entendidas como um conjunto de ideias, conceitos e representações estruturantes de determinada tradição religiosa. As crenças fornecem respostas teológicas aos enigmas da vida e da morte, que se manifestam nas práticas rituais e sociais sob a forma de orientações, leis e costumes. (Barcellos; Lelis; Holmes, 2018, p. 369).

Outro ponto interessante é a estrutura da unidade temática do Ensino Religioso que a Proposta apresenta dos Anos Iniciais aos Anos Finais do Ensino Fundamental. A mesma está composta com os seguintes elementos: Objetivos da aprendizagem, conteúdos e habilidades. A Base preza pelas habilidades em relação aos objetivos e no lugar do conteúdo apresenta o objeto da aprendizagem. Mas vale ressaltar que trata de um processo que visa a adequação das propostas curriculares, de forma que toda instituição tem autonomia para essa construção ou atualização, a comunidade escolar pode dizer como quer a proposta.

Os documentos e as legislação já garantem um ensino que não seja mais de caráter convencional ou prosélito, mas que seja um ensino que contemple a diversidade de religiosidades, crenças e fé, para que tenham um convívio social com ética e igualdade nos espaços e aspectos da vida humana.

Diante da necessidade de apropriação desses documentos, o município de Baía da Traição participou de encontros pedagógicos da PCPB, para alinhamento a Base com vários profissionais das diversas áreas do conhecimento. E neste contexto de formação promovido pelo estado e pela Foco Consultora, a última tem auxiliado sempre a educação do nosso município, no que diz respeito a recursos e programas que são destinados pelo Ministério da Educação – MEC, a secretaria de educação também alinha a sua proposta curricular com a participação efetiva de seus professores.

Portanto, compreende-se que os três documentos, a BNCC, a PCPB e a Proposta Curricular da Baía da Traição (PCBT) estão em consonância, prezando por um ensino de

qualidade que respeite a pluralidade humana, cultural e religiosa nos espaços públicos educacionais do Estado da Paraíba.

Abordando um discurso inter-religioso no contexto indígena as três principais religiões no território Potiguara, compreende-se: a indígena tradicional, compreendida como a espiritualidade, ou seja, o contato com a natureza e seus elementos que os indígenas tinham e tem até os dias atuais, a católica, que foi imposta pelos colonizadores missionários por volta do século XV, a mais que contribuiu para a dizimação das culturas e populações indígenas, e a evangélica, que vem crescendo muito no território Potiguara.

É importante a escola promover a cultura de paz a partir dessa percepção diálogo inter-religioso, sabe-se que é possível promover momentos no espaço escolar em que todas as religiões sejam contempladas, ou melhor, que os estudantes convivam sem estereótipos e discriminação.

Além da religião indígena, ligada ao sagrado, a natureza, o sobrenatural, aos ancestrais e aos encantados, temos também as práticas culturais e religiosas de origem Ocidental e Africana. A religião e religiosidades Cristãs se destacam com mais frequência na etnia, devido ao processo dos missionários católicos colonizadores, que tomou uma grande proporção no passado e ainda é majoritária, mas hoje as religiões evangélicas vêm crescendo e ganhando espaços nas aldeias Potiguara. Temos também, mesmo em menor número, seguidores do Candomblé e da Umbanda, pelo fato de terem tido contato com a cultura africana no Brasil.

Vale salientar dentro dessa discussão o papel de um grande líder espiritual, o pajé. Em algumas comunidades indígenas esse líder espiritual é considerado uma das pessoas mais importantes, por cuidar da espiritualidade de seu povo e possuir poderes sobrenaturais. Um líder sábio que conhece e domina as práticas espirituais e de cura, que sempre está pronto para ajudar as pessoas.

Esse homem espiritual em uma comunidade indígena tem uma responsabilidade grande e significativa, além de cuidar da alma dos indivíduos, está para aconselhar, apaziguar e liderar espiritualmente o grupo.

A imagem abaixo é do pajé Ci, liderança espiritual e política, um exemplo de vida na sua aldeia para as crianças, adolescentes, jovens e adultos.

Figura 7: Pajé Ci da Aldeia Brejinho – Marcação - PB



Fonte: Arquivo Pessoal (2023)

O pajé e cacique Ci, da aldeia Três Rios (figura 7), município de Marcação, participando da V Mostra Potiguara 2023, realizada pela escola Estadual Matias Freire, localizada no centro de Baía da Traição, fortalecendo as discussões do mês do abril indígena. Evento que contribuiu para a participação de vários líderes Potiguara e garantiu a disseminação do conhecimento tradicional e ancestral entre os presentes.

No entanto, tem-se uma diversidade de práticas religiosas no território Potiguara através de novenas, procissões, festas de padroeiros, cultos evangélicos, ritual do toré e da lua cheia, pajelança em momentos de celebrações, etc.

Tudo na vida está relacionado com a espiritualidade. A educação indígena contém a espiritualidade e esse contexto reverbera na Educação Escolar indígena. Desta feita, o ensino religioso permeia a vida e a educação indígena. Cada indígena tem a sua crença e a liberdade religiosa. Portanto, o ensino religioso em área indígena fortalece a diversidade religiosa e cultural, as diferenças, os diferentes, os valores e os direitos humanos, a cultura de paz e os demais pilares presentes na BNCC, com relação ao ensino religioso.

### 3 O ENSINO RELIGIOSO NAS ESCOLAS INDÍGENAS POTIGUARA DA PARAÍBA

Neste capítulo se consolida a pesquisa em si, porque está trazendo a realidade do objeto de estudo, o Ensino Religioso, a partir das escolas que estão localizadas no território Potiguara - PB. Então, seu texto nos mostrará a identidade desse componente nas instituições escolares, sua aceitação e seu fazer enquanto área do conhecimento. As idas a campo, as observações, as participações, o contato com os interlocutores e objeto, e o diário de campo são instrumentos e estratégias para a sistematização dessa obra intelectual e acadêmica.

O campo escolhido para o desenvolvimento da pesquisa foram as escolas municipais de Baía da Traição, que ofertam os Anos Finais do Ensino Fundamental, são as seguintes: Antônio Azevedo, localizada no centro da cidade, Manoel Ferreira Padilha, na Aldeia Silva da Estrada, Centro Social São Miguel - Aldeia São Francisco e Maria das Dores Borges, localiza na aldeia Alto do Tambá.

A imagem abaixo é um dos campos que desenvolvi a pesquisa, referência na estrutura física, pedagógica e tecnologia, estrutura peculiar.

Figura 8: Escola Manoel Ferreira Padilha



Fonte: Arquivo pessoal (2022)

A imagem acima (figura 8) é a escola Manoel Ferreira Padilha, umas das escolas que tem Anos Finais. Essa escola é de primeiro andar, com uma estrutura física bem adequada, dispõe de salas climatizadas, laboratórios de Matemática, Ciências e Robótica. A escola oferta o Ensino Religioso desde a Educação Infantil à Educação de Jovens e Adultos.

Diante da minha função de coordenador pedagógico que desenvolvo no município de Baía da Traição, desde os anos 2017, atuo nas escolas das aldeias e da cidade, totalizando quatorze instituições escolares. Tenho a responsabilidade de realizar e acompanhar os planejamentos pedagógicos dessas escolas, inclusive, como também de orientar os coordenadores em reuniões para realizarem os encontros pedagógicos em suas respectivas escolas.

A fotografia abaixo é de uma reunião pedagógica, momento de troca de experiências das práticas que cada coordenador socializou.

Figura 9: Reunião pedagógica com os coordenadores de Baía da Traição - PB



Fonte: Arquivo Pessoal (2022)

A foto em destaque (figura 9) é um registro de um encontro pedagógico na escola municipal Antônio Azevedo, no centro de Baía da Traição, com os coordenadores das escolas das aldeias indígenas potiguara e da cidade. Momentos como esse tem a finalidade de socializar trocas de experiências exitosas realizadas nas no ambiente escolar, discutir o processo de ensino e aprendizagem, a interdisciplinaridade e de como os professores estão desenvolvendo suas práticas em relação a cada disciplina.

Quando o bimestre termina e para iniciar o próximo sempre faço sugestões de objetos do conhecimento para que os coordenadores repassarem aos professores nos planejamentos e se devem ou não serem inseridos em seus planos de aula. A tabela abaixo exemplifica os conteúdos a serem trabalhados no componente curricular do Ensino Religioso nas escolas do território Potiguara.

Quadro 6: Sugestões de conteúdos indígenas/Ensino Religioso

<b>Sugestões de conteúdos indígenas 3º bimestres 2022</b>
<b>Componente curricular:</b> Ensino Religioso <b>Ano:</b> 5º
<b>Objetos do Conhecimento:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ O que é o ritual da lua cheia?</li> <li>✓ Plantas medicinais e cura</li> <li>✓ São Miguel: Padroeiro dos Potiguara</li> </ul>

Fonte: Arquivo Seduc-BT, 2022.

O quadro (6), acima, é uma mostra das sugestões dos conteúdos indígenas a serem trabalhados na sala de aula pelo componente curricular Ensino Religioso, para as escolas das aldeias indígenas e compreende-se que são conteúdos da própria realidade.

Inclusive, faço as sugestões dos objetos de conhecimento do componente, na mesma relevância e integridade quanto aos demais, compreendendo que o mesmo faz parte da formação do estudante indígena e não indígena. A esse respeito, firma Carneiro (2004, p. 7), “[...] a partir de 1997, o ensino religioso é ressignificado, passando a ser entendido como parte integrante da construção de um novo cidadão e não apenas formar ou confirmar um fiel”.

É imprescindível que o planejamento seja construído para romper com as desigualdades que existem no contexto educacional as orientações advindas da secretaria de educação, dos coordenadores pedagógicos sejam baseadas na perspectiva da equidade. A BNCC (Brasil, 2017, p. 15) diz

Diante desse quadro, as decisões curriculares e didático-pedagógicas das Secretarias de Educação, o planejamento do trabalho anual das instituições escolares e as rotinas e os eventos do cotidiano escolar devem levar em consideração a necessidade de superação dessas desigualdades. Para isso, os sistemas e redes de ensino e as instituições escolares devem se planejar com um claro foco na equidade, que pressupõe reconhecer que as necessidades dos estudantes são diferentes.

Faz-se necessário um planejamento que rompam os muros da desigualdade, que contemple as diferenças e as singularidades que os estudantes apresentam no espaço escolar. Que as suas necessidades sejam contempladas com a equidade, para que todos sintam-se iguais.

E o ensino religioso tem uma responsabilidade de trabalhar o respeito, a inclusão, a empatia, a alteridade, a cultura de paz, para que aja um convívio saudável entre as diferenças no ambiente escolar. E um bom planejamento desse componente contribuirá para um ensino mais inclusivo.

É importante falar de equidade e ilustrá-la para melhor compreensão desse termo que para os dias atuais que tem uma relevância significativa para as pessoas. E a figura abaixo mostra com clareza a prática da equidade.

Figura 10: Imagem equidade



Fonte: [imagem de equidade - Bing imagens](#). Acessado em 05/07/2023.

A imagem acima (imagem 10) mostra-nos um exemplo muito compreensível sobre a prática da equidade, ou seja, mostrar as possibilidades de acordo com as necessidades específicas, deixando-as justas, para que ninguém se sinta em desigualdade.

É nesta dimensão e disseminação do conhecimento dos componentes curriculares que os planejamentos são desenvolvidos visando um ensino mais equitativo e comprometido com a formação integral do estudante, criando possibilidades de aprendizagens numa perspectiva interdisciplinar, pluricultural e inclusiva.

### 3.1 O PLANEJAMENTO PEDAGÓGICO E O ENSINO RELIGIOSO

Realizei algumas visitas como coordenador pedagógico e já aproveitei a oportunidade para iniciar minha pesquisa de mestrado, para melhor compreender como o Ensino Religioso está sendo abordado, discutido e desenvolvido pelos professores, direção e coordenação pedagógica através das práticas didáticas, pedagógicas e técnicas. Essas visitas que fiz para acompanhar o planejamento pedagógico das escolas Celina Freire e Centro Social, no mês de setembro de dois mil e vinte dois. Essas escolas estão localizadas em comunidades indígenas do território Potiguara, as mesmas atendem estudantes indígenas e não indígenas. E mediante o encontro pedagógico dessas escolas tive a oportunidade de ser um observador participante.



A escola Celina Freire oferta as seguintes modalidades de ensino: Educação Infantil, Educação Especial, Anos Iniciais do Ensino Fundamental, Educação Indígena e Educação de Jovens e Adultos. Tem poucos estudantes e profissionais, e ainda destaco que o diretor é líder espiritual do povo Potiguara - PB. Frisar que essa instituição não é campo prioritário para desenvolvimento da pesquisa, mas de acordo com minha atuação vi por obrigação de iniciar a pesquisa a partir desse momento.

A escola citada acima não tem os Anos Finais, mas como elenquei também no projeto de mestrado que acompanharia como campo de pesquisa os encontros pedagógicos foi muito pertinente e enriquecedor ter participado desse planejamento.

E durante a reunião pedagógica que a coordenadora realizou, teve o entusiasmo de desenvolver várias atividades com os professores e demais presentes, fazendo dinâmicas de grupos, atividades socioemocionais, roda de conversa, entre outras. Em seguida, deram a oportunidade para a subsecretária da educação do município de Baía da Traição - PB, falou da importância da realização do planejamento, focando o processo de ensino e aprendizagem, como priorizando o estudante como protagonista e responsável pelo seu aprendizado, tendo em vista que Base Nacional Comum Curricular - BNCC (2017) frisa, o educando no centro do processo de aprendizagem.

Deram-me também a oportunidade para falar um pouco, como coordenador pedagógico. Falei que o momento era muito importante para analisar o que foi desenvolvido durante o terceiro bimestre do ano de 2022, elencando o que avançou e não avançou, priorizando as habilidades no bimestre subsequente. E eu não parava de pensar como estava sendo ministrado o Ensino Religioso na escola, porque já tinha um conhecimento prévio que este componente integrava a proposta curricular do município.

O momento foi oportuno para me apropriar do papel de pesquisador, e nesta oportunidade de fala, aproveitei o ensejo e perguntei às professoras e coordenadoras da educação infantil, anos iniciais e educação de jovens e adultos, como estava sendo ministrada as aulas do componente curricular Ensino Religioso, já que faz parte da proposta curricular. Fiz a pergunta porque vi a necessidade, como também uma forma de provoca-las. Fiquei muito entusiasmado para ouvi-las.

A imagem a seguir representa um encontro pedagógico de professoras indígenas discutido a realidade e aprendizado dos estudantes.

Figura 11: Planejamento pedagógico de professores da aldeia Cumaru.



Fonte: Arquivo Pessoal (2022)

A foto acima (figura 11) foi um registro que fiz durante o encontro pedagógico que participei juntamente com a subsecretária, Joana Artur Damasceno, na escola Celina Freire Rodrigues, Aldeia Cumaru. Uma roda de diálogos para discutir e planejar o processo de ensino e aprendizagem a partir das necessidades dos estudantes.

Na discussão do Ensino Religiosos com os professores, no contexto do encontro pedagógico, uma professora falou que a preocupação era com a alfabetização dos estudantes, que ainda estavam saindo de uma pandemia e que os educandos apresentaram bastante dificuldades de aprendizagem; pois muitos não sabiam escrever o próprio nome; apresentavam leitura fraca, outros sem reconhecer as letras, sem saber ler sílabas e palavras, por isso, que estavam priorizando Língua Portuguesa no processo de alfabetização. Os profissionais deixam bem claros que para alfabetizar é preciso priorizar a disciplina de Língua Portuguesa e seus respectivos objetos do conhecimento.

É importante saber que a alfabetização pode acontecer em qualquer disciplina ou de forma interdisciplinar, é preciso o professor compreenda essas dimensões ou sobre os novos paradigmas da educação.

A alfabetização não deve acontecer apenas na disciplina de Língua Portuguesa, mas que pudesse acontecer em qualquer outra disciplina, utilizando assuntos, textos e outros recursos pedagógicos necessários, como também de forma interdisciplinar, basta adequar a metodologia. Pode-se alfabetizar, despertar a leitura e escrita com textos religiosos ou não, pois depende de como o professor conduzirá o processo de ensino e aprendizagem. A interdisciplinaridade dá possibilidade de trabalhar um texto religioso e incorporar outras disciplinas, como por exemplo: por meio de um Salmo, você pode trabalhar Língua Portuguesa, Arte e Matemática.

[...] pois interdisciplinaridade não se ensina, nem se aprende, apenas vive-se, exerce-se. Interdisciplinaridade exige um engajamento pessoal de cada um. Todo indivíduo engajado nesse processo será o aprendiz, mas, na medida em que familiarizar-se com as técnicas e quesitos básicos, o criador de novas estruturas, novos conteúdos, novos métodos, será motor de transformação. (Fazenda, 1979, p. 56).

As professoras e as coordenadoras falaram que a disciplina de Ensino Religioso faz parte do currículo da escola, que está contido no diário online. E diante desse diálogo sobre o planejamento pedagógico e as disciplinas, a coordenadora (Lucicleide Matias, Informação verbal, maio 2022) diz:

Trabalhamos da seguinte forma: A importância da religiosidade e as práticas culturais em nosso meio, a emoção e a importância de se sentir integrante de um povo independente de sua religião ou fé que professa, e também seguindo um currículo e livros didáticos alinhados à BNCC.

O componente curricular Ensino Religioso é pouco abordado em sala de aula, devido que a prioridade que se atribui é mais à Língua Portuguesa e a Matemática, visto que na visão das professoras e coordenadoras, essas duas disciplinas são fundamentais no processo de ensino e aprendizagem. Ainda acrescentaram que estavam alfabetizando e tinham que intensificar as aulas de Língua Portuguesa, porque o sistema estava cobrando e que teria prova externa advinda do Ministério da Educação - MEC. Desse modo, o ensino religioso estava sendo ministrado parcialmente, às vezes, nem era contemplado durante a semana, como os demais componentes.

Existe uma cultura para muitos professores, escolas e outras pessoas que veem apenas a disciplina de Língua Portuguesa responsável para alfabetizar e letrar o estudante, ou mesmo, utilizando textos dessa e nessa disciplina. Mas, a verdade é que todas as disciplinas têm a responsabilidade de ensinar o fundamental que é ler e escrever, portanto, o trabalho de alfabetização e letramento pode se dar em qualquer componente curricular, inclusive com textos, atividades, metodologias.

Essa hierarquia de disciplinas é imposta pelo sistema, sabe-se que a carga horária diverge muito entre elas, por exemplo, matemática e português são 5 aulas durante o dia, geografia e história são 3 aulas, outras são 2 aulas e o Ensino Religioso é apenas uma aula durante a semana. Independente de carga horária, todas os componentes curriculares são importantes para a escola e a formação integral do estudante cidadão, é preciso não priorizar, mas é preciso que todos tenham os mesmos espaços na instituição.

A segue abaixo a Matriz Curricular/Indígena do ensino fundamental dos Anos Finais do município de Baía da Traição-PB.

Quadro 7: Matriz Curricular/Indígena – SEDUC-BT



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BAÍA DA TRAIÇÃO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DA BAÍA DA TRAIÇÃO					
MATRIZ CURRICULAR/INDÍGENA - ENSINO FUNDAMENTAL II - 6º AO 9º ANO					
B A S E  N A C I O N A L  C O M U M	DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA SEMANAL			
		6º Ano	7º Ano	8º Ano	9º Ano
	Língua Portuguesa	5	5	5	5
	Língua Tupi	2	2	2	2
	Língua Inglesa	2	2	2	2
	Educação Física	2	2	2	2
	Ensino Religioso	1	1	1	1
	Ciências	3	3	3	3
	Matemática	5	5	5	5
	História	3	3	3	3
	Geografia	3	3	3	3
	Arte e Cultura	2	2	2	2
	Etno-história	2	2	2	2

Fonte: Seduc-BT (2023)

A imagem acima (quadro 6) é um print da tabela da Matriz Curricular/indígena dos Anos Finais do Ensino Fundamental com as disciplinas e a carga horária semanal de cada uma. Matriz que contempla o componente curricular Ensino Religioso e sua carga horária de 1 aula/hora por semana.

Analisando a Matriz Curricular de Baía da Traição, o Ensino Religioso faz parte de todas as etapas de ensino: Educação infantil, Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental e da Educação de Jovens de Adultos.

Os professores Potiguara - PB tem um calendário letivo da secretaria a seguir, para que alcance os dias letivos e horas estabelecidos pelo MEC, de no mínimo duzentos dias letivos e oitocentas horas. Nos Anos Iniciais quem é responsável pelo Ensino Religioso é o próprio professor polivalente e nos Anos Finais tem um professor específico para o componente, o mesmo não tem formação em licenciatura ou especialização ou outra formação na área das Ciências das Religiões, chegando a complementar a carga horária com outra disciplina. A partir do contato com esses profissionais percebe-se, que são graduados em Antropologia e Pedagogia e outros em formação.

Essa disciplina não tem ainda a mesma relevância como tem Matemática, Português, Ciências, entre outras que fazem parte das áreas do conhecimento.

E nessa perspectiva a professora Ivanize Freire (2022) chama a atenção sobre o Ensino Religioso e que concorda com a obrigatoriedade do componente para que se tenha a mesma relevância quanto aos outros componentes e ainda diz: “[...] na visão de muitos o ensino religioso não é necessariamente como uma outra matéria qualquer, semelhantemente de pouco valor”. No entanto, concebemos que tem a mesma importância na estrutura da Base como norte para o Distrito Federal, Estados e municípios, para adequarem seus currículos, propostas e PPPs, que contemplem as realidades socioculturais em que as escolas indígenas estão inseridas, fazendo uma ligação entre os conhecimentos tradicionais e científicos.

É preciso que foque em formação para os profissionais que lidam com o Ensino Religioso, uma política que contemple de fato essa área do conhecimento, principalmente, professores que atuam nas escolas indígenas. Se faz necessária a formação para atuarem com mais subsídios didáticos e teóricos na sala de aula. De acordo com o Art. 5º da LBD 9394/96:

O exercício da docência do ensino religioso na rede pública estadual de ensino fica reservado a profissional que atenda a um dos seguintes requisitos:

I - Conclusão de curso superior de licenciatura plena em ensino religioso, ciências da religião ou educação religiosa;

II - Conclusão de curso superior de licenciatura plena ou de licenciatura curta autorizado e reconhecido pelo órgão competente, em qualquer área do conhecimento, cuja grade curricular inclua conteúdo relativo a ciências da religião, metodologia e filosofia do ensino religioso ou educação religiosa, com carga horária mínima de quinhentas horas;

III - conclusão de curso superior de licenciatura plena ou de licenciatura curta, em qualquer área de conhecimento, acrescido de curso de pós-graduação lato sensu em ensino religioso ou ciências da religião, com carga horária mínima de trezentas e sessenta horas, oferecido até a data de publicação desta Lei;

IV - Conclusão de curso superior de licenciatura plena ou de licenciatura curta, em qualquer área de conhecimento, acrescido de curso de metodologia e filosofia do ensino religioso oferecido até a data de publicação desta Lei por entidade credenciada e reconhecida pela Secretaria de Estado da Educação. (BRASIL, 1996)

Sabe-se que os primeiros professores não eram de Ensino Religioso, mas de Educação Religiosa, foram os missionários que vieram para o Brasil no período da colonização que até os dias atuais permanecem essa herança do confessional, como também responsáveis em catequizar os primeiros habitantes das Américas.

A religião passa a ser um dos principais aparelhos ideológicos do Estado, concorrendo para o fortalecimento da dependência ao poder político por parte da Igreja. Dessa forma, a instituição eclesial é o principal sustentáculo do poder estabelecido, e o que se faz na Escola é o Ensino da Religião Católica Apostólica Romana. (Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso, PCN-ER, 2004, p. 13).

Uma atuação missionária que fez vista grossa às práticas espirituais dos povos originários, portanto, a espiritualidade era muito forte e praticada, muito antes de os colonizadores europeus chegarem na América.

O componente em questão precisa ter a mesma dimensão em relação aos demais, o mesmo está garantido na lei maior, a Carta Magna de 1988, como tem a mesma importância que a Matemática, a Língua Portuguesa e outras disciplinas dentro do currículo do município de Baía da Traição - PB.

Pela observação participante, estive presente em outro planejamento na escola municipal Centro Social São Miguel, localizada na aldeia São Francisco, em Baía da Traição. Essa instituição faz parte da pesquisa como campo que contempla o objeto de estudo. Também estava atuando como coordenador pedagógico para acompanhar o encontro dos professores, juntamente com a coordenação e direção. Tive a oportunidade de fazer uma junção das ações do profissional e do pesquisador.

O planejamento foi no turno da noite com todos os profissionais que atuam na Educação Infantil, Anos iniciais e Finais do Fundamental, Educação Especial e Educação de Jovens e Adultos, tendo em vista por se tratar de uma escola localizada na aldeia indígena, a modalidade Educação Indígena é ofertada, porque os estudantes, os professores, coordenação e direção são indígenas e a proposta da instituição contempla a educação escolar indígena, como também foi pioneira em propagar essa educação. A mesma fortalece e valoriza a identidade e a diversidade de seu povo. Sobre o tipo de educação escolar indígena, o artigo 78 da LDB diz:

afirma que a educação escolar para os povos indígenas deve ser intercultural e bilíngue para a reafirmação de suas identidades étnicas, recuperação de suas memórias históricas, valorização de suas línguas e ciências, além de possibilitar o acesso às informações e aos conhecimentos valorizados pela sociedade nacional. (Brasil, 1996, p. 6).

O encontro pedagógico foi iniciado pela coordenadora dos Anos Finais do Ensino Fundamental, onde começou com uma dinâmica de integração envolvendo todos os presentes, depois que a animação da dinâmica terminou, houve um momento para ouvir as reflexões dos profissionais participantes. Imaginei que os professores fossem fazer o planejamento do quarto bimestre, elencar as habilidades, os objetos do conhecimento, a metodologia, os recursos e a avaliação. Mas foi muito válido o momento de socialização do conhecimento, que o encontro tinha como proposta de revisar e atualizar o Projeto Político Pedagógico-PPP.

O Projeto Político Pedagógico - PPP da Centro Social São Miguel, sabemos que é um documento primordial, é o retrato da instituição escolar e que garante e dá respaldo para as atividades, ações, propostas, projetos planejados, enfim, tudo que será desenvolvido por todos os atores que fazem a comunidade escolar. Para Veiga (2006, p. 8), afirma sobre a elaboração do PPP:

[...] exige profunda reflexão sobre as finalidades da escola, assim como a explicitação de seu papel social e a clara definição de caminhos, formas operacionais e ações a serem empreendidas por todos os envolvidos no processo educativo. Seu processo de construção aglutinará crenças, convicções, conhecimentos da comunidade escolar, do contexto social e científico constituindo-se em compromisso político e pedagógico coletivo. Ele precisa ser concebido com base nas diferenças existentes entre seus autores, sejam eles professores, equipe técnico-administrativa, pais, alunos e representantes da comunidade local. É, portanto, fruto de reflexão e investigação.

No decorrer do encontro pedagógico houve a leitura, a revisão e o alinhamento do Projeto Político Pedagógico à BNCC (Base Nacional Comum Curricular) realizados pelos professores, coordenação e direção presentes no encontro. E durante a leitura coletiva e exposição do PPP com apoio de recursos tecnológicos, quando chegou na parte das disciplinas e conteúdos, assim que estava no documento, observou-se o nome que estava no campo das disciplinas era “Religião”, e não Ensino Religioso, que estava contendo na estrutura da grade curricular da escola na parte que contemplava as áreas do conhecimento como a BNCC aborda em seu texto.

Então, isso me chamou a atenção, não queria intervir, mesmo estando como observador e consciente do meu papel de coordenador pedagógico, me deixou muito inquieto o termo, já que atualmente pela legislação e a BNCC, é Ensino Religioso. Desse modo, fiquei refletindo quando li “Religião” como componente curricular da escola, contido em um documento que democratiza e humaniza o ensino. Mesmo sendo questão de termo, vi a necessidade de sussurrar para o auxiliar de coordenador, que sugerisse substituir o termo “Religião” para Ensino Religioso.

Porque quando a gente fala ou escuta a palavra religião automaticamente se pensa logo em igreja, religião católica ou evangélica, entre outras. E é um termo que vem desde o período colonial, quando os primeiros missionários católicos chegaram ao Brasil, impuseram a sua religião aos primeiros habitantes.

Na verdade, o termo religião ainda estava contido no texto do PPP, porque não haviam feito uma atualização do documento, levando em consideração alguns termos que não eram

mais interessantes permanecer no texto, como o próprio termo religião, que traz sentidos de confessional, proselitismo, igreja, etc.

O auxiliar de coordenação pede a palavra e diz: “[...] é interessante fazer a troca do termo Religião por Ensino Religioso, porque já fica de acordo com a BNCC” (André Delfino, informação verbal, out, 2022) e faz a observação entre os dois termos e automaticamente os demais acatam a sugestão, o termo colocado no texto do PP foi Ensino Religioso. Ficando o termo que é citado na Constituição Federal de 1988, na LDB de 1996 e também atualmente na BNCC, que é Ensino Religioso.

Levantada a proposta de mudança, todos foram favoráveis e que ficasse no PPP da escola, o termo Ensino Religioso, por se tratar de um componente que vem sendo ressignificado na história do Brasil. Um momento importante de mudança na área do conhecimento do Ensino Religioso nessa escola, vai de encontro com a proposta da Base Nacional Comum Curricular. Esses momentos são importantes para a socialização e sistematização do conhecimento a partir de momentos vividos individual e na coletividade, contemplando uma área que contribui para a formação social e intelectual dos profissionais e estudantes da escola. Tendo em vista que a própria BNCC destaca que:

Cabe ao Ensino Religioso tratar os conhecimentos religiosos a partir de pressupostos éticos e científicos, sem privilégio de nenhuma crença ou convicção. Isso implica abordar esses conhecimentos com base nas diversas culturas e tradições religiosas, sem desconsiderar a existência de filosofias seculares de vida (Brasil, 2018, p. 436).

Outra parte que chamou a atenção na leitura do PPP foi a que contemplava os conteúdos que estavam na proposta do componente do Ensino Religioso. Eles eram muito resumidos, como se fossem apenas temáticas. E os professores tiveram a oportunidade de acrescentar mais objetos do conhecimento, que sugeriram colocar na proposta curricular da escola o objeto do conhecimento a “Espiritualidade Indígena”. E foi aceito por todos, salientando que a BNCC dá essa abertura para que os currículos dos estados e municípios sejam complementados com a parte diversificada que compete a essas instituições educacionais. Objetos do conhecimento da realidade onde a escola está inserida e, principalmente, as especificidades do contexto social dos estudantes.

De acordo com artigo 26 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96, definiu que:

Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida



pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos. (Brasil, 1996).

Mesmo as escolas tendo vários profissionais formados em grau superior, mas não tem a formação adequada para o Ensino Religioso, que seja pelo menos a formação inicial na área que a pesquisa trata a partir do título, no que se refere a dar mais subsídio didático e pedagógico aos professores indígenas e não indígenas que estão em pleno exercício nas escolas das aldeias Potiguara - PB.

É importante pensar uma formação e didática voltadas para o Ensino Religioso que preparem e valorizem o professor para atuar com o componente curricular de ensino, como um sujeito profissional, pessoal ativo e consciente de seu papel na sala de aula e fora dela. Uma pedagogia que forme um professor crítico e comprometido com a aprendizagem de seus educandos. A formação de professor para Marcelo García (1999, p. 26), está vinculada:

[...] a área de conhecimentos, investigação e de propostas teóricas e práticas que, no âmbito da Didática e da Organização Escolar, estuda os processos através dos quais os professores – em formação ou em exercício – se implicam individualmente ou em equipe, em experiências de aprendizagem através das quais adquirem ou melhoram os seus conhecimentos, competências e disposições, e que lhes permitem intervir profissionalmente no desenvolvimento do seu ensino, do currículo e da escola, com o objetivo de melhorar a qualidade da educação que os alunos recebem.

Portanto, a formação para o professor em qualquer área do conhecimento, especificamente para o professor de Ensino Religioso é garantir conhecimentos e competências que subsidiem à docência.

A pesquisa possibilitou conhecer as realidades das escolas do território Potiguara - PB, em especial do município de Baía da Traição, no que diz respeito ao Ensino Religioso e suas práticas, a atuação do professor ministrando o componente em sala de aula e como os estudantes estão compreendendo esse ensino e relacionando com suas vivências religiosas no contexto social e cultural.

### 3.2 AS PRÁTICAS DOS PROFESSORES DE ENSINO RELIGIOSO

A sistematização da pesquisa me levou a ir sempre a campo para melhor analisar o objeto de estudo que é o Ensino Religioso e a partir dos interlocutores que elenquei compreender, de fato, como eles lidam com esse objeto no espaço escolar e, particularmente, na sala de aula.

Quando iniciei, de fato, as observações e entrevistas com os interlocutores, fui entrando em contato com as pessoas que elenquei para responder as entrevistas e expliquei o porquê da pesquisa e a importância da mesma para o mundo acadêmico e que teria um retorno para as escolas das aldeias indígenas e da cidade, também para o meu crescimento pessoal e profissional. Diante desse fazer, algumas pessoas foram acessíveis e sensíveis a minha pesquisa do mestrado, já outras pessoas senti resistência para responder a entrevista, como alguns professores, diretores e estudantes. Foram grandes desafios que enfrentei sobre como pesquisar atuando no campo, para buscar estudar o objeto, que está muito explícito em todo o texto, que é o componente curricular Ensino Religioso.

Em contato com alguns interlocutores, chegou um momento de desanimar, mas buscava sempre junto ao orientador Lusival Barcellos orientações para dá continuidade à pesquisa. A insistência era grande para que esses interlocutores respondessem a minha entrevista, conversasse pessoalmente, ou lhes enviava mensagens pelas redes sociais. Outros me responderam automaticamente, me encorajando a prosseguir na minha pesquisa de campo. E depois de várias orientações do orientador, fui contornando minha pesquisa, o campo e os interlocutores, buscando outras pessoas para conceder entrevista. Mas passando por vários obstáculos, não deixei de realizar a pesquisa. E durante essa fase, passando por dificuldades me veio a mente o poema "No Meio do Caminho" de Carlos Drummond de Andrade (1976, p. 12):

No meio do caminho tinha uma pedra  
 tinha uma pedra no meio do caminho  
 tinha uma pedra  
 no meio do caminho tinha uma pedra.  
 Nunca me esquecerei desse acontecimento  
 na vida de minhas retinas tão fatigadas.  
 Nunca me esquecerei que no meio do caminho  
 tinha uma pedra  
 tinha uma pedra no meio do caminho  
 no meio do caminho tinha uma pedra

Acredito que várias pessoas me compreenderam como pesquisador e que a pesquisa se fazia interessante para a sistematização da dissertação e conclusão do curso em Ciências das Religiões. Já outros, pelo que percebi, levaram para o lado pessoal, não sabendo distinguir o que era pessoal, profissional e pesquisador. Alguns não deram importância de colaborar com a pesquisa, mas isso não impediu de eu buscar novos horizontes. O campo é isso, cheio de altos e baixos, acessível e não acessível, muitos com prazer em lhe ajudar e outros dizendo não em palavras e atitudes.

Em meio a esses pontos positivos e negativos, a força e a coragem me levaram a sistematizar a dissertação, a partir dos dados e informações coletados. E nesse sentido observei e fiz registros das aulas dos professores que aceitaram participar das entrevistas que foram necessárias para finalização da pesquisa.

O primeiro professor que pedi permissão para observar a sua aula de Ensino Religioso, foi o professor Jefferson Luiz Leoncio Ventura, é professor e antropólogo indígena, leciona o componente curricular Ensino Religioso, na escola Municipal Maria das Dores Borges, localizada na Aldeia Alto do Tambá, em Baía da Traição - PB. Mas antes de iniciar propriamente a sua aula, me apresentou e disse que eu estava na sala de aula para realizar uma observação da sua prática junto ao componente em estudo, para o mestrado em Ciências das Religiões.

Em entrevista o professor Jefferson conceitua o componente curricular Ensino Religioso, que para ele é: “[...] O componente curricular de Ensino Religioso define-se em uma disciplina acadêmica que está inserida na grade curricular com carga horária determinada na grade com finalidade de validação e eficiência.” (Jefferson Leoncio, informação verbal, jun. 2023).

O docente, em sua aula no 8º ano do ensino fundamental, utiliza a metodologia de aula expositiva ao quadro branco, expondo o conteúdo, ou seja, dando continuidade de um assunto da aula anterior e mediante o desenvolvimento mencionou algumas palavras como: fé, pluralismo cultural, religioso e globalização. E no desenrolar da aula, ainda indagava aos estudantes sobre a determinada pergunta: O que é pluralismo? Ou se já havia falado nesse termo. Os estudantes responderam que não. Mas como não é uma palavra tão falada ao conteúdo dos estudantes, talvez se tenham sentido tímidos para responderem. E ainda provocou aos estudantes com a seguinte pergunta: Como é que a religião católica vê as religiões de matriz africana? Foi uma pergunta bem provocadora para os dias atuais, pois sabemos o quanto as religiões africanas e afro-brasileiras foram discriminadas.

Diante da aula que o professor desenvolveu é perceptível uma metodologia que contempla a diversidade religiosa e cultural. Em relação a diversidade o professor Jefferson Leoncio diz: “[...] Busco abordar uma metodologia que visa trabalhar respeitando a diversidade religiosa do corpo discente, trazendo conhecimentos de cunho religioso relacionando com a religiosidade do povo Potiguara” (Jefferson Leoncio, informação verbal, jun. 2023).

Portanto esse professor se apropria de uma metodologia do Ensino Religioso, mas questionadora, provocadora, para que os estudantes se posicionem a respeito do assunto em

estudo, respeitando a diversidade religiosa e cultural que existem na sala de aula, e tornando-os cidadãos participativos.

A segunda professora que observei a aula não irei identificá-la por não ter devolvido assinado o termo de consentimento livre e nem apresentou interesse em responder minha entrevista. Mas a mesma leciona o componente curricular Ensino Religioso na escola Municipal Manoel Ferreira Padilha, localizada na Aldeia Silva da Estrada, município de Baía da Traição - PB. E tive o privilégio de participar de uma aula muito significativa do componente Ensino Religioso. Por autorização verbal que a professora fez, fui observar a sua aula, que a desenvolveu muito bem com todos os estudantes.

O tema da aula da professora no 6º ano era o seguinte: Os símbolos Religiosos nas Diferentes Religiões. Esse tema foi trabalhado em sala de aula a partir de uma diversidade de mandalas apresentadas pelos estudantes. A professora organizou a turma em círculo e cada educando apresentou a sua mandala, trazendo o sentido de diversidade, respeito, ética, saber ouvir, conviver com as diferenças e conhecer a religião que cada um acredita.

E na socialização das mandalas produzidas pelos próprios estudantes, fiz o registro de algumas falas: Um educando disse: “[...] Essa mandala aqui, que desenhei, senti muita inspiração”, outro falou: “[...] A roda do toré é tipo uma mandala”. O estudante associa o toré a mandala por ambos apresentarem-se em forma de círculo, e o toré traz aquela sensação de concentração e busca de energia.

Depois que a professora concluiu a aula no 6º ano, se dirigiu para ministrar a próxima aula de Ensino Religioso para os estudantes do 7º ano, e iniciou a aula perguntando quem tinha feito a atividade que foi para criar um acróstico com a palavra LIBERDADE. Também falou um pouco da importância dos Direitos Humanos para as pessoas, principalmente, aquelas que são historicamente marginalizadas mediante a sociedade.

Assim que a professora concluiu a primeira parte da aula, ela apresentou o novo tema: Esfera pública e religiosidade. E em sua explanação, surgem algumas indagações e contribuições, como: a religião faz parte da esfera pública e privada? A maioria dos estudantes responderam que faz parte da pública, e apenas dois responderam que faz parte das duas esferas.

Compreende-se a preocupação da professora em envolver todos os educandos na aula, provocando-os, questionando-os, tornando uma aula mais democrática e participativa, fazendo-os refletir sobre os assuntos do cotidiano.

A terceira professora que me concedeu observar a sua aula de Ensino Religioso foi Ivanize Freire, pedagoga, psicopedagoga, professora indígena Potiguara, atua na escola Centro

Social São Miguel, na aldeia São Francisco em Baía da Traição. Aula que a professora desenvolveu foi com os estudantes do 6º ano do ensino fundamental.

A professora Ivanize iniciou a aula do componente curricular Ensino Religioso, recordando o assunto da aula anterior, que teve como tema o Respeito as diferenças. Perguntou aos estudantes quem tinha feito a atividade de casa referente ao assunto da aula, reforçando a importância de responder a tarefa que continha a seguinte pergunta: O que você entende por respeito as diferenças? Uma pergunta bastante pertinente e provocadora para que os estudantes se posicionem, tendo como objetivos saber falar e ouvir e também aceitar as diferenças dentro e fora da escola.

A professora conduziu um diálogo muito significativo em sala de aula, houve a participação dos educandos se posicionando sobre o tema, mesmo eles de forma invisível, ou seja, as carteiras uma atrás da outra. Os estudantes falaram que é importante viver com os outros, que cada um tem sua maneira de ser e compreender o mundo. E para fixar melhor o assunto, a professora aplicou um exercício de fixação e duas questões me chamaram bastante a atenção: Uma questão foi pedindo que os estudantes observassem as diferenças na própria turma e a outra questão foi montar um acróstico com a palavra RESPEITO. E diante de sua metodologia a professora ainda afirma: “[...] Bom, é uma turma que gosta de se envolver com a aula. Gosto muito de fazer aulas dialogadas e dinâmicas.” (Ivanize Freire, informação verbal, nov. 2022).

Diante da atividade em sala de aula, a professora ficou indo nas carteiras dos educandos para acompanhar melhor a realização das questões. E durante essa circulação, teve um momento que um estudante levantou uma brincadeira desrespeitosa com outro colega e automaticamente a professora o chamou atenção, dizendo: Isso não pode, lembra do que estamos discutindo e trabalhando aqui na sala de aula? RESPEITO.

E para Ivanize (informação verbal, jun. 2022) o Ensino Religioso é: “[...] Trata-se de um componente de ensino voltado para as religiões, costumes, e tradições, questões voltadas para as práticas e nelas contidas também todos os contextos abrangendo as relações pessoais e interpessoais”. Na verdade, a professora enfatizou muito sobre a convivência entre as diferenças baseada no componente curricular Ensino Religioso, o papel que esse componente tem na formação integral do educando.

Outra profissional que me concedeu o privilégio de observar a sua aula de Ensino Religioso, foi a professora Thais Venancio da Silva, ministra aula na escola Municipal Antônio Azevedo, localizada no centro de Baía da Traição. A aula foi desenvolvida na turma do 9º ano A, antes, apresentou o pesquisador e disse o objetivo da presença na sala de aula, que foi para

observar a sua aula de Ensino Religioso, para pesquisa do mestrado que ele estava desenvolvendo.

Nessa aula, a professora trabalhou com a metodologia de seminários, os estudantes trabalharam vários conteúdos relacionados ao tema da aula: Mitos de origem da vida. O primeiro grupo de educandos falou sobre Origem indígena, e através de cartazes os integrantes apresentaram o seminário. Em seguida a professora deu uma explicação trazendo alguns mitos do contexto indígena como: Tupã, Jaci e Guaracy, que até os dias atuais muitos indígenas acreditam e cultuam.

Em seguida, chamou outro grupo para se apresentar, e falou sobre A origem da vida na Terra, de uma forma geral, e para finalizar, o terceiro grupo expôs sobre Mitologia Hinduísta. E a professora em sua explicação deixou bem claro que é necessário conhecer a religião do outro e respeitá-la. E falando de respeito, foi o assunto mais frisado pela professora desde o início até o final dos seminários. E em relação aos assuntos que a professora Thais (informação verbal, out. 2022) trabalhou em sala de aula com os estudantes diz:

Procuro abordar temas relacionados à ética, moral, paz, justiça, empatia, importância do amor ao próximo, diversidade cultural, assuntos atuais, campanhas de prevenção, religiosidade de cada povos, direitos humanos, discriminação, intolerância religiosa, política.

O dinamismo tomou conta da aula da professora Thais, os grupos trouxeram um pouco da diversidade religiosa e cultural que o universo apresenta. Portanto, compreende-se um ensino Religioso voltado para as diferenças e diversidade, um ensino mais humanizado.

### 3.3 O DIÁLOGO COM OS INTERLOCUTORES DA PESQUISA

As entrevistas me possibilitaram mais aproximação com o campo, objeto e interlocutores e conhecer mais de perto como o Ensino Religioso é trabalhado na comunidade escolar. Também tive uma visão de sua aceitação pela comunidade escolar e contribuição que o mesmo dá para a formação integral dos estudantes. Foi importante entender de como os atores da comunidade escolar conceituam e trabalham o componente alinhado a BNCC, quais os objetos do conhecimento que são contemplados no planejamento didático, entre outros aspectos que estão atribuídos a esse componente curricular. E quando se fala do Ensino Religioso a professora Gizele o define

O componente curricular ensino religioso é uma disciplina/matéria do currículo escolar e, como qualquer outra disciplina, trabalha com o desenvolvimento das competências gerais da BNCC e competências específicas da área, a serem desenvolvidas no decorrer da educação básica. (Gizele Marcelino de Souza, informação verbal, jun. 2023).

Nota-se que o conceito que a professores apresenta é de acordo com o que a Base orienta, é considerado a quinta área do conhecimento, contemplando as competências gerais. Na atualidade, todo currículo deve ser alinhado a BNCC e respectivamente os planos de aulas sistematizados pelos professores, garantindo os conteúdos essenciais de aprendizagens e a contemplação da parte diversificado da realidade da escola e dos estudantes (BRASIL, 2017).

Em conversa com os interlocutores sobre o componente e sua obrigatoriedade para as instituições públicas, mesmo sendo escolas que estão situadas nas aldeias indígenas, tive respostas positivas, todos concordaram com a obrigatoriedade da disciplina nas escolas do território Potiguara. E acrescentaram que é relevante na formação dos estudantes cidadãos. Mesmo com o Ensino Religioso nas escolas indígenas é importante ter muito cuidado quando for planejar e ministrá-lo, sempre respeitando aquilo que cada estudante acredita e pratica, porque sabe-se que existe uma diversidade humana na sala de aula. A própria diretora Tamara Rodrigues diz que concorda com a obrigatoriedade e ainda alerta

Sim, mas acho que nele é preciso explorar, mas a religião dos próprios indígenas, em específico o povo potiguara, é preciso construir espaços onde a nossa religião seja respeitada, e é preciso construir materiais para que se sejam distribuídos nas escolas, buscando fortalecer a essa relação espiritual do nosso povo. (Tamara Rodrigues, informação verbal, jul. 2023).

E isso está muito explícito na fala do diretor Jackson Bernardino quando diz

O ensino religioso pode ter impacto nas práticas culturais e espirituais do povo Potiguara, dependendo de como é abordado e contextualizado. Se o ensino religioso respeitar e valorizar as tradições e crenças desse povo, contribuindo para a preservação e valorização da sua identidade cultural, pode haver um fortalecimento dessas práticas. No entanto, se houver uma abordagem desrespeitosa, impositiva ou que negligencie a diversidade cultural, pode ocorrer uma interferência negativa. (Jackson Bernardino da Silva, informação verbal, jul. 2023).

De acordo com a concepção do diretor Jackson Bernardino, nos desperta de ter todo cuidado ao abordar o Ensino Religioso na sala de aula, para que não haja aceitação por parte dos estudantes e negatividade. Deve ser abordado na concepção da democracia e diversidade, para que ninguém se sinta desrespeitado ou discriminação por pertencer a uma determinação

religião ou professar fé diferente. Porque as escolas atualmente contemplam uma diversidade religiosa e cultural significativas por parte de seus estudantes, professores e profissionais.

E se tratando do que é trabalhado pelos profissionais em sala de aula, elencaram uma gama de objetos do conhecimento relacionados ao dia a dia dos estudantes e a diversidade que a BNCC orienta e também a legislação brasileira defende. Apontaram vários objetos do conhecimento (conteúdos) que são trabalhados em sala de aula, foram os seguintes: Cidadania, Empatia, Amizade, Bullying, Tolerância e Intolerância Religiosa, Religião, Rituais, Ancestralidade, Respeito, Diversidade Religiosa e Cultural, Textos Sagrados, Alimentação indígena, Arte, Música, Justiça, Paz, Ética, Moral, Política, Direitos Humanos, entre outros assuntos.

E essa diversidade de conteúdos que os professores planejam e trabalham na escola é visível na fala da professora Thais Venancio (informação verbal, out. 2022), quando diz

Procuro abordar temas relacionados à ética, moral, paz, justiça, empatia, importância do amor ao próximo, diversidade cultural, assuntos atuais, campanhas de prevenção, religiosidade de cada povo, direitos humanos, discriminação, intolerância religiosa, política.

A partir desses assuntos acima e elencados pela professora Thais Venancio é compreensível que o Ensino Religioso vem mostrando outros tipos de concepções e abordagens de como ele está sendo trabalho nas escolas indígenas, que vem inovando, rompendo com um ensino tradicional que era muito ligado ao confessional, proselitismo e catequético.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Pressupõem-se a possibilidade de algum leitor, ao apreciar essa dissertação, possa parecer julgar que há muitos trechos de relato pessoal, percepções autorais subjetivas e descrição etnográfica de experiências vividas durante o processo de coleta de dados. No entanto, gostaria de destacar que não há demérito nessas linhas de argumentos, pois desempenham um papel fundamental como fonte primária de dados e análise pessoal do pesquisador em campo.

A natureza da pesquisa etnográfica é justamente imergir no contexto estudado, vivenciar as experiências dos sujeitos envolvidos e compreender suas perspectivas a partir de uma abordagem empática. Ademais, a experiência etnográfica que qualifica minha pesquisa se imbrica com minha própria trajetória de vida. Dessa forma, ao incluir relatos pessoais e



percepções, estou fornecendo uma visão genuína e detalhada do ambiente estudado, trazendo à tona informações valiosas que não seriam alcançadas apenas por meio de análises documentais ou circunstanciais, sobretudo por supostas “imparcialidades acadêmicas” que pensam que se “dissecou um objeto de estudo”. Onde houver “autopsias, houve morte”. Os frutos da pesquisa são vivos e passaram por um filtro que está Co-alinhado com múltiplos aspectos da cultura do autor do estudo. Assim, a subjetividade presente nos relatos etnográficos requereu a minha inserção como pesquisador no campo, permitindo que eu experienciasse e relatasse a realidade dos sujeitos pesquisados em primeira mão. Essa abordagem não invalida o trabalho como uma contribuição científica, mas, ao contrário, enriquece-o com perspectivas mais ricas e contextualizadas, possibilitando uma compreensão mais profunda do fenômeno estudado.

Além disso, é importante salientar que mesmo com a presença de observações e percepções pessoais, o estudo mantém sua relevância no meio científico. O rigor metodológico empregado na pesquisa etnográfica inclui a triangulação de dados, ou seja, a combinação de diferentes fontes de informações, incluindo relatos pessoais, entrevistas, observações e documentos. Essa abordagem permite a confirmação e validação dos resultados obtidos, aumentando a confiabilidade da pesquisa. Ao apresentar conclusões e reflexões sobre os erros e acertos das instituições e profissionais ligados à análise documental e outros eventos relacionados à educação, estou exercendo o papel como pesquisador de maneira ética e transparente. A pesquisa etnográfica não busca ser uma mera observadora distante, mas sim um agente engajado, capaz de trazer à tona questões importantes para a melhoria da realidade investigada.

Minhas percepções conclusivas são fruto do intenso envolvimento com a comunidade estudada, da análise cuidadosa dos dados coletados e da reflexão crítica sobre as práticas e dinâmicas sociais em questão. Essa forma de posicionamento é essencial para fornecer recomendações e insights relevantes que possam contribuir para o avanço do campo de estudo e para a tomada de decisões informadas em âmbito educacional. Portanto, embora meu estudo possua percepções pessoais, ele ainda é uma contribuição para o meio científico. A riqueza de informações obtidas por meio da pesquisa etnográfica, aliada à análise cuidadosa e ao posicionamento do pesquisador, enriquecem a discussão acadêmica e possibilitam uma compreensão mais abrangente e humanizada do fenômeno estudado.

Concluo que a pesquisa foi desenvolvida nas escolas das aldeias indígenas do território Potiguara - PB e na cidade de Baía da Traição, com foco no objeto de estudo o Ensino Religioso, para sistematização do texto, a partir das informações coletadas através da atuação do pesquisador em campo e interação com os interlocutores. A Pesquisa possibilitou ao

pesquisador se aprofundar na temática, buscando os conhecimentos precisos para melhor compreensão da realidade do objeto.

E quando se fala dos Potiguara da Paraíba compreende-se que tornou referência de resistência no Litoral Norte e na Região Nordeste do Brasil. Um povo que lutou e luta incansavelmente para ter uma vida mais digna, com respeito e qualidade. As conquistas estão se consolidando, principalmente, no campo da Educação Escolar Indígena, advindas dos movimentos idealizados e realizados por esse povo que conta com a participação de várias lideranças Potiguara.

As idas a campo, entrevistas, as anotações no diário de campo e o contato pelas redes sociais foram fundamentais para coleta e escrita do trabalho dessa pesquisa de caráter qualitativa, mostrando o fazer do Ensino Religioso no contexto da educação Potiguara. Foram intensificadas com através das entrevistas com os professores, estudantes, coordenadores pedagógicos e diretores escolares, como também as observações realizadas em sala de aula.

O Ensino Religioso é um componente curricular que é o único mencionado na Constituição Federal de 1988. É garantido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 e, atualmente, sendo a quinta área do conhecimento na BNCC e garantido em outros documentos e eventos legais.

A disciplina faz parte da Matriz Curricular, da grade de cada escola e do diário online do município de Baía da Traição - PB. A carga horária desse componente é de 1h semanal nas escolas das aldeias Potiguara e cidade, mas que precisa ser aumentada, devido que seu ensino é importante para a formação do indivíduo. Os professores que ministram o Ensino Religioso não têm licenciatura na área do conhecimento do Ensino Religioso. A formação de graduação desses professores é em Antropologia e Pedagogia e especialização em Psicopedagogia. É preciso que sejam formados na área das Ciências das Religiões, ou até mesmo, tenham formação continuada para subsidiar o seu trabalho na prática. É importante a formação inicial e continuada para esses professores, porque é essencial para subsidiar e ressignificar as suas práticas e atividades.

O componente tem um contexto histórico ao longo da história, desde o período colonial até os dias atuais, passando por várias fases do confessional a diversidade plural e foi ganhando nova roupagem, apresentando novos paradigmas, tomando mais consóides e sendo ressignificado. As legislações e textos normativos garantem um Ensino Religioso não confessional e prosélito, mas baseado em uma prática mais plural, ética e inclusiva.

É necessário que as escolas oportunizem momentos para discussão e análise de como essa disciplina está sendo trabalhada em seus contextos e aceita pelos estudantes. Possibilitar

práticas que levem os seus atores a refletir sobre intolerância, violência, desigualdade, discriminação, falta de respeito e empatia, indiferenças, para que não aja nenhuma forma de exclusão do convívio social e educacional.

No fazer etnográfico os objetivos que propus no projeto foram alcançados e vivenciados nas práticas dos professores que ministram aulas do componente Ensino Religioso. Foi perceptível a diversidade religiosa e cultural no ambiente escolar e que são garantidos no planejamento e documentos, onde professores e estudantes discutem vários objetos do conhecimento das mais diversas religiões, garantindo o respeito e a igualdade em fé e subjetividade.

Os conteúdos diferenciados são incluídos no plano de aula, principalmente, a exemplo dessa especificidade é trabalhada a religião indígena, ou seja, espiritualidade do povo Potiguara. O próprio ritual do toré que traz vários elementos espirituais como o sagrado, a jurema, as músicas, o contato com os encantados, entre outros seres. Vivenciam momentos de transcendência, experiências com seres naturais e sobrenaturais, relação com o sagrado.

O Projeto Político Pedagógico de cada escola contempla o Ensino Religioso e os respectivos conteúdos, ou melhor, os objetos do conhecimento, de acordo com a BNCC, não apenas estão garantidos os conteúdos gerais, mas os específicos da realidade dos educandos e da comunidade indígena. Como exemplo e baseados na pesquisa e observação sobre os objetos do conhecimento apresento os seguintes: o ritual do toré, a espiritualidade, os lugares sagrados, o ritual da lua cheia, as plantas medicinais, os líderes espirituais, as igrejas, as festas religiosas a natureza, entre outros.

E quando se fala dos encontros pedagógicos é preciso que o Ensino Religioso tenha o mesmo grau de importância que os demais componentes tem, porque sabe-se que é considerado um componente e área do conhecimento nos documentos legais que regem a educação no Brasil. É necessário que seja mais trabalhado e levado em consideração com a mesma relevância como tem português, matemática, história, ciências, geografia entre tantos outros. Entender que a função de ensinar, alfabetizar e letrar é função de todos os componentes.

Os coordenadores e professores já discutem o componente e seus conteúdos que serão trabalhados em sala de aula, para que não sejam de caráter prosélito, catequético ou evangelizador. Mas que se propague numa perspectiva mais respeitosa, tolerante e igualitária. O cuidado pedagógico que esses profissionais têm é fundamental para que haja uma convivência harmoniosa em sala de aula, respeitando a fé e religião de cada educando.

Esse ensino é baseado na diversidade religiosa, cultural e indígena, e seu planejamento é alinhado a BNCC, contém objetos fundamentais do conhecimento, ou seja, da realidade do

povo Potiguar e é garantido no PPP da escola. O Ensino Religioso é um componente que preza pela formação integral do estudante indígena e não indígena, visando um cidadão com princípios éticos, filosóficos, religiosos, culturais e políticos.

O Ensino religioso deve ser pautado numa perspectiva democrática, que respeite as particularidades de cada indivíduo, que o currículo contemple os conhecimentos filosóficos, religiosos, empíricos e científicos. Pois a escola tem que possibilitar esses conhecimentos em todas as áreas do conhecimento de forma interdisciplinar.

Importante trabalhar e desenvolver pesquisas sobre o ensino religioso nas instituições de ensino e compreender a sua relação com os conhecimentos religiosos, religião e secular, pois sabemos que são relevantes para a vida em sociedade e os grupos humanos, as relações de reciprocidade com os aspectos culturais, sociais, econômicos e políticos. O ensino religioso contribui para o crescimento integral da pessoa, garantindo-lhe uma formação mais ética, humanista, solidária e de respeito à diversidade cultural e religiosa.

Portanto, é necessário que a escola ressignifique a proposta pedagógica curricular, intensificando as práticas da diversidade, das diferenças religiosas e culturais, que possibilite diálogo inter-religioso compreendendo a pluralidade das religiões, discutam mais sobre intolerância e tolerância religiosa, e que sempre dissemine uma cultura de paz e equidade entre todos os indivíduos que integram a comunidade escolar e local.

## REFERÊNCIAS

ALVES, M. M. F.; OLIVEIRA, B. R. de. **A trajetória da Base Nacional Comum Curricular (BNCC): análise dos textos oficiais.** Olhar de Professor, [S. l.], v. 25, p. 1–21, 2022. DOI: 10.5212/OlharProfr.v.25.20537.063. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/olhardeprofessor/article/view/20537>. Acesso em: 28 ago. 2023.

ANDRADE, C. D. de. **Reunião.** 7.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1976.

BAKHTIN, M. M. **Discurso na vida e discurso na arte.** Tradução para fins acadêmicos de Carlos Alberto Faraco. Circulação restrita. Mimeo. 1999.

BAPTISTA, Paulo Agostinho Nogueira. Ciências da Religião e Ensino Religioso: o desafio histórico da formação docente de uma área de conhecimento. **Rever**, v. 15, n. 2, p. 107-125. 2015. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/rever/article/view/26189/18851>. Acesso em: 03 maio 2021.

BAPTISTA, P. A. N.; SIQUEIRA, G. DO P. Ensino Religioso na escola pública brasileira e a questão da laicidade. **Horizonte: Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião**, v. 18, n. 55, p. 33-60, abr. 2020.

BARBOSA, Rui. Reforma do ensino primário e várias instituições complementares da instrução pública -1883. *In*: BARBOSA, Rui. **Obras completas de Rui Barbosa**, v. 10, tomo I, II, III, IV. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1947.

BARCELLOS, Lusival; SOLER, Juan. **Paraíba Potiguara**. João Pessoa: Editora da Universidade, 2012.

BARCELLOS, Lusival. **Práticas educativo-religiosas dos Potiguara da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária: João Pessoa, 2014.

BARCELLOS, Lusival Antônio; LELIS, Daniel; HOLMES, Maria José Torres. **Proposta Curricular do Estado da Paraíba**. Comissão Estadual de Implementação da Base Nacional Comum Curricular. Redatores: de Ensino Religioso. João Pessoa: Secretaria de Estado da Educação e da Ciência e Tecnologia da Paraíba, 2018.

BARCELLOS, Lusival; FIQUEIREDO, Márcia Medeiros. Educação do campo, mística, imaginário no Ritual do Toré. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE PRÁTICAS EDUCATIVAS: PAULO FREIRE, EDUCAÇÃO, RESISTÊNCIA, OUSADIA E LIBERDADE, 6., 2020, Mamanguape-PB. **Anais [...]** João Pessoa: Editora da UFPB, 2018. p. 125-130. Disponível em: <http://www.ccae.ufpb.br/secampo/>. Acesso em: 02 mar. 2020.

BARCELLOS, Lusival Antônio; CAHÚ, Marlene Pereira Borba; CAVALCANTI, Ana Paula Rodrigues; HOLMES, Maria José Torres; O ensino religioso no Estado Laico Brasileiro e a Lei Municipal 7.280/2019. **Estudos de Religião**, São Paulo, v. 35, n. 1, p. 127-150, jan.-abr., 2020. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/ER/article/view/10289/7759>. Acesso em: 30 jun. 2022.

BARCELLOS, Lusival Antônio; HOLMES, Maria José Torres. O Ensino Religioso na Proposta Curricular do estado da Paraíba (PCPB): resistência e perspectivas. **Revista Pistis Praxis: Teologia Pastoral**, Curitiba, v. 13, n. 1, p. 523-536, jan./abr., 2021. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/pistispraxis/issue/view/2054>. Acesso em: 28 set. 2022.

BOFF, Leonardo. **Espiritualidade: um caminho de transformação**. Rio de Janeiro: Sextante, 2021.

BORIN, Luiz Claudio. **História do Ensino Religioso no Brasil**. 1. ed. Santa Maria, RS: UFSM, NTE, 2018.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular, 2018**. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf).

BRASIL. **LDB: Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017. Disponível em: [https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei\\_de\\_diretrizes\\_e\\_bases\\_1ed.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_bases_1ed.pdf). Acesso em: 16 jul. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. 2017. Disponível em: <http://download.basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 22 maio 2019.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Educação escolar indígena: diversidade sociocultural indígena ressignificando a escola** – Caderno SECAD 3. Brasília: MEC, 2007.

BRASIL. **Referencial curricular nacional para as escolas indígenas**, Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e bases da educação nacional**. Lei nº 9394. Brasília: Congresso Nacional, 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm). Acesso em: 5 out. 2022.

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Lei nº 9.475/ 97**, dá nova redação ao artigo 33 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Diário Oficial da União, 23 de julho e 1997, seção I.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil** [1988]. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm).

BRASIL, **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, 1934**. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/1558>. Acesso em: 16 jul. 2023.

CARNEIRO, Sandra M. C. de Sá. **Liberdade Religiosa, Proselitismo ou Ecumenismo: controvérsias acerca da (re) implantação do ensino religioso nas escolas públicas do Rio de Janeiro**. Trabalho apresentado no XXVIII Encontro Anual da ANPOCS. 2004.

CASSEB, S. A. **Cultura de paz e não-violência no Ensino Religioso: possibilidades através da vida e obra de Mahatma Gandhi**. 2009. 98 f. Monografia (Graduação em Ciências da Religião) – Universidade do Estado do Pará, Belém, 2009.

CORTELLA, M.S. Educação, Ensino Religioso e formação docente. *In*: SENA, L. (org.). **Ensino Religioso e formação docente: Ciências da Religião e Ensino Religioso em diálogo**. São Paulo: Paulinas, 2007, p. 11-20.

COSTA, Surama Santos Ismael da. **Ritual da lua cheia: espiritualidade e tradição entre os Potiguara da Paraíba**. 2022. Tese (Doutorado em Ciências das Religiões) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2022.

COQUEIJO, F. L. M. **Cota não é esmola**. Análise da eficácia social da Lei nº 12.711/2012 para estudantes indígenas na Universidade Federal da Paraíba. 2020. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2020.

CUNHA, Luiz Antônio. Sintonia oscilante: religião, moral e civismo no Brasil – 1931/1997. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 131, p. 285-302, maio/ago. 2007.

DA MATA, Roberto. **O ofício de Etnólogo, ou como ter “Antropological Blues”**. *In*: NUNES, Edson de Oliveira (org.). **A aventura sociológica: objetividade, paixão, imprevisto e método na pesquisa social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p.24-35.

DA SILVA, Valmor (org.). **Ensino Religioso: educação centrada na vida: subsídios para formação de professores**. São Paulo, 2004.

- DEMO, Pedro. **Introdução à metodologia da ciência**. 2. ed. São Paulo. Editora Atlas. 1987.
- FALCÃO, Emmanuel de Sousa Fernandes; COSTA, Surama Santos Ismael da; BARCELLOS, Lusival Antônio. A lua cheia potiguara: Resgate da ancestralidade tradicional indígena em um ritual juremeiro. **REVER: Revista de Estudos da Religião**, v. 22, n. 1, p. 165-178, 2022.
- FARIAS, José Henrique de. Epistemologia crítica, metodologia e interdisciplinaridade. *In*: PHILIPPI JÚNIOR, Arlindo; FERNANDES, Valdir (ed.). **Práticas da interdisciplinaridade no ensino e pesquisa**. Barueri: Manole, 2015. cap. 3, p. 91-136.
- FÉLIX, Iranilza Cinesio Gomes. **A alteridade e a espiritualidade dos universitários Potiguara da Paraíba**. 2018. 116 f. II. Dissertação (Mestrado em Ciências das Religiões) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2018.
- FERREIRA, Amauri Carlos Ferreira; SENRA, Flávio. Tendência interdisciplinar das Ciências da Religião no Brasil. O debate epistemológico em torno da interdisciplinaridade e o paralelo com a constituição da área no país. **Numen: revista de estudos e pesquisa da religião**, Juiz de Fora, v. 15, n. 2, p. 249-269, 2012.
- FERRETTI, Sérgio. **Repensando o Sincretismo**: Estudo sobre a Casa das Minas. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; São Luís: FAPEMA, 1995.
- FILGUEIRAS, J. M. **A Educação Moral e Cívica e sua produção didática: 1969-1993**. Mestrado em Educação. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo: PUC-São Paulo, 2006.
- FAZENDA Ivani Catarina Arantes. **Integração e interdisciplinaridade no ensino brasileiro: efetividade ou ideologia**. São Paulo: Loyola, 1979.
- FONAPER. **Parâmetros Curriculares Nacionais – Ensino Religioso**. São Paulo, S.P. :Ave Maria, 2004.
- FORUM PERMANENTE DO ENSINO RELIGIOSO (FONAPER). **Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Religioso**. São Paulo: AM, 1997.
- GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, maio/jun. 1995.
- GRÜNEWALD, Rodrigo de Azevedo. **Toré: regime encantado do índio do Nordeste**. Recife: Fundaj; Editora Massangana, 2005.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisas**. São Paulo: Editora Atlas, 1994.
- JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo; ITOZ, Sonia de. O Ensino Religioso segundo a BNCC. *In*: SILVEIRA, E. S. D.; JUNQUEIRA, Sérgio. (org.). **O ensino Religioso na BNCC: teoria e prática para o ensino fundamental**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2020, p. 74 - 92.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos metodologia científica**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2001.
- MANO, Raquel de Paiva. **O sofrimento psíquico grave no contexto da religião protestante**

**pentecostal e neopentecostal:** repercussão da religião na formação das crises do tipo psicótica, 2010. 178 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica e Cultura) – Universidade de Brasília, Brasília, 2010

MARCELO GARCIA, Carlos. **Formação de professores.** Para uma mudança educativa. Porto: Porto Editora, 1999.

MARCONI, Maria de Andrade. Lakatos, Eva Maria. **Metodologia Científica.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

MARQUES, Alcione Moreira; TANAKA, Luiza Hiromi; FOZ, Adriana Queiróz Botelho. Avaliação de programas de intervenção para a aprendizagem socioemocional do professor: Uma revisão integrativa. **Rev. Port. de Educação**, Braga, v. 32, n. 1, p. 35-51, jun. 2019. Disponível em <https://revistas.rcaap.pt/rpe/article/view/15133/14224>. Acesso em 16 maio 2023.

MENDONÇA, J. B. S. S.; NASCIMENTO, J. M.; BARCELLOS, L. A. Etnoeducação Potiguara: memória dos troncos velhos, cosmologia e saberes existenciais. **Religare**, João Pessoa, v. 17, p. 105-140-140, 2020.

MENDONÇA, J. B. S. **Mitos, Ritos, Memórias e Imaginário dos Indígenas Potiguara da Paraíba.** 2022. Tese (Doutorado em Ciências das Religiões) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2022.

MOONEN, Franz. MAIA, Luciano Mariz. **Etnohistória dos Índios Potiguara:** ensaios, relatórios e documentos. João Pessoa, 2012, PR/PB – SEC/PB.

NASCIMENTO, José Mateus do. SILVA, Paulo Roberto Palhano. Educação e Movimentos sociais: registro do Toré Potiguara – a força da espiritualidade. Cronos: **R. Pós. Grad. Ci. Soc.** UFRN, Natal, v. 14, n.2, p. 216-221 jul./dez. 2013.

OLIVEIRA, Cardoso de Oliveira. **O trabalho do antropólogo.** Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Editora Unesp, 2006.

OLIVEIRA, L. B. *et al.* **Ensino Religioso:** fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2007. (Coleção Docência em Formação. Série Ensino Fundamental).

OLIVEIRA, Lilian Blanck. *et al.* **Ensino Religioso no ensino fundamental.** São Paulo: Cortez, 2007, cap. IV: Ensino Religioso como componente curricular.

PALITOT, Estêvão Martins. **Os Potiguara da Baía da Traição e Monte-Mór:** história, etnicidade e cultura. 2005. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2005.

PASSOS, J.D. Ensino Religioso: mediações epistemológicas e finalidades pedagógicas. *In:* SENA, L. (org.). **Ensino Religioso e formação docente:** Ciências da Religião e Ensino Religioso em diálogo. São Paulo: Paulinas, 2007, p. 21-45.

PEREIRA, Antônio Allberto (org.). **História, Cultura e Sustentabilidade do Vale do Mamanguape:** livro paradidático para a Educação Básica. João Pessoa: Editora UFPB, 2020.



POSSEBON, Elisa Pereira Gonsalves. POSSEBON, Fabricio. As relações interdisciplinares em Ciências das Religiões. **Horizonte**: Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião, Belo Horizonte, v. 18, n. 57, p. 1270, set/dez. 2020.

SANTOS, Sanderline Ribeiro. **As Entidades Míticas Femininas, seus Encantamentos e Coexistências nos Lugares Sagrados Potiguara da Paraíba**. 2021. Dissertação (Mestrado em Ciências das Religiões) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2021.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Almir Batista da. **Religiosidade Potiguara**: tradição e ressignificação de rituais na aldeia São Francisco, Baía da Traição-PB. Rio Tinto: Editora Epopeia, 2019.

SILVA, Sidnei Felipe da. **Geografia escolar nas aldeias indígenas Potiguara de Jaraguá e Monte-Mór de rio Tinto-PB**. 2020. 196 f. il. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2020.

SILVA NETO, Severino do Ramo Fernandes da. **Da aldeia para a academia**: o conhecimento científico entre os indígenas Potiguara da Paraíba. 2021. 104f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação Profissional em Ensino de Física) - Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2022.

SILVA, Ademilson José da. **A Baía que Traiu Portugal**. Guaratinguetá, São Paulo: Penalux, 2016.

SILVA, Cristiane Rocha; GOBBI, Beatriz Christo; SIMÃO, Ana Adalgisa. O uso da análise de conteúdo como uma ferramenta para a pesquisa qualitativa: descrição e aplicação do método. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, Lavras, v. 7, n. 1, 2005, p. 70-81. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/878/87817147006.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2021.

SILVA, Almir Batista da. **Religiosidade Potiguara**: Tradição e ressignificação de rituais na aldeia São Francisco, Baía da Traição-PB. Ed. Epopeia, Rio Tinto, 2019.

TRILHA DOS POTIGUARAS. Disponível em: <http://trilhasdospotiguaras.pb.gov.br/pt-br/destinos-e-trilhas/baia-da-traicao/ruinas-de-sao-miguel-arcanjo/>. Acesso em: 30 nov. 2022.

VEIGA, I. P. A. Perspectivas para reflexão em torno do projeto político-pedagógico. In: VEIGA, I. P. A. (org.). **Escola**: espaço do projeto político-pedagógico. 10. ed. Campinas: Papirus, 2006. p. 8-32.

VIEIRA, José Glebson. **Amigos e competidores**: política faccional e feitiçaria nos Potiguara da Paraíba. São Paulo: Humanitas, 2012.

VIEIRA, José Glebson. **Socioambiental**: Potiguara - Povos indígenas do Brasil, 2006. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Potiguara>. Acessado em: 03 maio 2021.

VIEIRA, José Glebson. **A (im)pureza do sangue e o perigo da mistura**: uma etnografia dos Potyguara da Paraíba. 2001. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba-PR, 2001.

VIEIRA, José Glebson e SANTANA NETO, Daniel. Gestão e Proteção Territorial e Práticas Educativas Interculturais. In: RICARDO, Fani, KLEIN, Tatiane e SANTOS, Tiago Moreira dos. (org.). Povos indígenas no Brasil. 1. ed. São Paulo: ISA - Instituto Socioambiental, 2023.

VILHENA, Maria Ângela. **Ritos**: expressões e propriedades. São Paulo: Paulinas, 2005.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Investigações filosóficas**. São Paulo: Ed. Nova Cultural (Col. Os Pensadores – trad.: José Carlos Bruni), 2000.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento de métodos. trad. Daniel Grassi 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.